



UNIVERSIDADE FEDERAL DA FRONTEIRA SUL

PROGRAMA DE MESTRADO INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS

LINHA DE PESQUISA: SUJEITO E LINGUAGEM

MARIELE APARECIDA MALAQUIAS DA SILVA

“MORAR NA OCUPAÇÃO É UM ATO DE RESISTÊNCIA!”

CIDADES NO CAPITALISMO E O DESAMPARO DE MULHERES
PERIFÉRICAS DESDE O TERRITÓRIO DE PASSO FUNDO-RS

ERECHIM

2025

MARIELE APARECIDA MALAQUIAS DA SILVA

“MORAR NA OCUPAÇÃO É UM ATO DE RESISTÊNCIA!”

**CIDADES NO CAPITALISMO E O DESAMPARO DE MULHERES
PERIFÉRICAS DESDE O TERRITÓRIO DE PASSO FUNDO-RS**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS) - *campus* Erechim como requisito para a obtenção do título de Mestre Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Orientador: Prof. Dr. Reginaldo José de Souza

ERECHIM

2025

Bibliotecas da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS

Silva, Mariele Aparecida Malaquias da

Morar na ocupação é um ato de resistência!: Cidades no capitalismo e o desamparo de mulheres periféricas desde o território de Passo Fundo-RS / Mariele Aparecida Malaquias da Silva. -- 2025.

131 f.:il.

Orientador: Doutor Reginaldo José de Souza

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal da Fronteira Sul, Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, Erechim, RS, 2025.

1. Ocupações Urbanas. 2. Desamparo. 3. Desigualdades socioeconômicas. 4. Mulheres. I. Souza, Reginaldo José de, orient. II. Universidade Federal da Fronteira Sul. III. Título.

MARIELE APARECIDA MALAQUIAS DA SILVA

“MORAR NA OCUPAÇÃO É UM ATO DE RESISTÊNCIA!”

**CIDADES NO CAPITALISMO E O DESAMPARO DE MULHERES
PERIFÉRICAS DESDE O TERRITÓRIO DE PASSO FUNDO-RS**

Dissertação apresentada para o Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH) da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFS) - *campus* Erechim como requisito para a obtenção do título de Mestre Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Este trabalho foi defendido e aprovado pela banca em 22/08/2025

BANCA EXAMINADORA

Documento assinado digitalmente
 **REGINALDO JOSE DE SOUZA**
Data: 19/09/2025 19:13:46-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Reginaldo José de Souza

Orientador (UFS)

Documento assinado digitalmente
 **PAULA VANESSA DE FARIA LINDO**
Data: 19/09/2025 19:22:09-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Paula Vanessa de Faria Lindo

Membro interno/ PPGICH (UFS)

Documento assinado digitalmente
 **ROBERT FILIPE DOS PASSOS**
Data: 19/09/2025 20:12:02-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof. Dr. Robert Filipe dos Passos

Membro externo/ PPG de Psicologia (UFAM)

Documento assinado digitalmente
 **SILVANA RIBEIRO**
Data: 19/09/2025 23:43:47-0300
Verifique em <https://validar.itl.gov.br>

Prof^ª. Dr^ª. Silvana Ribeiro

Membro Externo/ (ATITUS)

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro, para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando a Universidade Federal da Fronteira Sul/UFFS, a Coordenação do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Erechim-RS, 22 de Agosto de 2025.

Mariele A. Malaquias da Silva

Mestranda

Dedico esta dissertação às “Marias” que me antecederam e que por conta da desigualdade social que enfrentaram não puderam contar sobre suas vidas, trajetórias, dores e alegrias, mas que de alguma forma garantiram que eu pudesse, hoje, lembrá-las. Principalmente a Maria Candida, minha avó materna que faleceu em 2023, junto com meu avô Valdomiro, também falecido em 2024, a eles dedico cada palavra escrita como homenagem e retribuição aos seus cuidados.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de expressar minha sincera gratidão a todas as pessoas que contribuíram direta ou indiretamente para a realização deste trabalho. Em primeiro lugar, ao meu orientador, Prof. Dr. Reginaldo José de Souza pelo apoio, dedicação, afeto e orientação valiosa durante todo o processo de pesquisa. Suas contribuições e questionamentos foram fundamentais para o desenvolvimento deste estudo.

À Universidade Federal da Fronteira Sul pelo apoio estrutural e pelas oportunidades acadêmicas que possibilitaram a condução desta pesquisa. Bem como aos demais contribuintes, professores e colegas do PPGICH pelas contribuições e compartilhamento de conhecimento.

À CAPES pelo apoio financeiro concedido a esta pesquisa. O financiamento foi fundamental para o desenvolvimento deste trabalho, possibilitando a realização de estudos, aquisição de materiais e participação em eventos científicos, essenciais para a consolidação dos resultados obtidos. Reconheço a importância do investimento em ciência e tecnologia por parte da CAPES, que não apenas viabiliza a produção acadêmica de qualidade, mas também fortalece a pesquisa nacional.

Às mulheres do Projeto Ocupar: mulheres, terra e luta, pelos ensinamentos e aprendizados diários e consequentemente contribuem nesta pesquisa. Em especial a Edivânia que me movimenta a cada dia para pensar um mundo mais justo e equitativo.

Aos meus familiares e amigos, pelo apoio emocional e incentivo constante, especialmente em momentos desafiadores. Em especial ao meu companheiro de vida, Lucas, agradeço as provocações e a paciência afetiva durante a escrita desta dissertação. Não poderia deixar de agradecer aos meus gatos, companheiros de colo que me mantiveram aquecida durante o inverno enquanto construía esta pesquisa, Poliana e Serginho.

Por fim, agradeço a todas as pessoas que, de alguma forma, fizeram parte desta jornada acadêmica.

E a cidade se apresenta centro das ambições/ Para mendigos ou ricos e outras armações/ Coletivos, automóveis, motos e metrô/ Trabalhadores, patrões, policiais, camelôs/ A cidade não para/ A cidade só cresce/ O de cima sobe/ E o de baixo desce/ A cidade não para/ A cidade só cresce/ O de cima sobe/ E o de baixo desce/ A cidade se encontra prostituída/ Por aqueles que a usaram em busca de uma saída/ Ilusora de pessoas de outros lugares/ A cidade e sua fama vai além dos mares. (Chico Science e Nação Zumbi, A Cidade, 1994)

RESUMO:

A presente pesquisa se insere no campo dos afetos que percorrem o urbano. E tematiza sobre a relação que o neoliberalismo e neocolonialismo, sistemas vigentes no capitalismo, possuem sobre a subjetivação e as desigualdades socioeconômicas na vida das populações latino-americanas, em especial mulheres periféricas brasileiras, desde o território de Passo Fundo, cidade média do Rio Grande do Sul. A luta pela terra e pela moradia é uma disputa constante no sistema capitalista que se estende por todo território brasileiro. Conforme os dados do estudo “Ensaio e discussões sobre o déficit habitacional no Brasil” (Santos, 2022), cerca de 5.876 milhões de domicílios no Brasil estão em situação de déficit e inadequação habitacional. Passo Fundo espelha essa realidade, contando com cerca de 14 mil pessoas vivendo em ocupações urbanas (Reportagem Rosângela Borges, GZH Passo Fundo, 2023.), totalizando quase 6,8% da população passo-fundense, que conta no total com 206.215 habitantes (IBGE, 2022). Tendo em vista esse processo sócio-histórico gerido pela dinâmica do capital, o objetivo desta pesquisa apoia-se na necessidade de: Investigar como o processo sócio-histórico de construção urbana do capitalismo reflete nas subjetividades marcadas pelo desamparo, cartografada a partir de vivências de mulheres de ocupações urbanas da cidade de Passo Fundo. Sendo assim, trata-se de uma pesquisa qualitativa fundamentada no método de pesquisa-intervenção da cartografia social a partir da análise de implicação, baseado na construção prática e pragmática de Gilles Deleuze e Félix Guattari. Para fundamentar esta pesquisa, dialoga-se com um conjunto de autores que discutem as relações entre capitalismo, subjetividade e território. Partindo de contribuições como as de Spósito (1988), Botelho (2002) e Maricato (1996) para analisar a produção do espaço urbano, até as reflexões de Butler (2019), Carlos (2007), Dunker (2015), Rolnik (1985), Rosa (2023), Birman (2023), Safatle (2021), Freud (1926-1929), Gonzalez (2020) e Carneiro (2011) para fundamentar acerca dos efeitos do capital sobre identidades, desamparos e territorialidades. No contexto local, a análise recai sobre a urbanização de Passo Fundo e seus conflitos socioespaciais, apoiando-se em estudos como os de Vanin, Carvalho e Diniz (org., 2021) e Ferreto (2014). Complementarmente, o documentário “Ocupar: mulheres, terra e luta” (Ribeiro, 2023), disponível em plataformas digitais, oferece um registro empírico das estratégias de resistência política a partir de mulheres de ocupações urbanas, evidenciando a articulação entre lutas cotidianas e transformações estruturais.

Palavras-chave: Ocupações Urbanas; Desamparo; Desigualdades socioeconômicas;

ABSTRACT:

This research is situated within the realm of affects that traverse urban spaces, addressing the relationship between neoliberalism and neocolonialism, prevailing systems under capitalism, and their impact on subjectivation processes and socioeconomic inequalities in the lives of Latin American populations, particularly Brazilian peripheral women, examined through the lens of Passo Fundo, a mid-sized city in Rio Grande do Sul. The struggle for land and housing is a constant battleground within the capitalist system, extending across Brazil. According to the study “Essays and Discussions on Brazil’s Housing Deficit” (Santos, 2022), approximately 5.876 million households in Brazil face housing deficits or inadequate living conditions. Passo Fundo mirrors this reality, with around 14,000 people living in urban occupations (Rosângela Borges, GZH Passo Fundo, 2023), accounting for nearly 6.8% of the city’s population, which totals 206,215 inhabitants (IBGE, 2022). Given this sociohistorical process driven by capital dynamics, this research aims to: Investigate how the sociohistorical process of capitalist urban development reflects in subjectivities marked by precarity, mapped through the lived experiences of women in urban occupations in Passo Fundo. Thus, this is a qualitative study grounded in the social cartography method of research-intervention, based on implication analysis and the practical-pragmatic framework of Gilles Deleuze and Félix Guattari. To support this work, the research engages with theorists who examine the intersections of capitalism, subjectivity, and territory: from Spósito (1988), Botelho (2002), and Maricato (1996) on urban space production, to Butler (2019), Carlos (2007), Dunker (2015), Rolnik (1985), Rosa (2023), Birman (2023), Safatle (2021), Freud (1926–1929), Gonzalez (2020), and Carneiro (2011) on capital’s effects on identities, existential precarity, and territorialities. At the local level, the analysis focuses on Passo Fundo’s urbanization and its socio-spatial conflicts, drawing on studies by Vanin, Carvalho, and Diniz (eds., 2021) and Ferreto (2014). Additionally, the documentary “Ocupar: mulheres, terra e luta” (Ribeiro, 2023), available on digital platforms, provides empirical evidence of political resistance strategies led by women in urban occupations, highlighting the link between everyday struggles and structural transformations.

Keywords: Urban Occupations; Existential Precarity (Desamparo); Socioeconomic Inequalities;

RESUMEN

Esta investigación se inscribe en el campo de los afectos que recorren lo urbano, abordando la relación entre el neoliberalismo y el neocolonialismo, sistemas vigentes en el capitalismo, y su incidencia en los procesos de subjetivación y las desigualdades socioeconómicas en la vida de las poblaciones latinoamericanas, en especial mujeres periféricas brasileñas, desde el territorio de Passo Fundo, ciudad mediana de Rio Grande do Sul. La lucha por la tierra y la vivienda es un conflicto constante en el sistema capitalista que se extiende por todo Brasil. Según el estudio “Ensayos y discusiones sobre el déficit habitacional en Brasil” (Santos, 2022), alrededor de 5.876 millones de hogares en el país enfrentan déficit o condiciones habitacionales inadecuadas. Passo Fundo refleja esta realidad, con aproximadamente 14 mil personas viviendo en ocupaciones urbanas (Reportaje de Rosângela Borges, GZH Passo Fundo, 2023), lo que representa casi 6.8% de la población local, que totaliza 206,215 habitantes (IBGE, 2022). Ante este proceso sociohistórico gestionado por la dinámica del capital, el objetivo de esta investigación se centra en: Analizar cómo el proceso sociohistórico de construcción urbana capitalista se refleja en subjetividades marcadas por la desprotección, cartografiadas a partir de las experiencias de mujeres en ocupaciones urbanas de Passo Fundo. Se trata, por tanto, de una investigación cualitativa basada en el método de cartografía social como investigación-intervención, desde el análisis de implicación y el marco práctico-pragmático de Gilles Deleuze y Félix Guattari. Para fundamentar este trabajo, se dialoga con autores que examinan las relaciones entre capitalismo, subjetividad y territorio: desde contribuciones como las de Spósito (1988), Botelho (2002) y Maricato (1996) sobre la producción del espacio urbano, hasta reflexiones de Butler (2019), Carlos (2007), Dunker (2015), Rolnik (1985), Rosa (2023), Birman (2023), Safatle (2021), Freud (1926-1929), Gonzalez (2020) y Carneiro (2011) sobre los efectos del capital en identidades, desamparos y territorialidades. En el contexto local, el análisis se enfoca en la urbanización de Passo Fundo y sus conflictos socioespaciales, apoyándose en estudios como los de Vanin, Carvalho y Diniz (eds., 2021) y Ferreto (2014). Como complemento, el documental “Ocupar: mulheres, terra e luta” (Ribeiro, 2023), disponible en plataformas digitales, ofrece un registro empírico de estrategias de resistencia política lideradas por mujeres en ocupaciones urbanas, evidenciando la articulación entre luchas cotidianas y transformaciones estructurales.

Palabras clave: Ocupaciones urbanas; Desamparo; Desigualdades socioeconómica.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional da Habitação
BR-285	Rodovia Federal Brasileira que corta RS e SC.
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
Cohabs	Companhias ou Cooperativas Habitacionais
COVID-19	Corona Virus Disease (Doença do Coronavírus)
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ESF	Estratégia Saúde da Família
FGTS	Fundo de garantia dos trabalhadores
FJP	Fundação João Pinheiro
Gamop	Grupo de Apoio a Movimentos e Organizações Populares
GZH	Grupo Zero Hora
IAPs	Instituto de Aposentadorias e Pensões
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INPS	Instituto Nacional de Previdência Social
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
MEC	Ministério da Educação
MNLM	Movimento Brasileiro de Luta por Moradia
MST	Movimento dos trabalhadores sem terra
PDDI	Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado
PNLD	Plano Nacional do Livro didático

RS-324	Rodovia estadual do Rio Grande do Sul
SFH	Sistema financeiro de Habitação
SUS	Sistema Único de Saúde
UFRJ	Universidade Federal do Rio de Janeiro
US\$	Dólar

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Construção da Identidade Visual do Coletivo Ocupar, mulheres, terra e luta.....	p. 31
Figura 2 - Nostalgia urbana – Desenho próprio feito digitalmente.....	p. 33
Figura 3 - Gráficos sobre renda domiciliar e coeficiente de Gini	p. 44
Figura 4 - Ilustração comparando o tamanho da América do Sul e da Europa no mapa de Mercator e em tamanho real.....	p. 52
Figura 5 - Ilustração demonstrando a distorção do mapa Mercator em um raio de 5.000 km, centralizado de Paris.....	p. 52
Figura 6 - Imagem da Ocupação indígena Goj Jú, localizada atrás da rodoviária de Passo Fundo/RS.....	p. 58
Figura 7 - Imagem da localização da Aldeia Goj Jú, com medição de área de aproximadamente 4.174 m ²	p. 58
Figura 8 - Primeiras casas do povoado que constituiu a cidade de Passo Fundo.	p. 59
Figura 9 - Planta do plano de saneamento e urbanização elaborada em 1919, por Saturnino de Brito.....	p. 61
Figura 10 - Imagem da Fachada de uma residência particular de alto padrão na Vila Vergueiro-Passo Fundo-RS.....	p. 62
Figura 11 - Tamanho aproximado do loteamento de uma casa de alto padrão na Vila Vergueiro em Passo Fundo-RS.....	p. 62
Figura 12 - Imagem da mobilização da Ocupação Valinhos II solicitando regularização da água.....	p. 65
Figura 13 - Ocupação Vista Alegre, imagem de casa, em frente a um condomínio habitacional.....	p. 67

Figura 14 - Bairro Zachia visto de cima, com medição aproximada de sua área.....	p. 68
Figura 15 - Imagem da placa da sede da Ocupação IV do Bairro José Alexandre Zachia.....	p. 69
Figura 16 - Imagens de algumas casas da Ocupação IV do bairro José Alexandre Zachia, vistas da rodovia	p. 69
Figura 17 - Imagem geoespacial do Condomínio La Barra com medição aproximada.....	p. 71
Figura 18 - Imagem da fachada do condomínio La barra em Passo Fundo-RS	p. 71
Figura 19 - Área aproximada de uma propriedade particular no Condomínio La Barra em Passo Fundo-RS.....	p. 72
Figura 20 - Imagem geoespacial do Bairro Alexandre José Zachia, da Ocupação Valinhos II em amarelo e do Condomínio La Barra em azul.....	p. 73
Figura 21 - ESF localizada no Bairro Zachia.....	p. 73
Figura 22 - Imagem da ocupação Valinhos II, em Passo Fundo- RS.....	p. 75
Figura 23 - Imagem da área aproximada da área total ocupação Valinhos II, em Passo Fundo-RS.....	p. 75
Figura 24 - Imagem da mobilização das ocupações em frente a prefeitura.....	p. 76
Figura 25 - Mapa de Localização das Ocupações Urbanas e dos Condomínios Horizontais em Passo Fundo- RS.....	p. 78
Figura 26 - Imagem de Edivânia no documentário Ocupar.....	p. 94
Figura 27 - Imagem da Maria Luiza.....	p. 97
Figura 28 - Imagem da Terezinha Pereira Duarte.....	p. 100

Figura 29 - Imagem da Denair Sandre.	p. 104
Figura 30 - Imagem de um encontro do ocupar: mulheres, terra e luta.....	p. 107
Figura 31 - Imagem da Parada de ônibus.....	p. 110
Figura 32 - Dandara dos Palmares, desenho digital de autoria própria.....	p. 112
Figura 33 - Imagem de um encontro do Ocupar.....	p. 113
Figura 34 - Imagem da Sede da Ocupação Valinhos II, Roseli Nunes.....	p. 114
Figura 35 - Imagem de Jacira de Fátima Aneres Ribeiro dando seu depoimento ao Documentário Ocupar.....	p. 115
Figura 36 - Cartografia do mapa de Passo Fundo-RS, através do Ocupar: mulheres, terra e luta.....	p. 117
Figura 37 - Re- existência. Desenho digital de autoria própria.....	p. 118

Sumário

1. INTRODUÇÃO	18
1.2 Metodologia: Cartografia Social	23
2. E SE ESSA CIDADE FOSSE MINHA? REFLEXÕES SOBRE O URBANO.....	27
3. CIDADES DO CAPITALISMO: A SALA DE VISITAS E O QUARTO DE DESPEJO	34
3.1 Como o lixo e o <i>outdoor</i> : reflexões sobre os não-lugares no capitalismo	48
4. A CIDADE DE FICÇÃO E A POLÍTICA DE FACHADA: URBANIZAÇÃO DE PASSO FUNDO	57
5. DOR QUE NÃO CESSA: A EXPERIÊNCIA DO DESAMPARO	80
6. SE ESSAS SÃO MARCAS EXTERNAS, IMAGINE AS DE DENTRO: O PAPEL DA INTERSECCIONALIDADE NO DESAMPARO DE MULHERES PERIFÉRICAS	93
6.1 Disputa da Cidade: Ocupar: mulheres, terra e luta e o reconhecimento.....	107
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	119
REFERÊNCIAS	123

1. INTRODUÇÃO

Ocupamos uma área que não estava cumprindo sua função social. As famílias pobres têm na ocupação sua única alternativa de moradia. Muitos são trabalhadores informais e outros sobrevivem em circunstâncias de vulnerabilidade, sem conforto, sem estrutura, em locais insalubres, improvisados e sem acesso às necessidades básicas. (Reportagem Rosângela Borges, GZH Passo Fundo, 2023.)

O relato acima, de uma das coordenadoras da ocupação Valinhos II de Passo Fundo, cidade localizada no norte do Rio Grande do Sul, diz respeito a uma vivência que se repete com milhares de famílias na cidade. Segundo a reportagem feita pelo Jornal Gaúcha Zero Hora, a cidade possui de 80 a 100 ocupações, e de acordo com estimativas de órgãos e entidades locais, cerca de 14 mil pessoas vivem em ocupações urbanas, totalizando quase 6,8% da população passo-fundense, que conta no total com 206.215 habitantes (IBGE, 2022).

É necessário destacar que o Direito à moradia é previsto em Lei no Brasil, conforme o “Art 6º” da Constituição Federal (1988). Ainda, a Constituição Brasileira prevê que terras ou imóveis sem função social podem ser desapropriados em nome de um bem coletivo. Entretanto, o que acontece na prática é uma desassistência com a população que busca ocupar espaços para fazer valer seu direito.

Conforme os dados do estudo: “Ensaio e discussões sobre o déficit habitacional no Brasil” (Santos, 2022), cerca de 5,8 milhões de domicílios no Brasil estão em situação de déficit e inadequação habitacional. Ainda, segundo o relatório “Déficit habitacional no Brasil 2016-2019”, da Fundação João Pinheiro (2021), que fornece informações sobre habitações precárias, tendo como ano de referência 2019, aponta que os índices de mulheres chefes de família em domicílios precarizados são maiores, se comparado aos homens. Cerca de 3,5 milhões, 60% dos domicílios com mulheres de referência na chefia da família estão em situação de déficit ou inadequação habitacional, enquanto 2,3 milhões, 40,0% desses domicílios são chefiados por homens. Ou seja, as mulheres são as que mais ocupam espaços sem função social, construindo moradias improvisadas no Brasil. Não obstante, segundo o relatório “Déficit habitacional no Brasil 2016-2019” (FJP, 2021) no indicador relacionado à problemática econômica, cerca de 76% dos domicílios vivem com renda domiciliar de até um salário-mínimo, algo que reitera a desigualdade econômica presente na sociedade brasileira.

Outro fator relevante que precisa ser considerado é a questão de gênero, pois o indicador da violência também se sobrepõe em situações de desproteção social. Segundo estudo divulgado pelo IBGE (2021), em 2018, 30,4% dos homicídios contra mulheres ocorreram no

próprio domicílio, enquanto para homens o índice foi de 11,2%. As mulheres negras e pardas foram as maiores vítimas de feminicídio, nesse sentido, a pesquisa “Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil”, do IBGE (2021), mostrou que o atentado à vida dessas mulheres, em casa, foi 34,8% maior se comparado às mulheres brancas. Fora do lar, esse índice toma proporções assustadoras, cerca de 121,7%.

A partir dos dados estatísticos é possível compreender o panorama presente na sociedade brasileira. Esse cenário é algo que reflete as condições de vida da população feminina nas periferias e ocupações do país, com a mulher preta tornando-se a maior vítima de violências e opressões.

Sendo assim, torna-se imperativo questionar as possibilidades disciplinares e interdisciplinares de pesquisa que tratam de questões relacionadas a essa parcela da população, negligenciada pelo contexto social, histórico e político. Após uma pesquisa no repositório de teses e dissertações da Capes¹ dos últimos dez anos (2014-2024), utilizando o filtro: área de avaliação interdisciplinar, observa-se um baixo número de trabalhos relacionados aos temas orientadores dessa pesquisa, sendo estes: desamparo e/ou Ocupação (ões) Urbana (s). No repositório de dissertações do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas da Universidade Federal da Fronteira Sul, não é possível encontrar nenhum trabalho de dissertação com as temáticas citadas.

Há uma lacuna de trabalhos no que se refere a esses temas, ou melhor, à relação entre eles. Assim, a presente pesquisa se insere na relação que a urbanização capitalista possui com a subjetivação, em especial o desamparo, na vida das populações periféricas femininas latino-americanas, desde o território de Passo Fundo, cidade média do Rio Grande do Sul.

Importante salientar que a urbanização é um fenômeno muito discutido na compreensão das sociedades humanas. Entretanto, a literatura sobre a urbanização pouco dialoga com a dimensão psicológica e existencial do ser humano. Ao investigar um evento social, torna-se

¹ Filtros buscados no repositório da CAPES, área de avaliação interdisciplinar: 1- Ocupações Urbanas: encontram-se apenas 24 dissertações de mestrado das áreas relacionadas a ciências sociais e humanidades, meio ambiente e agrárias, saúde e biológicas que dissertam sobre Ocupações Urbanas. O resultado permanece o mesmo quando o termo é digitado no singular. 2- Desamparo: encontram-se 14 dissertações de Mestrado e 3 teses de Doutorado nas seguintes áreas de especificação: saúde, psicanálise, ciências jurídicas, ciências sociais, cultura e territorialidades.

necessário atentar-se, também, ao campo dos afetos, daquilo que escapa ao material, mas que está interligado com o processo social. Segundo Safatle (2021), a política é indissociável das modalidades de produção de sujeitos. Pois é a vida social e a política que nos mobilizam para determinadas formas de sociabilidade. Ainda, conforme Judith Butler (2019), é mediante comportamentos sociais, subjetivos e materiais que performamos normas sociais transmitidas pelo gênero e outras fantasias psicossociais criadas para reconhecer e normalizar determinadas versões de humano que são ou não validadas por modos de poder. Assim, é crucial compreender os afetos que circulam no espaço urbano, particularmente, no caso desta pesquisa, o desamparo.

O desamparo é um afeto teorizado e muito estudado na psicanálise e que, por vezes, também não dialoga com as ciências sociais. Levantar questionamentos acerca das condições associadas ao processo da urbanização requer a observância de um campo relacionado à subjetivação dos sujeitos inseridos na sociedade capitalista. Assim sendo, a interdisciplinaridade, torna-se uma importante ferramenta de pesquisa, por permitir uma abordagem mais ampla e integrada dos assuntos que compõem as existências humanas.

Sendo assim, a presente pesquisa tem como foco principal o seguinte questionamento:

Como a produção da cidade capitalista atua sobre o desamparo e as desigualdades socioeconômicas das mulheres que vivem em ocupações urbanas, desde o território de Passo Fundo?

Pensar sobre os processos de subjetivação das pessoas requer olhar para diferentes dimensões, sejam elas: sociais, existenciais ou históricas. Dessa forma, torna-se necessário promover a dialogicidade entre diversos conhecimentos, tornando esta pesquisa de perspectiva interdisciplinar. Assim, esta dissertação possui como objetivo principal: Investigar como o processo sócio-histórico de construção urbana do capitalismo reflete nas subjetividades marcadas pelo desamparo, cartografada a partir de vivências de mulheres de ocupações urbanas da cidade de Passo Fundo. Além disso, como objetivos específicos tem-se:

- Buscar, na história do processo de urbanização, elementos teóricos que contribuam para entender a cidade como produtora de desigualdades socioespaciais;
- Propor uma leitura psicanalítica sobre a condição existencial do desamparo e motivações econômicas que parecem tê-lo tornado um problema de classe e de gênero;

- Analisar as condições de vida e narrativas de mulheres participantes do projeto social “Ocupar: mulheres, terra e luta”, na cidade de Passo Fundo, a partir da leitura psicanalítica sobre a condição existencial do desamparo e suas reverberações em espaços urbanos.

Assim, a disposição dos capítulos referentes a esta pesquisa, está organizada da seguinte forma:

O primeiro capítulo introduz o tema central desta dissertação, apresentando a discussão inicial e, em seguida, uma reflexão sobre os fundamentos teórico-metodológicos que sustentam a pesquisa: a cartografia social. Para isso, dialoga com autores como Passos, Barros e Escóssia (2020), Deleuze e Guattari (2011) e Costa (2014). Além disso, aprofunda-se na análise de implicação como método de investigação, com base nas contribuições de Paulon (2005) e Altoé (2004). Intitulado “Metodologia: A Cartografia Social”, este capítulo estabelece as bases conceituais e práticas do estudo.

O capítulo seguinte traz uma reflexão acerca de como a autora se insere na dinâmica do tema e do problema desta pesquisa, articulados por meio de vivências singulares. Esse processo será articulado por meio da análise de implicação proposta por René Loureau (Altoé, 2004).

Sob o título: “Cidades do capitalismo: A sala de visitas e o quarto de despejo”, o capítulo três trata do processo de urbanização capitalista e da lógica segregadora criada por esse sistema em diferentes tempos e lugares do mundo. O capítulo discorre, também, sobre o processo de urbanização que ocorre no Brasil, fundado a partir do colonialismo e do imperialismo. Além disso, o título faz uma referência à obra “Quarto de Despejo” de Carolina Maria de Jesus (2014). São utilizados os seguintes autores para discutir a historicização do processo de urbanização das cidades, Maria Encarnação B. Spósito (1988), Adriano Botelho (2002) e Ermínia Maricato (1996). Ainda, retoma-se o conceito de “Direito à Cidade” de Henri Lefebvre (2001).

A sessão seguinte convoca reflexões sobre a construção de espaços e lugares produzidos pelo capitalismo e como isso eclode nas cidades brasileiras. Em um subtítulo chamado: “Como o lixo e o *outdoor*: reflexões sobre os Não-lugares no Capitalismo”, que faz referência à música “Os Seres” da Banda El Efecto (2010). Este subcapítulo contribui para um processo de análise do impacto do capitalismo sobre as subjetividades e o território. Visto que o capital transforma os espaços, os lugares, a identidade, o tempo histórico e a vida. Revelando como essa

racionalidade pode produzir no sujeito uma lógica individualizada marcada por vivências de solidão, que contribui para a segregação espacial das populações nas cidades. A discussão deste se deu por meio dos autores: Ana Fani Alessandri Carlos (2007), Christian Ingo Lenz Dunker (2015), Raquel Rolnik (1985).

Ainda, nesse sentido o quarto capítulo desta dissertação retoma a construção urbanística de Passo Fundo, cidade média do estado do Rio Grande do Sul, dissertando sobre a segregação presente no município. Bem como, busca olhar historicamente o contexto social das populações invisibilizadas em Passo Fundo. Ele está com o título: “A cidade de ficção e a política de fachada: Urbanização de Passo Fundo”. Os autores utilizados neste capítulo são historiadores e urbanistas, sendo estes: Vanin, Carvalho e Diniz (2021) e Diego Ferreto (2014). O capítulo busca representar aquilo que está sendo dissertado utilizando imagens do documentário Ocupar: mulheres, terra e luta, ferramentas de georreferenciamento como o google Earth e trechos documentais de reportagens em sites de notícias.

Já o quinto capítulo desta dissertação, remonta à elaboração teórica do afeto do desamparo, a partir, principalmente, das obras de Freud (1926-1929). Este capítulo visa contribuir para o entendimento do desamparo enquanto afeto constitutivo do ser humano e, como tal, impacta no contexto social a partir das construções simbólicas do sujeito perante o afeto. Essa reflexão engloba a estruturação subjetiva dos sujeitos que vivem nos centros urbanos e visa revelar como esse afeto circula pelas cidades. Sob o título: “Dor que não cessa: A experiência do Desamparo”, o capítulo evoca, também, reflexões indispensáveis à contextualização histórico-política do termo com a utilização de outros autores críticos e contemporâneos da psicanálise: Miriam Debieux Rosa (2023), Joel Birman (2023), Vladimir Safatle (2021), Judith Butler (2023) dentre outros.

Não obstante, no capítulo, com o título: “Se essas são marcas externas, imagine as de dentro: O papel da interseccionalidade no desamparo de mulheres periféricas”, busca-se relacionar o processo interseccional de classe, raça e gênero com o afeto do desamparo. Levantando hipóteses sobre como o desamparo, comum a toda criatura humana, produz novas subjetivações no contexto de mulheres periféricas, fazendo um recorte macro social a partir de dados estatísticos do IBGE e micro social das mulheres das ocupações urbanas de Passo Fundo. A teorização é organizada, principalmente, por meio de autoras como Lélia Gonzalez (2020) e Sueli Carneiro (2011). O subtítulo também faz uma referência à música “Na pele” de Elza Soares e Pitty (2017).

Além disso, sob o subtítulo: Disputa da Cidade: Ocupar: mulheres, terra e luta e o reconhecimento”, observa-se como as mulheres das ocupações urbanas vêm disputando a cidade através da territorialidade dos corpos em dinâmicas de assembleias. São utilizadas aqui as autoras: Judith Butler (2019-2023) e Manzi e Dos Anjos (2021). Além disso, através da análise de implicação, são apuradas algumas falas e imagens das mulheres integrantes do coletivo: “Ocupar: mulheres, terra e luta”, projeto de formação criado em 2019 pelas mulheres da coordenação da ocupação Valinhos II, em conjunto com a Associação Beneficente São Carlos, por meio do documentário que carrega o mesmo nome do movimento (Ocupar: mulheres, terra e luta, 2023) as mulheres apresentaram a ideia de criar um vídeo para mostrar a realidade das ocupações. O documentário congrega narrativas de mulheres das ocupações Valinhos I, Valinhos II, Leão XIII, Vista Alegre, Bela Vista e Zachia, territórios de Passo Fundo. O documentário tem 45 min 35s e as gravações aconteceram na casa das moradoras, nos lugares que elas escolheram como mais pertinentes, e as narrativas foram descritas em cinco itens: Quem sou? Experiências; Sonhos; Projeto Ocupar e Recados;

1.2 Metodologia: Cartografia Social

O mapeamento do território não pode ser visto como uma verdade estática. A partir desta premissa que Barros e Kastrup (2009) definirão o método de cartografia social como: acompanhar processos. Visto que acompanhar um processo pressupõe a intervenção de outro ator sobre o território, o cartógrafo, e com isso suas perspectivas também agem sobre o espaço e a cartografia. Deste modo, não há verdade absoluta sobre determinado objeto, o que ocorre é muitas vezes uma disputa de verdades que fazem e refazem determinado território, dando visibilidade ou invisibilizando determinados elementos que compõem aquele espaço (Ribeiro, Duara, Passos, Silva, 2024).

Tendo em vista que os mapas delineiam territórios de existência, visibilizam ou invisibilizam densidades de fenômenos, espaços e sujeitos, busca-se com esta proposta metodológica explorar questões interdisciplinares relacionadas aos processos de subjetivação de populações muitas vezes invisibilizadas nos mapas hegemônicos do processo capitalista e colonial. Dessa forma, optou-se pelo método de pesquisa-intervenção da cartografia social, baseado na construção prática e pragmática de pesquisa cunhada por Gilles Deleuze e Félix Guattari, focada na Análise de implicação, construída por René Lourau.

Segundo Deleuze e Guattari (2011, p. 32), para cartografar é preciso compreender que:

o mapa é aberto, conectável em todas as suas dimensões, desmontável, reversível e suscetível a modificações constantes. Pode ser rasgado, revertido, adaptado a montagens de qualquer natureza, preparado por um indivíduo, um grupo ou uma formação social. Pode-se desenhá-lo numa parede, concebê-lo como obra de arte, construí-lo como uma ação política ou como uma meditação.

Para Passos, Barros e Escóssia (2020), a cartografia social é um método de pesquisa-intervenção que pressupõe a orientação do percurso da pesquisa a partir de pistas e os efeitos do próprio processo de pesquisa. Desse modo, haverá conjuntamente processos de descrição, intervenção e criação de novos efeitos nas subjetividades implicadas no processo de pesquisa, onde se reconhece a importância da imprevisibilidade que ocorre na produção de conhecimento, mas que não desqualifica o rigor metodológico.

Conforme Luciano Bedin da Costa (2014) o cartógrafo social enquanto pesquisador precisa estar implicado na pesquisa e não há espaço, dessa forma, para a neutralidade e distanciamento:

Ele se mistura com o que pesquisa, e isto faz parte de sua cartografia. A cartografia se ocupa dos caminhos errantes, estando suscetível a contaminações e variações produzidas durante o próprio processo de pesquisa. A cartografia exige do pesquisador posturas singulares. Não coleta dados; ele os produz. Não julga; ele coloca em questão as forças que pedem julgamento. A cartografia ocupa-se de planos moventes, de campos que estão em contínuo movimento na medida em que o pesquisador se movimenta. Cartografar exige como condição primordial estar implicado no próprio movimento de pesquisa. (Costa, 2014, p.71)

O autor revela, ainda, que a força movente da pesquisa ocorre através do encontro gerado. Ele apresenta a cartografia como “um desenho dos desdesenhos sociais (Costa, 2014, p. 73)”. Sendo assim, é preciso entender os saberes como indissociáveis da realidade. Segundo Costa (2014), os territórios estudados na cartografia podem ser subjetivos, afetivos, estéticos, políticos, existenciais, desejantes, morais, sociais, históricos, éticos etc. Sendo assim:

A cartografia coloca em relação um conjunto de saberes: o cartógrafo pode ser um filósofo, sociólogo, um psicólogo, mas ele também terá de ser um historiador, um geógrafo, um sintomatologista, um clínico e, sobretudo, um artista. Ele trará para sua pesquisa estes múltiplos campos que se sobrepõem e que se atravessam no seu trabalho. (Costa, 2014, p. 75)

Isto posto, a cartografia social, proposta nesta discussão, desenha um mapa que vagueia por diferentes linhas territoriais que são suscetíveis a variações e que precisam ser pensadas a partir de diferentes perspectivas. Desse modo, será utilizado como método, nesta pesquisa, a análise de implicação, ferramenta construída por René Lourau para explicar e compreender uma realidade complexa, decompondo-a em elementos simples, revelando aquilo que não está dito, questionando as instituições ocultantes: a racionalização e a ideologia, aquilo que está instituído

e o instituinte², entendendo ser o analisador que faz a análise, ou seja, é o sujeito que exerce a palavra e com isso se implica no processo (Altoé, 2004).

Conforme Simone Mainieri Paulon (2005), a análise de implicação possibilita a compreensão e explicação de passagens objetivistas e simbólicas dos fatos sociais a partir da vinculação de quem observa, sendo assim, importa a subjetividade de quem pesquisa também como categoria analítica. “O momento da pesquisa é o momento da intervenção já que sempre se está implicado (Paulon, 2005, p. 21).” Dessa forma, importa salientar que a consciência sobre a realidade, nesta leitura, será sempre parcial, sem a possibilidade de qualquer síntese integradora, já que é produzida, também, por subjetividades plurais em permanentes conflitos. Ainda, na análise de implicação se analisa o lugar ocupado nas relações sociais em geral e não somente no âmbito da intervenção que está sendo realizada.

O princípio norteador deste procedimento é o de que a aproximação com o campo inclui, sempre, a permanente análise do impacto que as cenas vividas e observadas têm sobre a história do pesquisador e sobre o sistema de poder que legitima o instituído, incluindo aí o próprio lugar de saber e estatuto de poder do perito-pesquisador. (Paulon, 2005, p. 23)

Desse modo, análise de implicação possui algumas categorias de investigação, sendo elas: as implicações do pesquisador-praticante com seu objeto de pesquisa/ intervenção, bem como com local, organização em que se realiza a pesquisa ou a que pertença o pesquisador; implicação na encomenda social e nas demandas sociais, além de implicações sociais, históricas e epistemológicas; ainda, implicações na escrita que serve à exposição da pesquisa (Paulon, 2005).

Pensando nisso, os sujeitos pesquisados nesta dissertação fazem parte de um coletivo que já constrói encontros sistematicamente e que através destes, criou e vem criando os materiais que serão apreciados nesta dissertação. A partir da análise de implicação, será analisado o documentário “Ocupar: mulheres, terra e luta”, lançado em 2023, com direção de

² Instituinte e Instituído são processos da institucionalização, fundamentos de análise institucional, onde se compreende que o homem sofre forças institucionais, aquilo que já está instituído, mas, também cria e mantém a instituição por meio de consensos, atividade instituinte (Altoé, 2004).

Silvana Ribeiro, disponível na plataforma social, youtube. Também serão utilizados outros arquivos construídos pelo coletivo³.

O documentário possui enfoque em mulheres de 18 a 70 anos, participantes do projeto social: “Ocupar: Mulheres, terra e luta”, projeto de formação criado em 2019 pelas mulheres da coordenação da ocupação Valinhos II, em conjunto com a Associação Beneficente São Carlos. As mulheres que participam desse projeto são moradoras das ocupações Valinhos I, Valinhos II, Ocupação IV do Bairro Zachia, Leão XIII, Bela Vista e Vista Alegre, localizadas no município de Passo Fundo.

Ainda, a pesquisa se utiliza de outras fontes materiais de documentos encontrados digitalmente, sendo estes: reportagens jornalísticas em sites de notícias, ferramentas de mapeamento como Google Earth, e dados estatísticos oficiais e extraoficiais.

³ Os arquivos foram criados a partir do Projeto de pesquisa, com o título de “Projeto Ocupar: mulheres, terra e luta desde olhares cartográficos”, aceito pelo CEP da Faculdade Meridional- IMED, sob o CAEE: 79637924.0.0000.5319. Coordenado pela Professora Dr^a. Silvana Ribeiro docente na Faculdade ATITUS Educação e tendo a presente autora deste trabalho como parte da equipe de pesquisa.

2. E SE ESSA CIDADE FOSSE MINHA? REFLEXÕES SOBRE O URBANO

O “eu” de uns 20 anos atrás, mais especificamente na infância, via a cidade como um espaço de ambivalência que sempre me mobilizou muitos sentimentos. Naquela época, por volta dos anos 2003, morava na área rural de um pequeno município do interior do Rio Grande do Sul, Soledade. Ir à cidade tornava-se um evento.

Tinha datas específicas para o deslocamento, seja por conta de consultas médicas ou questões burocráticas. Mas havia, em especial, alguns momentos que guardo com afeto. Um deles era consonante ao período em que recebíamos dinheiro, geralmente no final da safra do fumo. O momento que aqui retomo era chamado de “*rancho*”. O “*rancho*” se referia às compras para o mês todo, ou para meses, como foi muitas vezes na nossa realidade. Nesses dias, íamos nos deslocando por entre os corredores de algum mercado colocando no carrinho os mantimentos necessários e se a safra fosse boa, também tinha a possibilidade de irmos além do básico.

Outro momento que recordo aqui, se refere as idas à Soledade, acompanhando minha avó materna. Visto que a mesma era uma senhora idosa do interior e precisava de auxílio para questões de burocracia, bem como, para o recebimento de sua aposentadoria, confiando a nós, primeiro minha irmã e depois eu, o apoio de que necessitava. Como “pagamento” pela ajuda, minha avó destinava uma pequena porcentagem de seu pouco salário para a compra de doces e guloseimas para mim e meus irmãos. Lembro-me de que quando a acompanhava sempre almoçamos juntas em um restaurante chamado por nós de “casa amarela”, depois eu a deixava na rodoviária e seguia para uma das poucas escolas estaduais públicas que ofertavam o Ensino Médio na cidade, onde estudava pelo turno da tarde. Nesta época lembro de reclamar das paradas que fazíamos na calçada ou nas praças, toda vez que minha avó encontrava um conhecido, lá se iam minutos ou horas de conversação, perguntas sobre os familiares e reencontros. Rememoro essas lembranças, em recordação a essa mulher, minha avó, Maria Candida, que fez parte de minha construção subjetiva e me ensinou a ver a rua como espaço de encontro.

Essas recordações falam dos afetos que percorreram as ruas de Soledade, invisíveis a olho nu, mas que marcaram minha subjetividade e os espaços urbanos daquela cidade. Lembro-me que sempre que pensava na cidade, na infância e adolescência eu recordava do “*mercado*” em produtos a serem adquiridos. E isso tem um sentido importante para pensarmos a cidade do

capitalismo, pois mesmo sendo concentrada na área rural a produção primária de alimentos, a cidade centraliza e planifica as relações sociais. É nesse momento que lembro das palavras do autor Henri Lefebvre (2001) no seu livro “O Direito à Cidade”, onde diz que o tecido urbano também penetra nos campos através do sistema de objetos e valores, ou seja, tudo gira em torno da cidade, o rural também torna-se parte do urbano. O consumo, seja ele de produtos básicos para a subsistência, seja de mercadorias, se concentra no urbano.

Lembro-me de que havia uma grande dificuldade para chegarmos no perímetro urbano, não só pela distância, mas porque tínhamos que sacolejar em um ônibus pelas estradas de chão esburacadas da zona rural, por cerca de uma hora. Depois, tínhamos que ficar um dia inteiro na cidade, mesmo que fosse uma questão pontual, pois as linhas de transporte eram reduzidas. É claro que a passagem também tinha um custo importante, tínhamos que contar os trocados. E não podia ir todo mundo junto, afinal tinha um “custo alto” ir à cidade para aqueles que viviam em condições de pobreza e miséria.

Recordando essas memórias, retomo aqui, de maneira ensaística, a reflexão da urbanista Ermínia Maricato (1996, p. 55),

A exclusão social tem sua expressão mais concreta na segregação espacial, ou ambiental, configurando pontos de concentração de pobreza à semelhança dos guetos, ou imensas regiões nas quais a pobreza é homogeneamente disseminada.

Assim como nos grandes centros urbanos, as formas de exclusão se reproduzem, também nos meios rurais. Obviamente que em diferentes contextos, mas o que quero exemplificar aqui é que existe uma reprodução social que dialoga com a miséria e a exclusão.

Importante nos atentarmos àquilo que se repete. Para isso, peço que você pense em uma criança que caminha 2 km para ir à escola diariamente. Essa criança mora com precariedade, em cômodos reduzidos, estrutura de madeira com frestas que dificultam o aquecimento no inverno, não possui banheiro e nem saneamento. Por vezes falta água e se houver temporal, certamente estaria suscetível a alguma perda. Estou relatando aqui, minha infância, mas poderia estar falando da realidade de muitas crianças que moram na Ocupação Valinhos II, em Passo Fundo, ou então de inúmeras realidades da periferia do capitalismo atualmente. Segundo Botelho (2002, p. 82), "as crianças que vivem em áreas tipicamente periféricas viajam mais longe para ter acesso às escolas públicas, e nessas escolas eles estudam em classes superpopulosas.". A segregação relatada nesse trecho, também diz respeito às dificuldades de

encontrar equipamentos urbanos, que excluem as camadas mais pobres do acesso ao lazer e à educação, por exemplo.

Pensando sobre as significações da cidade em minha vida, também relembro outras memórias que parecem passar pela concepção do “Direito à cidade” cunhado por Henri Lefebvre (2001). Lembro-me de construir uma organização urbana imaginária quando criança. Essa cidade se revelava a partir daquilo que é comunitário, onde todos os espaços tinham conservados o seu valor de uso: “A cidade, a vida Urbana, o tempo urbano” (Lefebvre, 2001, p. 35). Recordo que na brincadeira, a horta, tornava-se o mercado, marcado pelo encontro. O chiqueiro dos porcos era o “hotel dos desabrigados, que vinham procurar alento”. O galinheiro, por sua vez, se transformava na pensão mais famosa da cidade, muito acolhedora. Já os pés de erva-mate e eucaliptos tornavam-se enormes prédios cheios de moradores. A gestão dessa cidade de fantasia era compartilhada entre mim e minha irmã, mas também havia assembleias onde todos os moradores imaginários podiam opinar e por vezes protestar. Imaginar uma nova cidade torna-se fundamental ao direito à cidade. Com destaque para o entendimento de que, “só a classe operária pode se tornar o agente, o portador ou o suporte social desta realização” (Lefebvre, 2001, p. 134)”. A construção social de novas formas de viver passará, acredito fortemente nisso, por aqueles que se observam excluídos do urbano, e sofrem diariamente com essa exclusão política, espacial e ambiental.

Crescer só tornou maior o meu desejo de construir a cidade da minha imaginação. Há 4 anos moro em Passo Fundo, cidade que possui cerca de 206 mil habitantes, segundo o IBGE (2022). Passei a residir em Passo Fundo pelas melhores oportunidades de emprego e para facilitar a finalização de minha graduação em psicologia. Aqui pude observar mais claramente como uma cidade de médio porte se organiza no capitalismo. A primeira coisa que me chamou atenção para a desigualdade, foi aquilo que está sempre à mostra, mas, contraditoriamente, invisível: as pessoas em situação de rua, dormindo pelas calçadas. A desigualdade em cidades médias e metrópoles no capitalismo é observável em qualquer esquina. Entretanto, algumas pessoas parecem ignorar essa dimensão, o que me leva a questionar: ignorar a desigualdade exposta seria uma forma de se proteger de um sentimento angustiante de desamparo? Um desamparo para além da condição econômica? Ainda não tenho respostas para estas questões e talvez eu termine minha dissertação sem conseguir saná-las por completo. Mas essas interpelações me fazem concluir que a cidade não é de todos, como dizem alguns slogans políticos, nem mesmo, é para todos. Inclusive tem uma grande parcela que não se vê como parte

do urbano. Essa parcela, cerca de 14 mil habitantes (Borges, 2023), reside espremida em partes segregadas em Passo Fundo.

Por conta disso, somei-me à luta das ocupações urbanas de Passo Fundo, principalmente a partir de 2022, o enfrentamento pelo direito à moradia também faz parte da minha peleja, talvez pelas vivências que tive, ou então pelos sonhos fantasiosos de infância. Importante destacar que a participação no coletivo de mulheres do Ocupar tem me proporcionado uma construção social, subjetiva e profissional única.

Em 2022, fui chamada para coordenar, conjuntamente com outras mulheres da ocupação Valinhos II, o projeto de formação de mulheres das ocupações urbanas do município. A ocupação Valinhos II possui uma coordenação composta inteiramente por mulheres, estas fazem a gestão da ocupação, organizam mobilizações sociais, representam o território em diferentes espaços e diante de diferentes autoridades. Sandra, Edivânia e Flaviane, as primeiras a entrar para coordenação, contam que isso significou travar embates, também, contra o machismo presente nos espaços de luta. Conforme elas relataram, já estavam cansadas de trabalhar sem os devidos créditos dos homens que coordenavam a ocupação. Decidiram, desse modo, adentrar oficialmente na coordenação, e nisso ouviram frases como: “quem vai cuidar das crianças?” “Vocês vão saber falar com o prefeito?”.

Notando que de fato seria de suma importância investir em uma formação social e política para defender-se de questões, como esta apresentada anteriormente, que nasceu a ideia de criar um projeto de formação com a proposta de formar novas lideranças femininas, na própria Valinhos II e em outras ocupações. Destaca-se que este projeto foi criado por elas, mulheres que pisam diariamente o território e sabem mais do que ninguém quais demandas suas lutas aspiram sanar. Também, foi a partir dos encontros do projeto, com as discussões sobre a cidade, a luta das mulheres, dentre outras questões, que construo a problemática de pesquisa que apresento hoje.

A luta, que já tinha corpo, foi nomeada como Ocupar: mulheres, terra e luta. O coletivo, ganhou também um rosto fundado na construção da identidade visual, que através da arte deu contorno as ideias da Sandra, Edivânia, Silvana, Claudete e Flaviane.

Figura 1: Título: Construção da Identidade Visual do Coletivo Ocupar, mulheres, terra e luta.



Fonte: Arquivos pessoais (2022).

Legenda: A mesma foi criada a partir de elementos discutidos coletivamente, sendo estes: silhueta feminina inspirada em Carolina Maria de Jesus, um dos símbolos femininos utilizados algumas vezes como exemplo de resistência nos encontros do projeto; enxada, símbolo da luta pela terra; broto na cabeça da mulher, simbolizando o nascimento do coletivo de formação; cor principal: vermelho, por lembrar sangue, marcando a luta e a resistência dessa população; a casa, representando a identidade da ocupação e o direito à moradia; o mapa em vermelho da América Latina invertida, inspirado na obra de Joaquim Torres Garcias numa tentativa de representação de um movimento decolonial. Fonte: Arquivo pessoal, desenho próprio.

E assim seguimos, através da imagem, do discurso e da escrita ocupando diferentes espaços na cidade de Passo Fundo e na região. Hoje, através desta pesquisa, também ocupamos o PPGICH da Universidade Federal da Fronteira Sul, através da discussão do urbano e do desamparo.

Importante destacar que, em conformidade à minha construção enquanto pessoa e das lutas que venho travando desde a infância, opto, aqui, por uma bibliografia composta por concepções sociais de mundo que se aproximam da realidade vivenciada nas periferias do capitalismo. Sendo assim, utilizo como principais autores: Maria Encarnação B. Spósito, professora de geografia urbana e autora, contribuiu com várias obras sobre urbanização, inclusive historicizando o surgimento dos aglomerados urbanos; Adriano Botelho, especialista em geografia humana, propõe reflexões sobre a produção habitacional, segregação socioespacial e o mercado imobiliário em São Paulo; Ermínia Maricato, arquiteta e urbanista, reconhecida pelo seu trabalho acadêmico e luta pela reforma urbana, trata em suas obras sobre a desigualdade, violência e opressão a partir das desigualdades socioeconômicas e espaciais nas

grandes metrópoles brasileiras; Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo francês, marxista, trata do direito da população ao acesso à vida urbana; Miriam Debieux Rosa, psicanalista e professora, atua com temáticas referentes a imigração, violências e afetos; Joel Birman, psiquiatra, filósofo e autor de várias obras relevantes na contemporaneidade, trata de temas como desamparo, subjetivação e cultura; Vladimir Safatle, filósofo e escritor, seus trabalhos apresentam análises sobre a cultura, a afetividade e a política; Freud, considerado o criador da psicanálise, versa sobre a constituição dos sujeitos, a organização psíquica e sobre dilemas existenciais humanos; Ana Fani Alessandri Carlos, geógrafa, seus textos refletem sobre a produção do espaço urbano; Christian Ingo Lenz Dunker, filósofo e psicanalista, autor de vários livros sobre psicanálise e sociedade; Lélia Gonzalez, escritora e militante do movimento negro no Brasil, uma das primeiras autoras a escrever sobre a interseccionalidade de raça, gênero e classe no país; Sueli Carneiro, filósofa, militante dos direitos humanos, escreve sobre desigualdades de raça, gênero e preconceitos sociais, também sobre direitos humanos; dentre outros.

Desta forma, por meio destas perspectivas teóricas e do modo como as interpreto no contexto da minha própria vida e experiência, procuro desenvolver a análise sobre a situação de desamparo e as estratégias de superação desta condição, bem como as vivências subjetivas das mulheres nas ocupações de Passo Fundo.

Figura 2: Nostalgia urbana – Desenho próprio feito digitalmente



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

3. CIDADES DO CAPITALISMO: A SALA DE VISITAS E O QUARTO DE DESPEJO

Periferia é periferia. (que horas são? Não precisa responder...) "Milhares de casas amontoadas." / Periferia é periferia. "Vacilou, ficou pequeno. Pode acreditar" / Periferia é periferia. "Em qualquer lugar. Gente pobre"/ Periferia é periferia. Racionais MC's (1994)

A canção da banda de Rap Racionais Mc's produz reflexões acerca de uma organização socioespacial específica das cidades do mundo capitalista, principalmente no que diz respeito aos países de economia periférica como o Brasil. Compreender a periferia requer dialogar sobre a organização das cidades no sistema capitalista e questionar-se como se constitui a urbanização e, ainda, para que esta serve.

Maria Encarnação B. Spósito (1988), busca em seu livro “Capitalismo e Urbanização” contextualizar o surgimento das cidades. Os primeiros aglomerados urbanos foram organizados a partir da domesticação das plantas e dos animais e a busca por proteção da espécie humana. Spósito (1988), destaca o quanto que o processo de domesticação dos animais e plantas tem a ver com os períodos de fertilidade da mulher, visto que, a mulher, por conta dos filhos, não podia sair à caça, então semeava as plantações como em um rito de fecundidade, diz ela: “A casa e a aldeia, e com o tempo a própria cidade, são obras da mulher” (Spósito, 1988, p.8)”. A autora ressalta que os primeiros aglomerados da história da humanidade também apresentavam divisão social do trabalho, não pela produção, mas pela dominação do caçador, cuja tarefa era proteger a aldeia.

Na antiguidade, segundo Spósito (1988), as cidades serviram como espaços de distinção, domínio social e político, além de serem determinadas geograficamente pela necessidade de abastecimento de água. A autora disserta sobre o propósito das cidades da antiguidade a partir da divisão social e territorial do trabalho, dominação política das elites e aumento da capacidade de produção. Essas cidades tinham como uma importante característica ser o centro de instituições sociais e elites ociosas servindo, desse modo, como espaços de dominação.

Entretanto, após a queda dos grandes impérios, os aglomerados urbanos foram sendo abandonados, pois a economia centrava-se na produção agrícola. Henri Lefebvre (2001), destaca que, na antiguidade, os aglomerados urbanos detinham caráter orgânico de comunidade:

Houve a cidade oriental (ligada ao modo de produção asiático) a cidade arcaica (grega ou romana ligada à posse de escravos), depois a cidade medieval (numa situação complexa: inserida em relações feudais (mas em luta contra a feudalidade

da terra). A cidade oriental e arcaica foi essencialmente política: a cidade medieval, sem perder o caráter político, foi principalmente comercial, artesanal, bancária. Ela integrou os mercadores outrora quase nômades, relegados para fora da cidade. (Lefebvre, 2001, p. 11)

É com o advento do Capitalismo que, segundo Sposito (1988), as cidades passam a ter caráter mercantil de produção de mercadorias e a terra torna-se mercadoria. A forma de como o capitalismo se desenvolve passa pela aliança entre a burguesia e a realeza, além da especialização e aprofundamento da divisão do trabalho. Toda essa dinâmica caminha a passos largos para a emergência do trabalho assalariado e o processo de acumulação primitiva.

Segundo Marx, citado por Spósito (1988, p. 49),

A descoberta de ouro e prata na América, a extirpação, escravização e sepultamento nas minas, da produção nativa, o início da conquista e saque das índias orientais, a transformação da África num campo para a caça comercial aos negros, assinalaram a aurora da produção capitalista. Esses antecedentes idílicos constituem o principal impulso da acumulação primitiva.

Importante ressaltar que não é a cidade que surge com o capitalismo, ao contrário, é o capitalismo que cresce e se desenvolve na cidade, no centro dinâmico de uma economia urbana que se reconstruiu na Europa, a partir do Século XIII (Spósito, 1988). A expansão colonial e os novos monopólios comerciais, desenvolvidos a partir da construção das cidades coloniais e a exportação do modelo urbano europeu, também foram questões importantes para a construção da acumulação primitiva de capital nas cidades.

Como visto anteriormente, o fenômeno da urbanização surge na antiguidade, entretanto, é com o advento do capitalismo que ocorre a industrialização. Conforme Spósito (1988), a partir do século XVIII cria-se a máquina a vapor, a qual, dentre outras coisas, foi utilizada como extração de lucro para acumulação de capital. Irrompendo o processo de industrialização e reforçando a divisão territorial do trabalho, ou seja, o espaço foi sendo produzido para atender a demanda da economia capitalista, homogeneizando, desse modo, valores culturais e a própria paisagem das cidades. Segundo a autora:

Esta homogeneização das paisagens e dos hábitos que o capitalismo desenvolve (a aparência) não pode ser confundida com uma homogeneização dos papéis dos lugares (a essência). A ampliação do processo de urbanização (aumento do número de cidades e formação de grandes áreas metropolitanas) determina a articulação entre os lugares e acentua a divisão social do trabalho que o capitalismo provoca e de que necessita para se reproduzir. (Spósito, 1988, p. 79)

Henri Lefebvre (2001) reforça o impacto que a industrialização e o capitalismo tiveram nas cidades. Segundo o autor, existe um “duplo processo” que ocorre nas cidades que advém

da industrialização e urbanização, o qual se torna conflitante, pois as cidades acabam por se organizar a partir da lógica da industrialização. Essa lógica, em suma, traz uma série de problemas referentes à organização do território. Destaca Lefebvre (2001) que o fenômeno urbano, nos países industrializados, tem por característica um tecido urbano cerrado, sem diferenciações locais e não há divisões entre a vida social, o consumo, ou divisão do trabalho. Causando o que o autor chama de implosão-explosão das cidades, que ocorre quando as concentrações urbanas se tornam gigantescas e as populações se amontoam, atingindo densidades inquietantes, enquanto os centros urbanos se tornam centros de consumo a partir do comércio e do poder.

Esse fenômeno, denunciado por Lefebvre (2001), causa a desordem e a destruição da organização urbana, a partir o distanciamento da população dos centros urbanos, e dos investimentos escolhidos pelos donos do capital que beneficiam a indústria e o lucro em virtude da organização arquitetônica e urbanística da cidade.

Spósito (1988) também destaca que o campo e a cidade sofrem com a produção capitalista, a partir da existência de grandes unidades de produção apoiadas no capital monopolista, que gera uma intensa migração do campo para a cidade, de trabalhadores assalariados com poucas ou quase nenhuma condição econômica. Reforçando, desse modo, a concentração de poder com a formação de uma tecnocracia que tende a planificar a arquitetura urbana.

Lefebvre (2001), destaca que a crise da cidade está além da questão da moradia. Ela está relacionada à racionalidade limitada, ao produtivismo, economicismo, à centralização planificadora preocupada acima de tudo com o crescimento, à burocracia do estado e do mercado. Com isso, o que ocorre é a destruição da organização urbana enquanto lugar do desejo, socialização e ligação dos tempos. O autor levanta alguns pontos relacionados a essa crise urbana que se refere a destruição da cidade. Dentre eles está a criação de vazios urbanos, a partir da violência estatal e a expulsão do trabalhador dos centros, orientados pela estratégia de classe através da ascensão da propriedade da terra e do consumo.

Lefebvre (2001) sublinha que a construção da sociedade ocorre em torno do consumo, onde os grandes centros tornam-se lugares vazios feitos somente para a mercantilização, em proveito dos centros comerciais e não do "habitar". O termo "habitar" remonta a lógica comunitária da vida urbana, onde a cidade possibilita um complexo conjunto de equipamentos

públicos como escolas, creches, praças, unidades de saúde, dentre outros, necessários para uma habitação digna. Os centros de comércio a que Lefebvre (2001) se refere são espaços projetados para consumo de produtos e bens de serviço, como, por exemplo, lojas e shopping centers. Enquanto isso, a população mora cada vez mais distante do centro urbano, pois as especulações sobre terrenos tornam os custos de moradia nos centros demasiados altos para a população trabalhadora. Conforme o autor, a especulação imobiliária também cria conjuntos e as novas cidades, a partir dos conjuntos habitacionais e as habitações tipo pavilhão, formas de moradia que não consideram o bem-estar social do trabalhador. Lefebvre (2001) vai se referir a essas habitações como “habitat”⁴. Se faz necessário destacar que as moradias habitat surgiram como processo das especulações sobre os terrenos.

Nesse sentido, Spósito (1988) também chama a atenção para o desenvolvimento dependente, sendo algo que afeta a realidade brasileira e que atravessa o desenvolvimento das cidades e da urbanização, deixando estas ainda mais caóticas e desiguais em países periféricos. Ou seja, os países ditos desenvolvidos subordinam os ditos subdesenvolvidos, como o Brasil, tornando esses países dependentes comercial e economicamente com vistas a controlar o seu suposto processo de desenvolvimento. Isso pode ocorrer, segundo a autora, por meio da dominação colonial, dominação capitalista comercial ou dominação imperialista industrial e financeira.

O Brasil, como já destacado, é um exemplar canônico de desenvolvimento dependente, sendo possível observar tal questão por meio da sua principal *commodity* de exportação. Segundo o Ministério da Agricultura e Pecuária (2023), em 2022, o país teve quase metade de sua exportação, cerca de 47,6%, proveniente do agronegócio, isto significa que boa parte da economia brasileira gira em torno de uma monocultura primária, reforçando o caráter de dominação imperialista que o país vive. Pois esse modelo primário exportador possui efeitos na desindustrialização, obrigando o país a comprar produtos de ordem secundária e terciária que possuem um alto valor de mercado, como é o caso das tecnologias. Além disso, o Brasil vive preso às hegemonias globais, ao comércio exterior, extremamente concorrencial, e juros

⁴ O termo Habitat é usado por Lefebvre para caracterizar uma forma específica de construção tipo pavilhões e/ou conjuntos habitacionais geralmente padronizados e com custo menor se comparado a outros tipos de moradia, criados a partir das especulações sobre terrenos e construídos desenfreadamente sem áreas e espaços de encontro, lazer e bem-estar.

cambiais altos. Spósito (1988) destaca também que, na economia capitalista, tudo se torna mercadoria, até mesmo a terra e, no Brasil, os monopólios do capital estão fortemente ligados à terra, o que acarreta degradação ambiental, além dos impactos sociais referentes ao acúmulo de capital na mão de alguns grandes produtores rurais do agronegócio.

Importante salientar que a ideologia de consumo do capitalismo perpassa o urbano, estendendo-se também ao campo em conjunto com os conflitos relacionados à terra, segundo o autor Lefebvre:

Seja o que for, a cidade em expansão ataca o campo, corrói-o, dissolve-o. Não sem os efeitos paradoxais anteriormente observados. A vida urbana penetra na vida camponesa, despojando-a de elementos tradicionais: artesanato, pequenos centros que definham em proveito dos centros urbanos (comerciais e industriais, redes de distribuição, centros de decisões etc.) As aldeias se ruralizam perdendo a especificidade camponesa. Alinham-se com a cidade, resistindo-a às vezes, dobrando-se ferozmente sobre si mesmas. (Lefebvre, 2001, p. 74)

Outra questão importante nessa dinâmica referente à comercialização da terra, diz respeito ao monopólio espacial nas cidades. Segundo Adriano Botelho (2007, p. 23),

De forma mais abrangente, a produção e o consumo do espaço, assim como a urbanização, estão inseridos no amplo processo de reprodução das relações de produção capitalistas, na medida em que são guiados pelos ditames da propriedade privada, e são regulados pelas necessidades do capital de gerar valor excedente.

A mercantilização da terra nas grandes metrópoles brasileiras revela-se uma das mazelas seculares da segregação. Consoante, Adriano Botelho (2007), revela que o urbano deixou de ser um processo induzido pela indústria para tornar-se reprodutor das relações de produção. Desse modo, o processo de segregação ocorre por consequência da oposição entre o preço do solo no centro da cidade e na periferia. Isso se dá, pois o sistema esfacela algumas funções urbanas necessárias à organização das cidades, concebendo o chamado zoneamento. O zoneamento significa a valorização de alguns lugares, geralmente nos centros, por possuírem mais equipamentos urbanos estatais, tais como creches e escolas, além dos serviços de transportes. Enquanto isso, as áreas periféricas ficam carentes de dispositivos urbanos básicos. Ou seja, a cidade capitalista mantém alguns privilégios espaciais e materiais, através, também, dos equipamentos urbanos.

Ainda, segundo Botelho (2007), o espaço ocupado pelas classes com mais recursos econômicos torna-se signo de distinção social, e o estado estando a serviço do capital reitera, a partir dos investimentos e financiamentos, o sistema de reiteração simbólica da hierarquia das situações de classe. “E assim, as camadas superiores e as camadas populares se excluem do

espaço pelo processo de expulsão derivado do preço cobrado pelo espaço.” (Botelho, 2007, p. 35).

Não obstante, faz-se necessário relembrar que organização espacial no Brasil possui algumas questões particulares de capitalismo dependente, o que o torna um país com determinações sociais próprias, relativas à história e à produção das cidades. Maricato (1996), ressalta que o Brasil, desde seu nascimento como nação, obteve sistematicamente crescimento econômico concentrador de renda, de terra e de poder, o que o torna, desde os primórdios, profundamente excludente. Não é possível deixar de destacar nesse enredo, o papel clientelista do estado brasileiro, principalmente no que se refere à terra.

Maricato (1996) utiliza o conceito de “modernização do arcaico” e “arcaização do moderno”, do autor Florestan Fernandes, para se referir a esse desenvolvimento próprio dos países periféricos como o Brasil. Botelho (2007, p. 28), ressaltará que a modernização no Brasil, quase sempre, significou: “...enxugamento do número de trabalhadores, racionalização do processo de trabalho significa aumento da intensidade do trabalho para um número menor de trabalhadores e a precarização do emprego para a maioria.”

Ainda, conforme Ermínia Maricato (1996) a passagem do Brasil-colônia para país independente, também fala muito do sintoma social ao qual se refere este trabalho. O fim da escravidão, a substituição dos escravos pela força de trabalho migrante europeia, assim como a emergência do trabalhador livre, é de fundamental importância para entender a industrialização e a formação do proletariado urbano brasileiro. Segundo a autora, no século XVIII, metade da população escravizada estava na condição de liberta, pelo menos juridicamente falando, pois, a mesma encontrava-se completamente excluída socialmente, inclusive da produção organizada, vivendo desde aí na informalidade do mercado de trabalho.

A despeito do clientelismo do governo brasileiro, Maricato (1996), destaca que através do sistema de sesmarias, a Coroa Portuguesa concedia títulos de terras aos latifundiários em troca de sua lealdade.

Os colonos, senhores de terra, proprietários de escravos, compunham as câmaras municipais. Definidos como “homens bons”, além de grandes produtores rurais, eles deveriam, segundo as normas, residir na cidade, adotar a religião católica, apresentar pele branca e ofício não manual. Como autoridade municipal e representantes da coroa, esses latifundiários, juntamente com os burocratas administradores, tinham autoridade sobre o destino das coisas e das pessoas (incluindo poder policial). Eles podem até doar terras, as “datas”, porções do território que faziam parte do patrimônio

público municipal, sob a forma de uma gleba de terra (denominada *rossio*), que acompanhava a concessão da autonomia municipal. (Maricato, 1996 p. 36)

Segundo Maricato (1996) o sistema das Sesmarias vigorou até 1822, quando ele foi suspenso. De 1822 a 1850 ocorre um vácuo estatal no que diz respeito à legislação de terras. Já em 1850, quase 30 anos depois da última lei, foi promulgada a Lei de Terras n.º 601 de 18 de setembro, que passa a mercantilizar a terra, lhe atribuindo valor. Maricato (1996) destaca que anterior a esta lei, a terra não possuía valor, pois a propriedade do latifundiário era o escravo, vendido e comercializado como mercadoria. Questiona-se, desse modo, qual é o fato que condiciona essa mudança na definição do que é considerado mercadoria? Segundo a autora, ainda em 1850, foi promulgada a Lei n.º 581, conhecida como Lei Eusébio de Queiroz, que proibiu o tráfico de escravos africanos no Brasil, 14 dias depois há a consolidação da Lei de Terras.

É necessário destacar, segundo Maricato (1996), que entre 1822 a 1850, durante o período de vácuo estatal, ocorreu a invasão e ocupação de terras pelo latifúndio, por meio da expulsão de pequenos posseiros e povos indígenas dos territórios. A autora salienta, ainda, que a Lei de Terras também possuía como finalidade o financiamento da colonização branca europeia no território brasileiro. Esta se deu a partir das terras devolutas, com base “científica” eugenista, tendo como aporte teórico as políticas de branqueamento da população. No entanto, o financiamento da colonização só tem êxito no Sul, no resto do país, ocorrendo em grande medida a anexação de terras pequenas, ou seja, pequenas propriedades, por parte dos latifundiários. Isso se dá de maneira indiscriminada até 1917, quando foi criado o Código Civil.

Maricato (1996) evidencia a importância que o aparato legal do século XIX teve para o monopólio latifundiário, além disso, salienta-se que esse processo forneceu as bases para o mercado imobiliário regulamentado em 1890. Segundo Maricato (1996, p. 37):

Apesar da pouca importância do mercado fundiário urbano, a partir de meados do século XIX, surgem as necessidades, até então desprezadas, de dar maior precisão ao loteamento, suas funções e suas dimensões, o alinhamento das fachadas, o nivelamento das vias e o que era chão público ou privado.

A autora relembra que na república, parte da força de trabalho ainda era escrava e parte dos trabalhadores assalariados nem recebiam seus salários integralmente. No entanto, o estado, numa tentativa de livrar-se dos resquícios escravistas, e imprimir uma imagem moderna, “expulsa a “massa sobrança” (negros, pedintes, pessoas sem documentos e desempregados em geral dos centros urbanos mais valorizados.” (Maricato 1996, p. 38) Além disso, conforme

Botelho (2007), aquilo que se denomina de modernização no Brasil sempre foi sinônimo de precarização dos trabalhadores e das condições de vida dessa população.

Botelho (2007), salienta que a produção habitacional nos últimos anos do século XIX caracterizou-se pelo clientelismo empresarial, rentista e latifundiário. Em consequência disso, o mercado de aluguéis explodiu nas metrópoles, sendo sustentado pela economia privada agrário-exportadora. Dessa forma, ocorria em momento subjacente à financeirização dos empreendimentos alugáveis, os encilhamentos por parte da construção civil para a construção de cortiços e vilas operárias com habitações precárias para a população pobre.

Segundo Botelho (2007), a década de 1930, conhecida como os anos do desenvolvimentismo no Brasil, também foi marcada pela segregação espacial, ratificada pela renda fundiária urbana e hierarquização de alguns pontos das áreas urbanas. Gerando um verdadeiro mapa de “valores urbanos”, onde a imensa maioria da população não-proprietária é excluída do acesso à terra. Há que se destacar novamente a contribuição do estado nessa dinâmica de valorização da propriedade privada, visto que o mesmo segue investindo, ainda hoje, em áreas valorizadas pelo mercado, mantendo os privilégios espaciais dos proprietários. Além disso, conforme Botelho (2007, p. 85):

A renda fundiária e a propriedade, além de serem um obstáculo à livre circulação do capital, também são um obstáculo à propriedade social de um dos mais importantes meios de produção (a terra), contribuindo assim para a contínua reprodução da classe dos que não possuem os meios de subsistência e que têm de vender sua força de trabalho para reproduzir-se (o proletariado).

Botelho (2007) ressalta que entre 1930 e 1940 houve uma grande expansão dos meios de financiamento habitacional por parte do estado. Isto se deu por meio da criação das IAPs (Institutos de pensão para recursos de atendimento habitacional) que ficaram autorizados a financiar obras habitacionais, com juros menores e maiores prazos de pagamento.

A partir de 1944, Botelho (2007), afirma que as instituições de previdência social também passaram a realizar operações de empréstimos imobiliários. Desse modo, ocorre a estagnação do mercado de aluguéis e consequentemente o despejo de boa parte da população que não tinha acesso aos empréstimos, transferindo para o estado ou aos próprios trabalhadores a responsabilidade pela construção das moradias.

É necessário destacar, que as IAPs não fugiram da lógica corporativa e clientelista em relação à terra, visto que a maioria dos financiamentos subsidiaram os setores mais abastados

da sociedade. E mesmo com as caixas econômicas servindo créditos hipotecários voltados a pequenas operações, muitos trabalhadores não conseguiam adquirir sua habitação via financiamento, visto que os salários eram extremamente baixos. Salienta-se, também, que era significativo o número de trabalhadores que viviam na irregularidade e na informalidade e que, desse modo, não conseguiam desfrutar dos créditos fornecidos. E ainda, segundo Maricato (1996), esse período combinou crescimento urbano industrial com baixos salários para o trabalhador, consonante com regimes arcaicos de produção agrícola. O que gerou um processo muito grande de acúmulo de riquezas para os latifundiários, desencadeando migração intensa dos trabalhadores rurais pobres para as cidades. Conforme Maricato (1996, p. 40) “De 1940 a 1980 a população urbana passa de 26,25% do total para 68,86%.”

Durante o governo Dutra (1946-1950), de acordo com Botelho (2007), foi criado outro meio de financiamento de construções habitacionais à população pobre. Entretanto, a Fundação Casa Popular, como era chamado o projeto, nunca vingou devido ao baixo investimento orçamentário. Segundo o autor, isso ocorreu por haver resistências por parte do empresariado e alguns políticos da época. Dessa forma, a Fundação Casa Popular fracassou em seu objetivo e contribuiu muito pouco com a construção de moradias no período. Produzindo, ainda, muitas moradias para quem já era morador dos centros urbanos e recebia acima de 3 salários-mínimos. Novamente, a imensa massa de trabalhadores pobres era deixada à própria sorte, enquanto a classe média e a elite econômica da época eram favorecidas constantemente por meio dos financiamentos governamentais.

Em 1964, com o Golpe Militar, as IAPs foram extintas, conforme Botelho (2007). Entretanto, os financiamentos e atribuições prediais habitacionais seguiram sendo realizados, agora, centralizados no BNH (Banco Nacional da Habitação), através do SFH (Sistema financeiro de Habitação), enquanto isso, a previdência foi centralizada no INPS (Instituto Nacional de Previdência Social). Ambos continuavam sendo guiados pela lógica de mercado, porém ainda mais ligados à iniciativa privada, sendo os principais financiadores do sistema imobiliário da época.

A jogada governamental desse período foi a utilização do FGTS (Fundo de garantia dos trabalhadores) para financiar as empreiteiras e a construção de apartamentos para a classe média (Maricato, 1996). Botelho (2007) relata que havia diferentes formas de financiamento habitacional conforme os diferentes públicos. O autor salienta que a maioria dos financiamentos se destinava à classe média com renda a partir dos 5 salários-mínimos. Também tinham alguns

financiamentos concedidos à construção de habitações para famílias de renda mais baixa. Torna-se necessário destacar, porém, que o mercado popular, como era conhecida a oferta de crédito para a população pobre, era completamente terceirizado. O que fazia com que o dinheiro fosse direcionado às empreiteiras responsáveis pelas construções das então chamadas Cohabs. Visto que, essas empresas eram também responsáveis pela comercialização das habitações após finalizadas. O resultado dessa política de financiamento da iniciativa privada, foi um enorme déficit no pagamento que fez com que o governo sofresse um rombo do qual não se tem números exatos até hoje (Maricato, 1996).

A partir de 1980, conforme Botelho (2007), houve uma diminuição no financiamento de habitações em decorrência da crise, da inflação e do déficit de inadimplência deixado por 50% dos mutuários. O BNH/SFH foi extinto em 1986 e suas atribuições e a inadimplência bilionária passam para a Caixa Econômica Federal. Ainda, segundo o autor, o financiamento habitacional segue priorizando o setor privado nos governos seguintes, do Collor ao Fernando Henrique, inviabilizando, desse modo, a população pobre de obter uma habitação digna nas cidades.

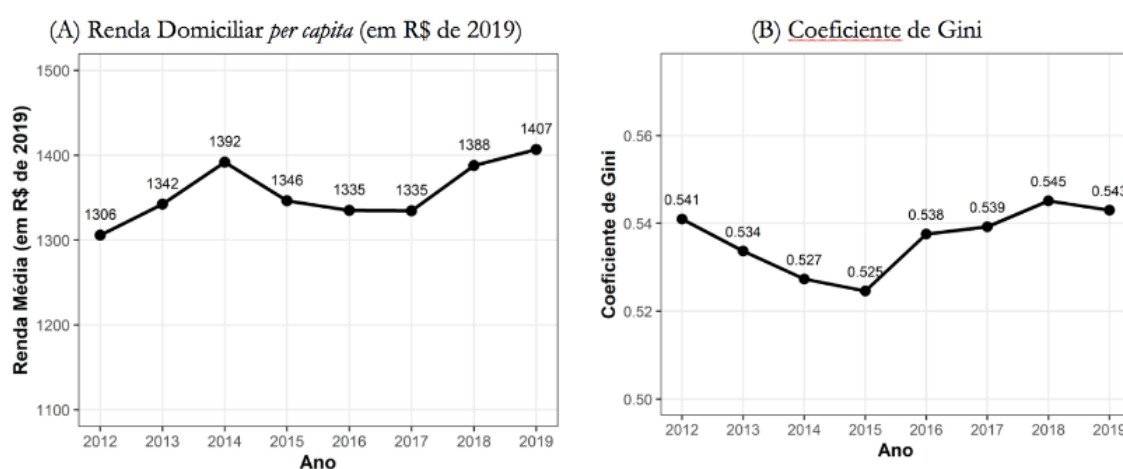
É possível dizer que um dos setores que mais cresceu e obteve lucro durante esses processos foi o setor imobiliário. Como já observado, este setor contribui de forma ativa com a segregação espacial. Segundo Botelho (2007), o mercado imobiliário é regido pela lógica de "dois circuitos". O primeiro, o circuito superior, diz respeito às classes detentoras do poder onde estão condensadas as classes médias, altas, super ricos, bancos e empresas. Já o segundo, o circuito inferior, é onde está a grande parte da classe trabalhadora. Os circuitos estão geralmente ligados via trabalho, mas há uma dominação do circuito superior sobre o inferior, possível de verificar principalmente na localização espacial. Ambos convivem no modelo capitalista de produção de moradias, mas, enquanto as camadas mais abastadas da população possuem inúmeros privilégios financeiros, a classe trabalhadora precisa utilizar recursos próprios para construção de moradia, muitas vezes em loteamentos clandestinos ou áreas de proteção.

Maricato (1996), destaca o quanto essas políticas insuficientes de habitação impactaram a vida dos trabalhadores. Estes, relegados à própria sorte, com péssimos salários, buscam como alternativa de moradia locais clandestinos. Conforme a autora, na década de 1980, a desigualdade no país atingiu níveis alarmantes, com o 01% mais rico acumulando cerca de 61% a mais de riqueza em relação aos 50% da população pobre. Conforme dados do IPEA (2001), os índices de Gini, que medem o nível de desigualdade no país, demonstram que o acúmulo

econômico se manteve em alta da década de 1980 até 1990, chegando a apresentar um índice de 0,60 em 1989. Já entre, 1990 e 2004, o índice exibiu uma leve queda (Barros; Foguel; Ulyssea, 2006). O índice é uma escala que pode variar vai de 0 a 1, sendo zero nenhuma desigualdade social e 1 o máximo grau de desigualdade. Dados mais atualizados do Índice demonstram, segundo Barbosa, Souza e Soares (2020), que o nível de desigualdade se mantém em declínio até 2015, voltando a subir em 2016 e fecha 2019 com o mesmo índice de 1995.

Figura 3: Gráficos sobre renda domiciliar e coeficiente de Gini.

Gráfico 1: Renda média e Desigualdade – Brasil, 2012-2019



Fonte: elaboração dos autores a partir dos microdados da PNADC 2012/2019.

Fonte: Barbosa; Souza; Soares (2020).

Isso significa que o Brasil apresenta um nível de desigualdade muito elevado desde o século XX, conforme Barbosa, Souza e Soares (2020), o país manteve-se com esperanças em relação à queda da desigualdade na primeira década do século XXI. No entanto, como observado nos gráficos, a desigualdade subiu novamente, pois o país sofreu a pior recessão desde a redemocratização, após 2012. Que acabou se agravando com o impeachment da Presidente Dilma em 2016. Segundo Barbosa, Souza e Soares (2020), entre 2001 e 2011, a renda média das famílias cresceu mais de 30%, como consequência a desigualdade medida pelo coeficiente de Gini caiu mais de 10%, e as taxas de extrema pobreza e de pobreza recuaram, respectivamente, 4 e 12 pontos percentuais.

Em consonância ao aumento da desigualdade, conforme Maricato (1996) a exclusão espacial e ambiental reforçam a exclusão social, provocando imensas regiões de pobreza homoganeamente disseminadas pelas cidades. De acordo com Spósito (1988), as consequências

do capitalismo e do liberalismo econômico na vida dos trabalhadores é a desigualdade econômica e a exclusão socioespacial nas cidades. Ainda, Spósito (1988) destaca que a desigualdade entre as classes se acentua por conta da dificuldade de acesso do trabalhador à infraestrutura, equipamentos e serviços urbanos.

Segundo Maricato (1996), a ocupação de locais ilegais, muitas vezes áreas de risco e de proteção ambiental, torna-se a única possibilidade de moradia da população marginalizada frente à privatização da terra pelos grandes proprietários e a prevaricação estatal.

A tolerância pelo estado em relação a ocupação ilegal, pobre e predatória de áreas de proteção ambiental ou demais áreas públicas, por camadas populares, está longe de significar, o que poderia ser argumentado, uma política de respeito aos carentes de moradia ou aos direitos humanos, já que a população aí se instala, sem contar com nenhum serviço público ou obras de infraestrutura urbana. Em muitos casos os problemas de drenagem, risco de vida por desmoronamentos, obstáculos a instalação de rede de águas e esgotos, torna inviável ou extremamente cara, a urbanização futura. (Maricato, 1996, p. 63)

Segundo dados do IBGE (2024), o Brasil possui cerca de 11.421 áreas de organização periférica. São consideradas áreas de organização periférica zonas com mais de 50 domicílios, conhecidas também como favelas. Onde vivem cerca de 16 milhões de pessoas em um total de 6,6 milhões de domicílios. Este índice representa uma expansão se comparado a 2010, visto que, neste ano, o número de pessoas que viviam em aglomerados subnormais⁵ era cerca de 11 milhões de habitantes. De acordo com Azael (2024), a favela mais populosa do país é atualmente a Sol Nascente, em Brasília, com 87.184 moradores. A Rocinha, que liderava o ranking em 2010, ficou em segundo lugar em 2022, com 67.199 moradores. Ainda conforme o IBGE (2024), em 2019, o estado do Rio Grande do Sul possuía 42 municípios com aglomerados subnormais. Dentre estes, Passo Fundo, com estimativa de 927 aglomerados subnormais, segundo informações preliminares do IBGE (2024).

Conforme observado, as organizações periféricas acabam por ser uma resposta ao monopólio de capital relacionado à terra e às políticas ineficientes do estado. No entanto, a população que aí se aloja sofre imensamente com a precarização e falta de serviços urbanos que

⁵ O IBGE (2024) categoriza como aglomerados subnormais, formas de ocupação irregular de terrenos de propriedade alheia (públicos ou privados), com padrão urbanístico irregular, carência de serviços públicos essenciais e localização em áreas que apresentam restrições à ocupação.

possibilitam condições mínimas de existência. A música “Periferia é Periferia” do Racionais Mc’s, do álbum “Sobrevivendo no Inferno” de 1997, consegue sintetizar brilhantemente o que já foi discutido neste texto, principalmente no que se refere às condições de existência nas periferias das grandes metrópoles:

Este lugar é um pesadelo periférico/ Fica no pico numérico de população/ De dia a pivetada a caminho da escola/ À noite vão dormir enquanto os manos "decola"/ Na farinha... hã! Na pedra... hã!/ Usando droga de monte, que merda! Há!/ Eu sinto pena da família desses cara!/ Eu sinto pena, ele quer mas ele não pára!/ Um exemplo muito ruim pros moleque./ Pra começar é rapidinho e não tem breque./ Herdeiro de mais alguma Dona Maria/ Cuidado, senhora, tome as rédeas da sua cria!/ Fudeu, o chefe da casa, trabalha e nunca está/ Ninguém vê sair, ninguém escuta chegar/ O trabalho ocupa todo o seu tempo/ Hora extra é necessário pro alimento/ Uns reais a mais no salário, esmola do patrão/ Cuzão milionário!/ Ser escravo do dinheiro é isso, fulano!/ 360 dias por ano sem plano/ Se a escravidão acabar pra você/ Vai viver de quem? Vai viver de quê?/ O sistema manipula sem ninguém saber/ A lavagem cerebral te fez esquecer/ Que andar com as próprias pernas não é difícil/ Mais fácil se entrega, se omitir/ Nas ruas áridas da selva/ Eu já vi lágrimas, suficiente pra um filme de guerra/ Aqui a visão já não é tão bela/ Não existe outro lugar./Periferia é periferia.(é gente pobre). (Racionais Mc 's,1994).

Segundo Maricato (1996), a privatização dos direitos torna-se gatilho ao problema da violência urbana, como trazem os versos de Racionais Mc 's, a violência e as drogas assolam diariamente as periferias urbanas. Maria Carolina de Jesus (2014) em seu livro “Quarto de despejos”, assim como a banda de Rap Racionais Mc’s, também escreve sobre a vida nas favelas pela visão de quem vive a desigualdade na pele, relata ela:

...Estou residindo na favela. Mas se Deus me ajudar hei de mudar daqui. Espero que os políticos estingue as favelas. Há os que prevalecem do meio em que vive, demonstram valentia para intimidar os fracos. Há casa que tem cinco filhos e a velha é quem anda o dia inteiro pedindo esmola. Há as mulheres que os esposos adoecem e elas no penado da enfermidade mantêm o lar. Os esposos quando vê as esposas manter o lar, não saram nunca mais. (Jesus, 2014, p. 17)

A partir das informações apresentadas é possível compreender o quanto a desigualdade pode ser avassaladora nos países periféricos. Esta, que aliada a acumulação de capital, a partir da propriedade privada da terra, contribui diretamente para a segregação e a miséria. Frantz Fanon (2022) no livro “Os condenados da terra”, também reflete sobre essa questão da exclusão e violência que oprime a periferia a partir do fenômeno da colonização, diz ele:

A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a aldeia dos pretos, a médina, a reserva, é um lugar mal-afamado povoado de homens mal-afamados. As pessoas ali nascem em qualquer lugar, de qualquer jeito. As pessoas ali morrem em qualquer lugar, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, os homens se apertam uns contra os outros, as cabanas umas contra as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, faminta de pão, de carne, de calçados, de carvão, de luz. (Fanon, 2022, p. 35)

Todo esse processo de exclusão, desigualdade e acumulação de capital culmina naquilo que Henri Lefebvre (2001) chama de fenômenos da degradação do urbano, como destaca o autor:

O fenômeno da segregação deve ser analisado segundo índices e critérios diferentes: ecológicos (favelas, pardieiros e apodrecimento do coração da cidade), formais (deterioração dos signos e significações da cidade, degradação do “urbano” por deslocamento de seus elementos arquitetônicos), sociológico (níveis de vida e modos de vida, etnias, culturas e sub-culturas, etc.). (Lefebvre, 2001, p. 98)

Como é possível observar, as cidades tornaram-se locais destinados ao consumo, enquanto as periferias configuram-se em ambientes insalubres de moradia. A discrepância entre ambas as partes faz parte da paisagem urbana, revelando constantemente a segregação espacial e ambiental presente nas cidades. Entretanto, como analisado por Lefebvre (2001), existem outros fenômenos em escala mais subjetiva que também sofrem com a degradação do urbano, como, por exemplo, os modos de vida, a cultura e as significações da cidade para seu povo. Maria Carolina de Jesus (2014), escreve em seu diário, também, questões relacionadas à significação da cidade para a população que reside na periferia, diz ela:

...As oito e meia da noite eu já estava na favela respirando o odor dos excrementos que mescla com o barro podre. Quando estou na cidade tenho a impressão que estou na sala de visita com seus lustres de cristais, seus tapetes de viludos, almofadas de sitim. E quando estou na favela tenho a impressão que sou um objeto fora de uso, digno de estar num quarto de despejo. (Jesus, 2014, p. 31)

Como é possível observar no trecho acima, a imagem da cidade para a população que mora nas favelas demarca a visão desde o lugar do excluído, revelando um sentimento de abandono e não pertencimento à cidade. Isso porque, conforme Maricato (1996), o estado abandona as pessoas residentes em áreas periféricas à própria sorte, privando-os de seus direitos básicos. Segundo ela, as moradias apresentam muitos riscos à vida, como problemas de drenagem e obstáculos à instalação de rede de águas e esgotos. Se faz necessário destacar que a urbanização nesses locais habitados precariamente é muito difícil e pode tornar-se muito cara, dado a questão relacionada à depredação ambiental. A autora também critica o fato do estado estar, quase sempre, salvo poucas exceções, mais preocupado em investir em propaganda para o capital privado e em problemas de segunda ordem nos centros urbanos. Em vez de alocar seus esforços no cuidado à população que sofre sem infraestrutura mínima, nas periferias.

Lefebvre (2001) dá algumas pistas para a efetivação de ações que possam salvar o urbano e trazer dignidade a milhões de habitantes das cidades. Essas ações, segundo o autor, passam pela garantia do “Direito à cidade”. Conforme Lefebvre (2001), torna-se necessário a

criação de programas políticos de reforma urbana, com projetos urbanísticos bem desenvolvidos, que buscam olhar para os diferentes modelos sociais, formas de espaço e tempos urbanos. Ainda, de acordo com Maricato (1996), o direito à cidade para todos perpassa o acesso à urbanização a partir da condição habitacional legal.

Diante do exposto até aqui, faz-se necessário sublinhar que a cidade ao longo do tempo parece se constituir de uma necessidade de proteção. Ou seja, o que demarcou sua construção foi alicerçado na facilitação do comércio, da troca e de sustentação da vida comunitária, inclusive a sobrevivência da humanidade enquanto espécie. Visto que a sobrevivência dependia da coletivização. Com a domesticação das plantas e dos animais, os primeiros aglomerados urbanos precisavam proteger suas plantações e sua comunidade de ataques, seja da natureza, de animais ou de outros humanos. No entanto, ao longo do tempo e com o advento do capitalismo, as cidades parecem perder sua função inicial. A individualização e mercantilização da vida apontam para um novo processo de construção social com consequências complexas para a reprodução da vida. O sujeito parece caminhar para a destruição de si e do outro. Dessa forma, é necessário o aprofundamento nas questões subjetivas para um melhor entendimento dos reflexos que essa organização social vigente tem na vida dos sujeitos.

3.1 Como o lixo e o *outdoor*: reflexões sobre os não-lugares no capitalismo

Eu sou invisível e ninguém se choca mais/ A miséria e a pobreza se tornaram tão banais/ Eu sou invisível e ninguém nem sente dó/ Faço parte da paisagem como lixo e *outdoor*. (*El Efecto*, 2010)

No trecho da música “Os seres”, da banda *El Efecto* (2010), que também intitula este texto, é possível refletir sobre a paisagem de grande parte das cidades do capitalismo, algo que ocorre também em Passo Fundo, no Rio Grande do Sul. A paisagem, por sua vez, demarca a cena urbana da desigualdade escancarada à vista de todos. Como observado no texto acima, a construção das cidades é um movimento histórico que gira em torno da fabricação de lugares que dão sustentação à vida humana. Entretanto, com o advento do capital e da propriedade privada, a utilização desses lugares, conforme Botelho (2007), está servindo, frequentemente, como obtenção de mais-valia e acúmulo de capital.

O capital homogeneíza a paisagem e aquilo que deveria nos chocar se torna banal. A desigualdade social passa a fazer parte do dia a dia e os lugares perdem sua função social, sendo somente espaços de reprodução do capital. Importante analisar, desse modo, como esse

processo ocorre simbolicamente na vida dos sujeitos. Para iniciar essa reflexão, questiona-se: o que marca a construção de um lugar?

De acordo com a autora Ana Fani Alessandri Carlos (2007), o lugar tem sentido de reprodução da vida em todas as suas dimensões, seja ela histórica, social, cultural e de hábitos coletivos ou individuais. Sendo assim, para analisar o lugar é preciso voltar-se à tríade: “habitante-identidade-lugar.” (Carlos, 2007, p. 17). Visto que, essa tríade revela o intrincamento social entre o lugar, seus habitantes e o pertencimento, ou não, a esse lugar. Ou seja, a construção subjetiva do sujeito, ocorre, inclusive, por meio do relacionamento deste com o mundo à sua volta.

Segundo a autora, através da análise dessa tríade é possível compreender, também, como se dá a apropriação do espaço pelo ser humano. Pois é através do corpo, que o homem habita o ambiente. A utilização do conceito psicanalítico de corporeidade⁶ é fundamental para interpretar como o indivíduo se relaciona e é impactado pelo mundo. Desse modo, é possível enunciar que existe uma relação do sujeito com a realidade, com a experiência subjetiva e com o campo simbólico do desejo. Ou seja, significa observar como o lugar revela o pensar, o viver e habitar das pessoas nas cidades. Assim como reflete os usos e os consumos desses lugares, bem como a apropriação do espaço.

Em consonância, Ana Fani Alessandri Carlos (2007) reflete acerca da produção do espaço, a partir das formas de apropriação, ocupação destes lugares, num tempo histórico específico. Neste caso, o tempo histórico a que a autora se refere está relacionado com o fenômeno do capitalismo/liberalismo econômico, o qual produz, por sua vez, uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada a partir, principalmente, da divisão do trabalho e do acúmulo de capital. Deste modo,

...análise do lugar se revela — em sua simultaneidade e multiplicidade de espaços sociais que se justapõem e interpõem — no cotidiano com suas situações de conflito e que se reproduz, hoje, anunciando a constituição da sociedade urbana a partir do estabelecimento do mundial. O lugar é o mundo do vivido, é onde se formulam os

⁶ O termo corporeidade/corpo/corporal, retoma o conceito psicanalítico de Freud, tem a ver com questões pulsionais e sexuais, ou seja, o corpo retoma a relação dialética entre o eu, o corpo e a imagem. O que difere de organismo, conceito biológico (Birman, 2023).

problemas da produção no sentido amplo, isto é, o modo onde em que é produzida a existência social dos seres humanos. (Carlos, 2007, p. 20)

Importante destacar que o conceito de lugar, difere do conceito de espaço. Visto que, o lugar está essencialmente ligado à relação corporal do sujeito com o mundo. Enquanto o espaço, como visto anteriormente, está relacionado à esfera socioeconômica. Dessa maneira, ele articula os modos de usos, o tempo e a duração do uso, se inserindo na dimensão histórica e social da produção do trabalho humano, com todas as expressões conflitantes que existem nesse âmbito. Carlos (2007), destaca que o espaço produz e reproduz o capital. Assim, também reproduz as relações sociais do modelo capitalista, relações essas que se homogeneizaram mundialmente através da dominação/subordinação na escala micro e macrosocial.

Dessa forma, as relações que ocorrem nos espaços urbanos tendem a reproduzir a lógica de dominação centro-periferia. Na escala global, isso ocorre através da subordinação dos países periféricos para com os países ditos "desenvolvidos". Importante ressaltar, que o sistema, para manter essa lógica de subordinação/dominação, utiliza uma série de aparelhos de controle, gerenciados pelo estado burguês, conforme Carlos (2007, p. 28):

O Estado produz o espaço regulador e ordenador que tende a estabelecer-se no seio do mundial reproduzindo a oposição centro-periferia que se estende das grandes capitais e cidades mundiais até as regiões dos países em desenvolvimento, o que significa a dominação de centros sobre o espaço dominado que exercem controle do ponto de vista organizacional administrativo, jurídico, fiscal e político sobre as periferias, coordenando-as e submetendo-as às estratégias globais do estado. Estratégias de poder fundadas no aparelho estatal enquadram territórios e populações, reproduzindo um espaço de confrontos e conflitos. Firms multinacionais operam em escala planetária tecendo interações complexas, regulações e negociações permanentes.

Esta reprodução social em escala mundial conduz ao que Carlos (2007) chama de fragmentação do espaço e produção de “não-lugares”. A fragmentação espacial é visível pelo parcelamento dos espaços urbanos, onde a moradia, o trabalho, o lazer e o consumo são segregados. O espaço nessa lógica aparece como mercadoria e as relações de uso se dão pela apropriação privada e especulação imobiliária. E isso, segundo Carlos (2007), transforma o lugar, produzindo no sujeito um estranhamento que culmina na perda de referenciais comunitários. Desse modo, os lugares do encontro também passam pela mercantilização que segrega a partir do poder de consumo. Significa dizer que a vida fica cerceada pela mercadoria, os sujeitos não desfrutam mais de lugares coletivos, apenas de espaços de consumo.

O estranhamento do lugar, segundo Carlos (2007), produz uma homogeneização dos modos de vida, dificultando a construção de identidades espaciais. Assim, os desejos são

captados, coibidos e inibidos pela lógica do capital. Transformando, desse modo, os lugares em não-lugares, com a produção de “não-identidades e não-reconhecimento”. São espaços que negam o local, a identidade, o tempo histórico e a vida, imprimindo no sujeito uma lógica individualizada marcada por vivências de solidão.

É relevante assinalar que o estranhamento do lugar ocorre mediante uma construção social imbricada, conforme Manzi e Dos Anjos (2021), com o poder colonial hegemônico que hierarquiza a sociedade e a territorializa. De acordo com as autoras, o território está relacionado ao poder, não somente ao poder político do Estado, mas também no sentido de sua apropriação subjetiva, cultural e simbólica, visto que a territorialização é o exercício do controle sobre um espaço. Quando olhamos para o Mapa Mercator, criado por Gerardus Mercator, um geógrafo nascido em Rupelmonde, atualmente Bélgica, conseguimos ilustrar essa territorialização. Esse mapa é uma ferramenta utilizada de maneira comercial, tornando-se muito popular para localização geográfica. Conforme o site Vivid Maps (2025), a projeção de Mercator é enganosa quanto ao tamanho dos países e continentes, contendo distorções crassas. Quanto mais distante uma massa de terra está do equador, mais dramaticamente ela se distorce. Abaixo é possível ver algumas ilustrações retratando essa deformidade geoespacial:

Figura 4: Ilustração comparando o tamanho da América do Sul e da Europa no mapa de Mercator e em tamanho real.



Fonte: Vivid Maps (2025).

Figura 5: Ilustração demonstrando a distorção do mapa Mercator em um raio de 5.000 km, centralizado de Paris.



Fonte: Vivid Maps (2025).

Isto ocorre, não somente por um erro de impressão, mas por uma lógica. A lógica que distorce um território para colocar determinados países, colonialistas e imperialistas em evidência. Conforme Carlos (2007), a distorção de imagem dos territórios possibilita reforçar uma homogeneização dos modos de vida, dificultando a construção de identidades espaciais. Ao se ilustrar a Europa como equivalente a América do Sul, sendo que a América possui quase o dobro de tamanho da Europa, há uma demarcação de uma hierarquia social que fala de um lugar. Que lugar é esse? Certamente um não-lugar, um campo de poder que visa a exploração, exclusão e dominação dos povos da periferia do capital.

O não-lugar é uma territorialização, ou seja, conforme Manzi e Dos Anjos (2021), territorializar um lugar, se refere ao processo de governar, dominar ou influenciar o espaço, no sentido do seu uso, ocupação, apropriação, produção, transformação. Dessa forma, o não-lugar acaba gerindo as contradições entre o tempo da vida humana e o tempo da técnica, bem como, o valor de uso e o valor de troca. Importante dizer que os não-lugares, podem ser administrados também, na escala microssocial, como, por exemplo, a casa do sujeito.

Raquel Rolnik (1985) em seu texto “Lar, doce lar... (a história de uma fórmula arquitetônica)” disserta sobre a vivência da fabricação dos não-lugares e fragmentação de espaços a partir da composição da casa, diz ela:

Da casa ao apartamento, da mansão murada ao sobrado germinado de classe média, é a mesma fórmula de morar que se repete: a sala – cartão de visitas ou santuário da TV – é isolada da cozinha e da região de serviços. Acrescenta-se uma zona íntima composta por quartos e banheiros divididos por sexo e posição no grupo familiar. O território da casa se organiza de tal modo que vão se definindo territórios cada vez menores e exclusivos. Isolada do espaço da rua, a casa se volta para dentro: internamente dividida em cômodos independentes e especializados funcionalmente, a casa é esquadrihada, segregando usos e contatos (Rolnik, 1985, p. 2).

Raquel Rolnik (1985) observa a fragmentação do espaço nas casas da classe média, por meio de três categorias: social, íntimo e de serviços. Essa forma de construção está expressa na legislação, a partir do código de edificações. Conforme a autora relata, a exigência desse padrão de construção das moradias ocorre no período em que o capitalismo impõe o confinamento da família no lar. O fenômeno que precede o confinamento familiar é o que a autora chama de morte da rua, conforme Rolnik (1985, p. 2): “As ruas se redefinem em vias de passagem de pedestres e veículos; a casa se volta para dentro de si e lá dentro, fechada e esquadrihada, a família”.

Segundo Ana Fani Alessandri Carlos (2007), a rua deveria conservar o caráter de lugar das relações sociais, marcada pelo encontro, assim como as praças e os espaços públicos. Entretanto, com o capitalismo, ela se torna um espaço de passagem, de fluxo, de troca de mercadoria e mercado, de moradia para as pessoas em situação de rua, de normatização da vida a partir das placas, semáforos e *outdoors*. A rua é fragmentada em suas formas de uso, como destaca Carlos (2007) e desse modo, a sociabilidade é perdida, culminando na criação de um não-lugar.

Além disso, o processo de criação de não-lugares a partir da segregação espacial nas cidades, pode ser exemplificado na lógica de condomínio e na criação dos guetos. A lógica de condomínio é um termo dissecado pelo psicanalista Christian Ingo Lenz Dunker (2015), principalmente, no livro: “Mal-estar, sofrimento e Sintoma: Uma psicopatologia do Brasil entre muros” onde o autor analisa como se estruturam os condomínios a partir da psicanálise.

Segundo Dunker (2015) os condomínios de luxo surgiram no Brasil na década de 70 e 80, associados à procura por felicidade, que se diga, possuidora de muitas inclinações segregadoras. Dunker destaca que a arquitetura dos condomínios lembra, inclusive, estruturas militares e manicômias. Segundo Dunker (2015, p. 52):

Com arquitetura higienista lembra os manicômios como Salpêtrière e Franco da Rocha. Retirem-se a pobreza e os sinais aparentes da loucura, e o que restará é um proto condomínio, arborizado, cheio de locais para meditação, centros de cuidado e tratamento, regulamentos e rotas de circulação. Espaços que são, ao mesmo tempo, de produção de saúde e de reprodução de um modo de vida perdido.

Em consonância com o disposto por Dunker, Carlos (2007) caracteriza os condomínios fechados, como locais cercados por grandes muros, apartados da rua, cheios de apartamentos ou casas de luxo onde impera o cenário da não-vizinhança. Isso significa, que mais uma vez, um lugar que deveria atender necessidades de moradia e da vida comunitária humana, se individualiza, apartando a população pelo poder de compra. Dunker (2015), disserta que a estrutura de defesa simbolizada pelo muro possui como ferramenta principal a determinação de um espaço. Revelando, assim, uma forma de uso tipicamente capitalista que cerca o território de maneira privada e isolada.

Ao nível subjetivo, conforme Dunker (2015), o muro representa uma estrutura de defesa gerada em reação à angústia, desejo, trauma, tensão pulsional e desamparo. O autor destaca, que existem quatro tempos da formação simbólica do condomínio: o primeiro está ligado ao que Dunker (2015) chama de fascínio totalitário, ou seja, a separação do território em produtivo

e não-produtivo, que ocorre por meio da segregação estabelecida pela dificuldade em articular com o diferente; O segundo tempo refere-se a “redução identitária” (Dunker, 2015, p. 55) ou seja, o estabelecimento de muros, barreiras e fronteiras, que demarcam quem fica dentro e quem fica fora;

O terceiro tempo está regido, conforme o autor (Dunker, 2015, p. 55) pela “servidão voluntária”, que decorre da necessidade de gestão do sofrimento causado pela angústia e pelo desamparo, a partir de outro ator, neste caso simbolizado pela figura do síndico. Visto que a figura do síndico é possuidora de uma autoridade simbólica, que representa a alegoria do sádico, com regulamentos masoquistas, transformando-se na gênese de uma patologia do reconhecimento. E por último, tem-se a “formação do sintoma” (Dunker, 2015, p. 57), expresso pela fobia, neurose obsessiva e histeria.

É crucial destacar que a formação simbólica do condomínio serve como uma defesa ao desamparo e à angústia, mas que também gera o medo da diferença. O afastamento do objeto, por si só, não sana o sofrimento. Pelo contrário, ampliam-se os sintomas e no contexto dos não-lugares, reforçam uma consciência individual. Com isso, a desigualdade social e os conflitos de classe se tornam mais intensos, ocorrendo o aumento da violência, material e simbólica.

Segundo Dunker (2015, p. 68):

É preciso lembrar que o conceito de condomínio toca de modo breve o universo invertido e periférico das favelas. A fusão sintética dos dois universos opostos é naturalmente a prisão. A lógica concentracionária reproduz o estado de exceção, alterando a face liberal da formação de muros, que trabalha pela instrumentalização dos dispositivos de regulação, e a face disciplinar dos muros, que opera reativamente pelo controle de excessos. Entre uma e outra tem a face romântica do condomínio, pela qual a estrutura se mostra de modo mais visível como idealização.

Ana Fani Alessandri Carlos (2007), reforça que a reação social aos condomínios é criação dos guetos. Lugares que, segundo a autora, privilegiam as formas de vida comunitária, mesmo que isso ocorra, muitas vezes, por conta da falta material. Nesses locais, o encontro e o cuidado acontecem coletivamente.

Segundo Rolnik (1985), efetivamente nem todos os espaços de moradia são organizados conforme o padrão do condomínio. Nas favelas, por exemplo, o tipo de segregação espacial presente nos condomínios, torna-se impossível, pois o espaço urbano é caro. E geralmente estes espaços em áreas periféricas são divididos entre muitas pessoas. Nesses lugares, também, a rua se confunde com a casa, não existindo uma separação clara entre ambos. Manzi e Dos Anjos

(2021), irão chamar atenção, nesse sentido, para as práticas e estratégias acionadas por diversos sujeitos para criar, manter ou transformar o espaço vivido através da conservação da territorialidade. Ou seja, movimentos constantes de construção e re-construção da vida simbólica e material a partir da produção de pertencimento dos sujeitos com o lugar em que vivem. Aqui chamaremos de modo de vida comunitário.

Compreender a urbanização exige analisar como os sujeitos se relacionam simbolicamente com a organização espacial do território que habitam. Frequentemente, a dimensão afetiva dessa relação é negligenciada, sob a falsa premissa de que uma teoria dos afetos se restringe à esfera individual, sem contribuir para as dinâmicas sociopolíticas coletivas (Safatle, 2021). Contudo, como argumenta o autor, a análise das questões sociais demanda também da compreensão dos processos de subjetivação dos corpos políticos – que se constituem justamente na reprodução cotidiana de formas de vida e na circulação de afetos no espaço compartilhado.

Nesse sentido, para continuar a discussão tendo em vista os sujeitos dessa pesquisa, as mulheres das ocupações urbanas de Passo Fundo, é fundamental examinar como elas experienciam e ressignificam seu território: a cidade de Passo Fundo, núcleo urbano de porte médio no Rio Grande do Sul, que aqui se revela não apenas como palco, mas como agente ativo na construção de suas subjetividades e estratégias de existência.

4. A CIDADE DE FICÇÃO E A POLÍTICA DE FACHADA: URBANIZAÇÃO DE PASSO FUNDO

Para compreender como se organiza e se estrutura o espaço urbano e o acúmulo de desvantagens em Passo Fundo é preciso voltar-se para a periodização da sua construção urbana a partir de dinâmicas socioeconômicas, demográficas e históricas.

O processo de urbanização, durante o período que compreende o século XIX, foi um importante marcador histórico para o crescimento demográfico em muitas cidades brasileiras, dentre elas: Passo Fundo, cidade conhecida como a capital do planalto médio (Vanin; Carvalho; Diniz, 2021). É considerado, quase de forma unânime, que Passo Fundo se iniciou em 1830 com a doação das terras, onde se localiza o município, para o Cabo Manuel José das Neves, pelos serviços militares prestados pelo tropeiro. Os entornos da propriedade do Cabo Neves logo se tornaram uma vila onde se instalaram algumas famílias de imigrantes europeus posteriormente (Vanin; Carvalho; Diniz, 2021).

Cabe aqui um destaque relacionado à questão indígena em Passo Fundo, visto que, sabe-se, havia povos nestas terras antes da referida data considerada de criação do município, em 1830. Entretanto, essa questão não é referenciada ou aprofundada pelos autores que apresentam geralmente a história da cidade sem considerar uma leitura crítica sobre os aspectos que estamos chamando a atenção nesta pesquisa. Seja pela anulação ou invisibilização, parece haver um apagamento sócio-histórico de outras existências que já habitavam esta terra. Essa exclusão dos povos originários parece repercutir até hoje, visto que, segundo Nadjia Hartmann em reportagem ao Jornal GZH Passo Fundo (2024), cerca de 350 indígenas da etnia Kaingang, vivem sem saneamento e condições dignas de moradia em uma ocupação, localizada nos fundos da rodoviária de Passo Fundo, a aldeia Goj-Júr.

Figura 6: Imagem da Ocupação indígena Goj Júr, localizada atrás da rodoviária de Passo Fundo/RS.



Fonte: Gaucha Zh (2023).

Figura 07: Imagem da Aldeia Goj Júr, com área de aproximadamente 4.174 m².

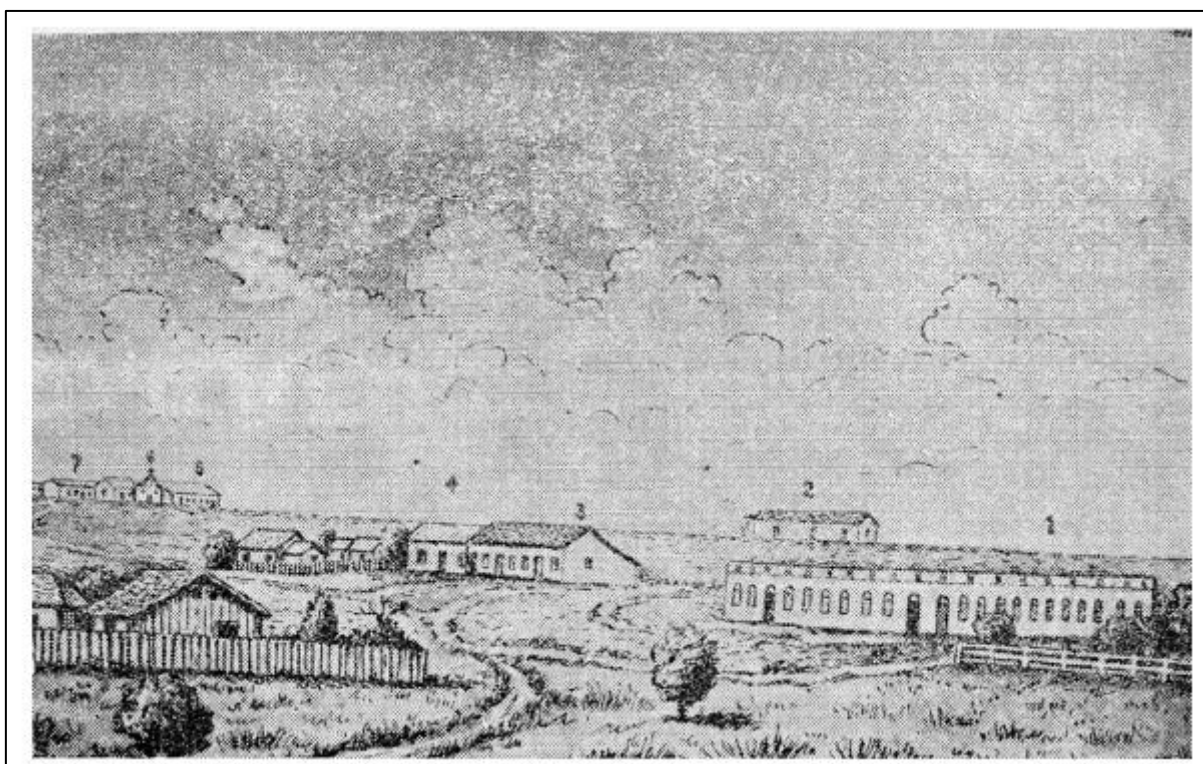


Fonte: Google Earth (2025, Latitude: 28°15'18" sul, Longitude:52°23'42" oeste).

Aqui, relembremos das palavras de Maricato (1996) sobre a invasão de terras no Brasil entre 1822 e 1850 por grandes latifundiários que expulsaram pequenos proprietários e os povos indígenas de seu território. Destaca-se que, no mesmo período histórico, o governo financiou contundentemente a colonização branca europeia.

Segundo Vanin, Carvalho e Diniz (2021) em 1857, ocorreu a emancipação política de Passo Fundo em relação à Cruz Alta. Ainda, Diego Ferretto (Vanin; Carvalho; Diniz, 2021) evidencia que em 1853 a cidade registrava poucas edificações ao longo da antiga Estrada das Tropas, rota responsável até então pelo comércio regional e pelo surgimento de muitos povoados, atual Avenida Brasil, principal eixo viário da cidade.

Figura 08: Primeiras casas do povoado que constituiu a cidade de Passo Fundo.



Fonte: Vanin; Carvalho; Diniz (2021, p. 46).

Segundo os autores, Passo Fundo de fato ganhou importância regional com a construção da ferrovia e estação ferroviária na cidade, em 1898, tornando-se um centro urbano e comercial do norte gaúcho.

O processo de urbanização é dinamizado pela implantação da ferrovia na região, na década de 1890, sendo Passo Fundo o ponto final do ramal que parte de Santa Maria,

no centro do estado. Ao longo da linha férrea, fundam-se colônias europeias e o município efetiva-se como pólo de desenvolvimento para a região. (Vanin; Carvalho; Diniz, 2021, p. 122)

Como é possível observar, a construção da ferrovia foi um marco histórico da consolidação de Passo Fundo. A área próxima da estação férrea passou a centralizar-se em termos de comércio, de serviços e lazer, segundo Vanin, Carvalho e Diniz (2021, p. 47)

Assim a região periférica à estação férrea passou a concentrar praticamente toda atividade urbana – serviços, comércio e lazer – e fez surgir um novo pólo de atração entre ela e a rua do Comércio (atual avenida Brasil), dinamizado pela Igreja Matriz, construída na colina onde atualmente se localiza a Catedral Nossa Senhora Aparecida. Portanto, a estação férrea deslocou o antigo centro, que se expandia ao longo do caminho das tropas, para o entorno da atual praça Marechal Floriano, local em que se desenvolveu o centro comercial e financeiro da cidade.

Em conjunto com o deslocamento central e o fortalecimento da cidade enquanto polo regional, houve um adensamento populacional. Os autores aqui citados destacam como fatores econômicos e sociais responsáveis pelo crescimento populacional de Passo Fundo: o estabelecimento de indústrias, a expropriação madeireira na região, o êxodo rural e a visibilidade de Passo fundo como centro regional.

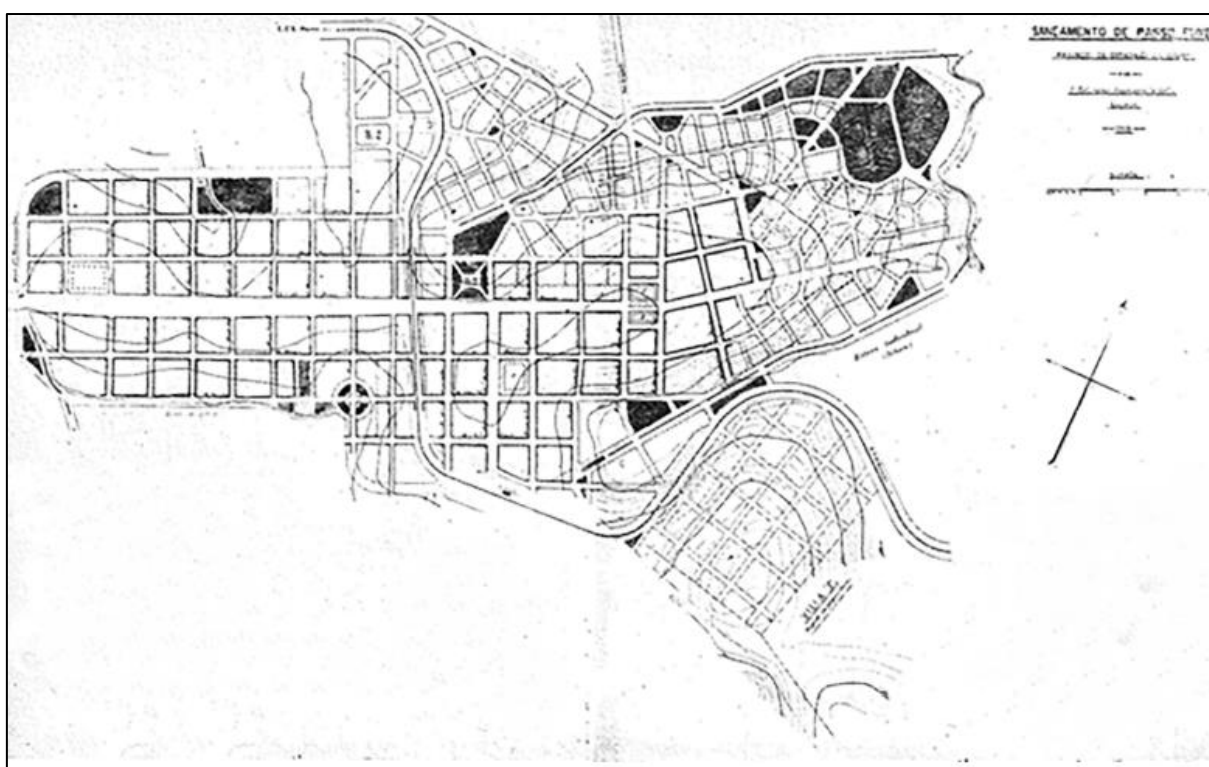
Segundo Vanin, Carvalho e Diniz (2021, p. 47), a organização industrial em Passo Fundo centrou-se ao longo do antigo caminho das tropas, criando em seu entorno alguns bairros da classe operária, inclusive o até hoje referenciado Bairro Operário. Chama atenção que os terrenos ocupados pela classe trabalhadora eram geralmente em terrenos mais baixos com má qualidade. Além disso, os autores destacam que a colonização de boa parte da região norte do Rio Grande do Sul está atrelada à exploração madeireira, que estabeleceu com o espaço a dinâmica de apropriação da terra pelos latifúndios e exploração negra e indígena. Cabe mencionar que o estado do Rio Grande do Sul passava por um crescimento populacional acelerado, pois, segundo os autores: “... no final do século XIX a população quase triplicou, passando de 446.662 habitantes em 1872, para 1.149.070 habitantes em 1900, distribuídos em 30 municípios.” (Vanin, Carvalho e Diniz, 2021, p. 44).

Esse aumento populacional no estado traz consigo preocupações acerca do planejamento das cidades, principalmente porque o país enfrentava epidemias de doenças nos grandes espaços urbanos devido às más condições de moradia e saneamento. O que implicou no crescimento do sanitarismo, corrente científica da saúde que contribuiu para adoção de princípios sanitaristas nas práticas urbanas (Vanin, Carvalho e Diniz, 2021). E que assume, em

algumas cidades, um caráter higienista que retira as pessoas pobres do centro e despeja a massa que antes estava nos cortiços, nas periferias, sem nenhuma assistência.

Por conta dessa questão, o governo do estado do Rio Grande do Sul contratou, em 1919, o engenheiro sanitarista, Saturnino de Brito, para construir um plano de desenvolvimento sanitário e urbano para Passo Fundo com o intuito de modernizar e embelezar a cidade para sua expansão. Saturnino foi responsável por elaborar planos sanitários e de embelezamento de muitas cidades no Brasil, dentre elas Recife, Rio de Janeiro, Belo Horizonte e Rio Grande. O engenheiro elaborou o plano observando informações topográficas, geológicas, climáticas, demográficas, econômicas e históricas e sanitárias, mas que não contemplava a disposição de moradias. Entretanto, vale ressaltar que o plano elaborado pelo engenheiro jamais foi executado. Abaixo é possível observar a planta da cidade elaborada por Saturnino de Brito em 1919:

Figura 09: Planta do plano de saneamento e urbanização elaborada em 1919, por Saturnino de Brito.



Fonte: Vanin; Carvalho; Diniz (2021, p. 30).

E dessa forma, a expansão urbana de Passo Fundo ocorre a partir da ação da especulação imobiliária de alguns empresários que loteiam as terras, valorizando a área central e

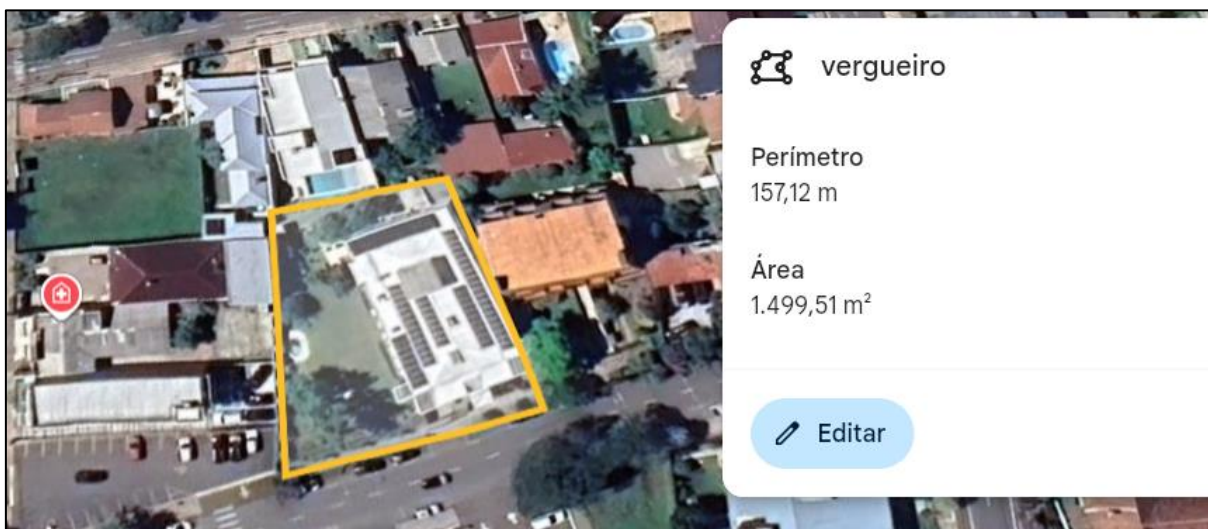
consolidando os espaços da elite, a exemplo da Vila Vergueiro, que até hoje é conhecida como um desses locais (Vanin; Carvalho; Diniz, 2021). Abaixo é possível observar imagens de uma residência de alto padrão neste local.

Figura 10: Imagem da Fachada de uma residência particular de alto padrão na Vila Vergueiro- Passo Fundo-RS.



Fonte: Google Earth (2025, Latitude: 28°15'15" sul, Longitude: 52°24'27" oeste).

Figura 11: Tamanho aproximado do loteamento de uma casa de alto padrão na Vila Vergueiro em Passo Fundo-RS



Fonte: Google Earth (2025, Latitude: 28°15'15" sul, Longitude: 52°24'27" oeste).

Em conformidade com quase todas as cidades no capitalismo, Passo Fundo parece seguir a métrica de segregação centro-periferia. Conforme destaca Carlos (2007), a fragmentação espacial através do parcelamento urbano constitui uma lógica de mercadoria na qual as relações de uso ocorrem pela apropriação privada e especulação. Afasta-se a população trabalhadora dos centros e mercantiliza-se o lazer, o encontro e a vida da população.

Durante a segunda metade do século XX, segundo Diego Ferretto (2014), a região de Passo Fundo reestrutura a produção agrícola com a adoção da prática da monocultura, caracterizado especialmente pela plantação de soja e trigo. Nesse contexto, os grandes produtores viram em Passo Fundo a possibilidade de criar um complexo agroindustrial, a partir das demandas desse setor. O que deu à cidade o título de “cidade do agronegócio” Ferreto (2014, p. 6):

A economia urbana é até hoje, em grande medida, dependente da “lavoura”. A recente e aclamada industrialização do município, apoiada na instalação de unidades de grandes empresas nacionais e multinacionais tem profunda imbricação com o agronegócio. A condição de pólo regional, por sua vez, contribuiu para o fortalecimento e diversificação da economia urbana, sobretudo por meio do comércio e dos serviços de saúde e educação.

Nesse contexto, o município passa a se inserir em circuitos econômicos mais amplos, atuando na exportação de soja, máquinas agrícolas e outros produtos do setor (Vanin; Carvalho; Diniz, 2021). Entre as elites econômicas do município, no mesmo período da expansão agrícola, circulava um discurso forte em relação à modernização e industrialização da cidade. O “progresso”, como se referia a elite econômica e empresarial do município. Como forma de aliar-se ao poder público desenvolvendo um distrito industrial potente, membros da elite passo-fundense, criam o chamado Conselho do Desenvolvimento Econômico e Empresarial de Passo Fundo. Mais tarde o CDDI, Conselho Diretor do Desenvolvimento Integrado em 1970, que possuía como objetivo orientar e fiscalizar a aplicação do primeiro Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de Passo Fundo criado em 1952.

Enquanto a elite sonhava com um complexo industrial potente e o “progresso”, o município enfrentava situações precárias na infraestrutura básica. Visto que o crescimento populacional também estava ocorrendo em ritmo acelerado, principalmente, pela expulsão dos trabalhadores do campo em consequência da modernização agrícola.

Faz-se necessário ilustrar tamanha discrepância entre o discurso da elite empresarial de Passo Fundo e a materialidade da vida da população trabalhadora do município. Conforme Vanin, Carvalho e Diniz (2021), o Jornal “O Nacional” era um dos veículos de comunicação no qual a população procurava dar visibilidade e expor os problemas enfrentados. Em um desses artigos revela o seguinte:

Os moradores não têm água nem para matar a sede. Inutilizados todos os poços pelas chuvas – O drama dos moradores da Rua General Canabarro e parte da Rua Benjamin Constant, na parte da Baixada. Trata-se de uma situação calamitosa, havendo necessidade absoluta de estendimento da rede de água por aquelas quadras, pois que não é possível presenciarmos, nesta cidade já centenária, o drama de seus moradores, na luta pelo líquido precioso. (O Nacional apud Vanin; Carvalho; Diniz, 2021, p. 81).

Segundo Vanin, Carvalho e Diniz (2021), a solução dada pelo poder público, na época, parece ter saído de um filme de comédia pastelão, o então prefeito, Wolmar Salton, sugeriu a criação de chafarizes nos logradouros públicos. O artigo citado acima é do ano de 1957, mas é algo que se repete, em 2024, com a população de Passo Fundo, citando outro artigo do Jornal O Nacional do presente ano:

Na manhã de ontem, moradores da Ocupação Valinhos II, cansados de esperar por uma solução, trancaram a Avenida Rio Grande buscando chamar a atenção das lideranças e do poder público para a problemática. “Existimos há mais de 10 anos nesse território que não tem infraestrutura nenhuma nem de água, de luz, de saneamento básico e a água sempre foi um problema nessa ocupação. Em 24 de janeiro de 2023 nós já havíamos acionado a Secretaria de Habitação que é quem faz as negociações para podermos pensar a infraestrutura daqui porque nós já sofriamos, já não tínhamos água adequada. O secretário da época pediu para que a gente olhasse a nossa infraestrutura porque nós temos na comunidade um grupo que cuida se há vazamento para que se tenha água, fizemos isso e deu uma melhorada, mas não resolveu o problema”, conta a liderança da Ocupação, Edivânia Rodrigues da Silva. (Reportagem Jéssica França, O Nacional, Passo Fundo, 2024)

Figura 12: Imagem da mobilização da Ocupação Valinhos II solicitando regularização da água.



Fonte: Rádio Uirapuru (2024).

Evoco as palavras de Maricato (1996) sobre a perpetuação da prática clientelista da política que parece se repetir ainda atualmente, diz ela: “Uma política de fachada para uma prática de faz-de-conta em uma cidade de ficção.” (Maricato, 1996, p. 68). Enquanto a elite se preocupa com o eterno progresso (que nunca chega a algumas parcelas da população), os bairros periféricos vêm enfrentando, desde a construção da cidade, problemas básicos de deslocamento, água e esgoto. Diego Ferretto (2014) destaca que o modelo de segregação centro-periferia define a urbanização de Passo Fundo, principalmente nas últimas seis décadas.

Segundo Vanin, Carvalho e Diniz (2021), o processo de urbanização, em meados de 1970, ocorria em ritmo acelerado e os loteamentos muitas vezes precisavam ser concedidos sem a abertura das ruas, ou seja, não havia nenhum planejamento urbano. Nesse processo a cidade começa a se horizontalizar, em consequência, ocorrem algumas mudanças relacionadas a centralidade, adensamento e dinâmicas industriais, segundo os autores:

A expansão urbana ocorre em todas as direções, porém evidencia-se o alongamento da ocupação através do espaço intraurbano de Passo Fundo: da diferenciação à fragmentação socioespacial eixos viários principais, sentido noroeste (Pontão), sudoeste (Tio Hugo), sudeste (Marau) e nordeste (Coxilha). Aos caminhos primitivos, sobrepõe-se, a partir da década de 1970, um sistema rodoviário regional, composto pela BR-285 (norte) e pelas Perimetrais Sul e Leste, conformando um anel viário, não inteiramente ocupado em seu interior, mas que já apresenta, na década de 1980, extravasamento nas direções sudoeste (bairro Santa Marta), norte (Cohab José Alexandre Zachia) e nordeste (bairro São José). A implantação de loteamentos se intensifica em 2010, quando a Secretaria de Planejamento de Passo Fundo registra

127 loteamentos, sendo 101 (quase 80%) aprovados a partir de 1950. (Vanin; Carvalho; Diniz, 2021, p. 126).

Ainda, houve um crescimento no setor de serviços, comércio e construção civil, setores da economia que despontaram pelo crescimento populacional e se tornaram forças significativas para o município nas décadas seguintes (Vanin; Carvalho; Diniz, 2021). Importante ressaltar que, ao passo que o centro urbano se consolida como a área de concentração do comércio e dos serviços, surgem também novas expressões da centralidade através dos subcentros de bairros e de grandes equipamentos como os shopping centers (Vanin; Carvalho; Diniz, 2021).

A organização urbana de Passo Fundo aponta para o uso da rua com sentidos relacionados à passagem, realização de troca de mercadoria e de mercado, de normatização da vida e como sentido de segregação espacial (Carlos, 2007). Ou seja, reproduz uma organização espacial fragmentada onde a moradia, o trabalho, o lazer e o consumo são espaços separados. A lógica desse processo aparece como estranhamento do lugar, principalmente pela segregação que cerceia as relações e os espaços urbanos segundo o poder de compra, consumo.

É possível observar no discurso das mulheres no documentário *Ocupar: mulheres, terra e luta* (2023), como essa lógica de segregação socioespacial sustenta as relações, principalmente as relações de trabalho. Denair em um relato no documentário, produzido em 2023, introduz uma discussão muito importante sobre essa questão, dirá ela: “...porque eles discriminam muito o pessoal da ocupação, sendo que é o pessoal das ocupações que limpam a sujeira deles, a sujeira do centro (Ocupar, 2023, 38min 53s).” É preciso dar um adendo na frase “limpar a sujeira do Centro”, pois esta pode carregar uma série de significações quando se trata da constituição da dinâmica social da cidade capitalista que se repete em Passo Fundo.

Retoma-se aqui algo que é muito frequente nas Cidades do capitalismo/neoliberalismo que é uma morfologia espacial fragmentada e hierarquizada a partir, principalmente, da divisão do trabalho e do acúmulo de capital (Carlos, 2007). Estes fenômenos em escala mais subjetiva reforçam uma estrutura de degradação do urbano, ou seja, como o povo vive os modos de vida, a cultura e as significações da cidade para sua existência. A fala de Denair no documentário *Ocupar* (2023) — “nós limpamos a sujeira do centro” — sintetiza a ironia cruel de uma dinâmica urbana que depende do trabalho precarizado das periferias, mas nega a elas condições mínimas de existência. Essa frase também coloca questionamentos no sentido de: O que as

centralidades das cidades vêm jogando fora? Será um modo de vida comunitário? Quais objetos ou sujeitos não tem uso, além do trabalho, para a cidade capitalista?

O documentário em análise oferece registros visuais particularmente elucidativos para a reflexão sobre os processos de segregação socioespacial em Passo Fundo. Uma imagem emblemática contrasta a residência precária de uma moradora da Ocupação Vista Alegre com a silhueta de um condomínio habitacional no plano de fundo. Embora se trate de um empreendimento destinado à classe trabalhadora, essa composição imagética sintetiza de forma contundente a cisão espacial que estrutura a cidade: de um lado, os modos de vida legitimados e integrados ao tecido urbano; de outro, as existências marginalizadas, espacial e simbolicamente desconectadas da cidade.

Figura 13: Ocupação Bela Vista, imagem de casa em frente a um condomínio habitacional.



Fonte: Ocupar (2023, 1min 27s).

Os autores Vanin, Carvalho e Diniz (2021) destacam que o adensamento populacional produz a ampliação do déficit habitacional e, conseqüentemente, a expansão periférica das áreas residenciais com um déficit discrepante em relação ao centro, no que diz respeito aos equipamentos urbanos:

O intenso processo de urbanização amplia o déficit habitacional, as políticas habitacionais (mesmo insuficientes) presentes nas décadas de 1970 e 1980, sob financiamento federal do extinto Banco Nacional de Habitação, produzem conjuntos periféricos, a exemplo dos bairros Cohab I e II, setor oeste, e José Alexandre Zachia, setor norte. (Vanin; Carvalho; Diniz, 2021, p. 128).

Um desses exemplos de segregação é possível de ser observada mais claramente em bairros como o José Alexandre Zachia, um dos bairros periféricos mais habitados e que ainda possui áreas não regularizadas, como a ocupação IV. Conforme França (Jornal O Nacional, 2024), a região do Bairro José Alexandre Záchia, segundo o senso do IBGE, possui 4.529 pessoas em 1.817 domicílios.

Figura 14: Bairro Zachia visto de cima, com medição aproximada de sua área.



Fonte: Google Earth (2025, Latitude: 28°13'36"S sul, Longitude: 52°25'53" oeste).

Figura 15: Imagem da placa da sede da Ocupação IV do Bairro José Alexandre Zachia.



Fonte: Ocupar (2023, 27s).

Figura 16: Imagens de algumas casas da Ocupação IV do bairro José Alexandre Zachia, vistas da BR-285.



Fonte: Google Earth (2025, Latitude: 28°13'36"S sul, Longitude: 52°25'53" oeste)

Outro aspecto que surgiu, a partir do aumento da dicotomia socioespacial entre pobres e ricos em Passo Fundo, diz respeito à estrutura segregadora que cria poli centralidades urbanas: os condomínios de luxo e os bairros planejados de alto padrão (Vanin; Carvalho; Diniz, 2021). Importante destacar, de acordo com Dunker (2014), que a formação simbólica do condomínio serve como uma defesa ao desamparo, que também gerencia o medo da diferença.

E essa estrutura de segregação espacial se reproduz na cidade de Passo Fundo. O aumento populacional empobrece a classe trabalhadora, empurrada às periferias em condições precárias. A desigualdade aumenta, em conjunto, aumentam os níveis de violência. Dessa forma, as elites buscam se isolar, se afastar do objeto de perigo e angústia, através dos condomínios. A elite local gere e mantém uma estrutura de sofrimento que amplia os sintomas sociais e reforça os não-lugares por meio de uma consciência cada vez mais individual. Essa lógica da formação do condomínio carrega consigo o processo de criação de não-lugares, caracterizados pelos grandes muros, proteção excessiva, casas de luxo e segregação da rua. Replicando também a relação universal do padrão capitalista de dominação e subordinação entre classes (Carlos, 2007).

Segundo Diego Ferretto (2014), a implementação do primeiro condomínio se deu, ainda na década de 80, com o denominado Morada Além do Horizonte. Já o aumento desses empreendimentos ocorreu principalmente a partir de 2009, com a criação dos condomínios horizontais de luxo: Vivenda das Palmeiras, localizado no setor São José, nas proximidades da Universidade de Passo Fundo (UPF); Bosque Village, no setor Lucas Araújo; Villa Palladio às margens da RS-324, saída para Marau; La Barra, junto ao loteamento Cidade Nova; Terrano, empreendimento novo, vizinho ao condomínio Vivenda das Palmeiras, no setor São José e o Morada dos Ipês nas proximidades Bosque Village (Vanin; Carvalho; Diniz, 2021).

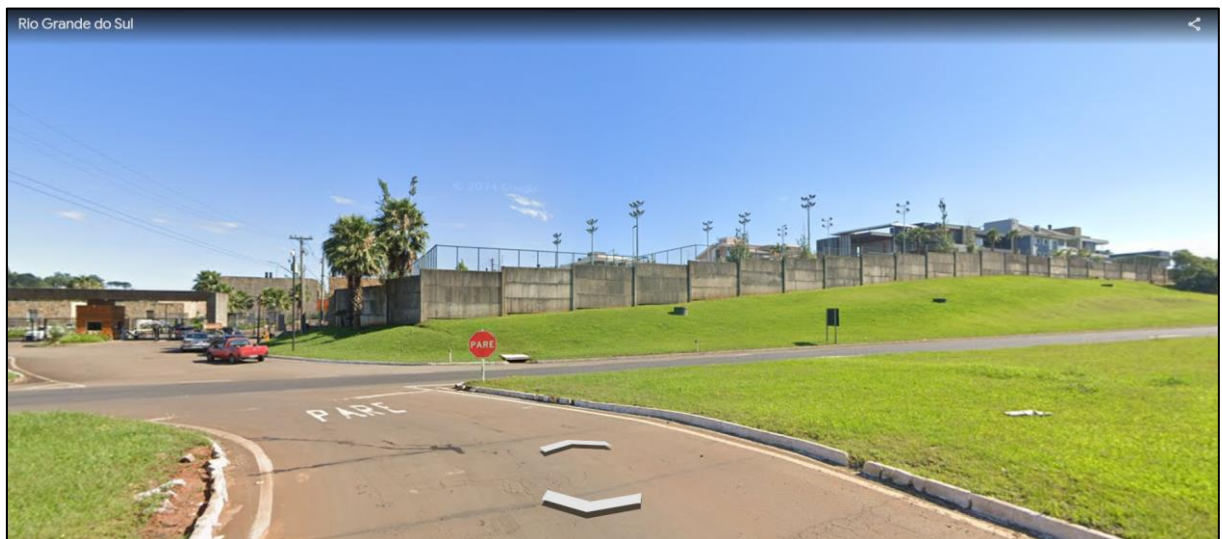
Importante salientar que se considera, nesse texto, apenas as estruturas de condomínios horizontais de alto padrão, ou seja, são estruturas que possuem um alto grau de investimento econômico. Segundo Ferretto (2014, p. 12), o maior condomínio, La Barra, possui uma área de cerca 300.000 m² e 157 lotes. E ainda conforme o autor, o La Barra possui uma vantagem locacional por estar perto do bairro planejado: o loteamento Cidade Nova, que se propõe a ter equipamentos de comércio e lazer. Além disso, estão próximos também o aeroporto e a Universidade. Não foi possível encontrar em pesquisas nas plataformas digitais sobre número de habitantes do condomínio. Inclusive, chama a atenção que o navegador da google veicula inúmeros sites imobiliários de venda de residências neste espaço quando se pesquisa pelo Condomínio La Barra. Uma reflexão logo vem à mente no sentido de compreender que este é mais um sintoma social da especulação imobiliária, afinal as casas nesses espaços não servem à moradia enquanto direito, mas ao capital. Não é sobre moradia, é sobre negócio.

Figura 17: Imagem geoespacial do Condomínio La Barra com medição aproximada.



Fonte: Google Earth (2025, Latitude: 28°13'54" sul, Longitude: S 52°24'56" oeste).

Figura 18: Imagem da fachada do condomínio La barra em Passo Fundo-RS



Fonte: Google Earth (2025, Latitude: 28°13'54" sul, Longitude: S 52°24'56" oeste).

Figura 19: Área aproximada de uma propriedade particular no Condomínio La Barra em Passo Fundo-RS.



Fonte: Google Earth (2025, Latitude: 28°13'54" sul, Longitude: S 52°24'56" oeste).

Enquanto a lógica dos condomínios habitacionais se consolida como modelo hegemônico, à classe trabalhadora empobrecida restam as ocupações urbanas como alternativa de moradia. Essa dinâmica assume contornos particularmente emblemáticos em Passo Fundo, onde a disposição espacial dos territórios sintetiza as contradições do urbano capitalista: o bairro Záchia (bairro onde concentra uma população de baixa renda), a Ocupação Valinhos II (ocupação urbana) e o condomínio La Barra (empreendimento condominial privado) situam-se em raio de poucos quilômetros, configurando um verdadeiro mapa geográfico das desigualdades. Essa proximidade física contrastante revela com clareza a segregação socioespacial como estruturante da produção do espaço urbano na cidade gaúcha.

Figura 20: Imagem geoespacial do Bairro Alexandre José Záchia, da Ocupação Valinhos II em amarelo e do Condomínio La Barra em azul.



Fonte: Google Earth (2025, Latitude: 28°13'36"S sul, Longitude: 52°25'53" oeste).

Numa análise comparativa feita através do Google Earth - ferramenta de georreferenciamento - revela de forma quantitativa as disparidades na apropriação do espaço urbano em Passo Fundo. Ao confrontarmos as dimensões de uma unidade residencial típica do Condomínio La Barra (cerca de 2.195,19 m²), presumivelmente ocupada por uma única família, com as instalações da Estratégia Saúde da Família (ESF) no bairro José Alexandre Záchia (cerca de 1.662,67 m²) - equipamento público responsável pela atenção primária à saúde de toda uma comunidade por meio do SUS - evidencia-se a materialização espacial das desigualdades. Nota-se que a área destinada ao uso privado de um único grupo familiar supera em 32% a dimensão do equipamento público que serve a necessidades coletivas básicas de saúde da população residente na região.

Figura 21: ESF localizada no Bairro Záchia.



Fonte: Google Earth (2025, Latitude: 28°13'54" sul, Longitude: S 52°24'56" oeste).

Segundo Ana Fani Alessandri Carlos (2007), a classe pobre resiste à formação de não-lugares através da formação de “guetos”, espaços que privilegiam as formas de vida comunitária. Entretanto, esses espaços passam por privações relacionadas a saneamento, habitação precária, falta de equipamentos públicos, entre outros. Segundo estimativas de órgãos e entidades locais, em reportagem ao GZH Passo Fundo, cerca de 6,8% da população de Passo Fundo, algo em torno de 14.000 mil pessoas, mora em ocupações não regularizadas.

— Muitas dessas ocupações já estão consolidadas. Passo Fundo não sabe ao certo quantas ocupações existem na cidade, devido à ausência de levantamento e fiscalização da prefeitura municipal e outros órgãos públicos. Isso prejudica a solução do problema, que fica inviabilizado e subdimensionado no planejamento urbano e nos serviços públicos — afirma Leandro Scalabrin, que trabalha como advogado em algumas das ocupações. (Reportagem Rosângela Borges, GZH Passo Fundo, 2023.)

Importante destacar que há uma grande dificuldade em acessar dados oficiais sobre as ocupações. Os documentos disponíveis estão fragmentados, pois grande parte dos dados obtidos foram iniciativas civis com apoio de entidades locais. Como os dados da ocupação Valinhos II que, em 2019, teve apoio da Associação Beneficente São Carlos para realizar uma leitura de realidade da ocupação. Esta leitura consistia em uma pesquisa sobre o perfil, condições e perspectivas dos moradores da ocupação. Por meio dela foi possível compreender que residem, nesse espaço, em torno de 337 pessoas (Gamop, 2019, p. 10), que habitam aproximadamente 115 casas (Gamop, 2019). Em torno de 61% desta população é preta e parda. Sobre a realidade destas pessoas, Gamop (2019, p. 51) destaca que:

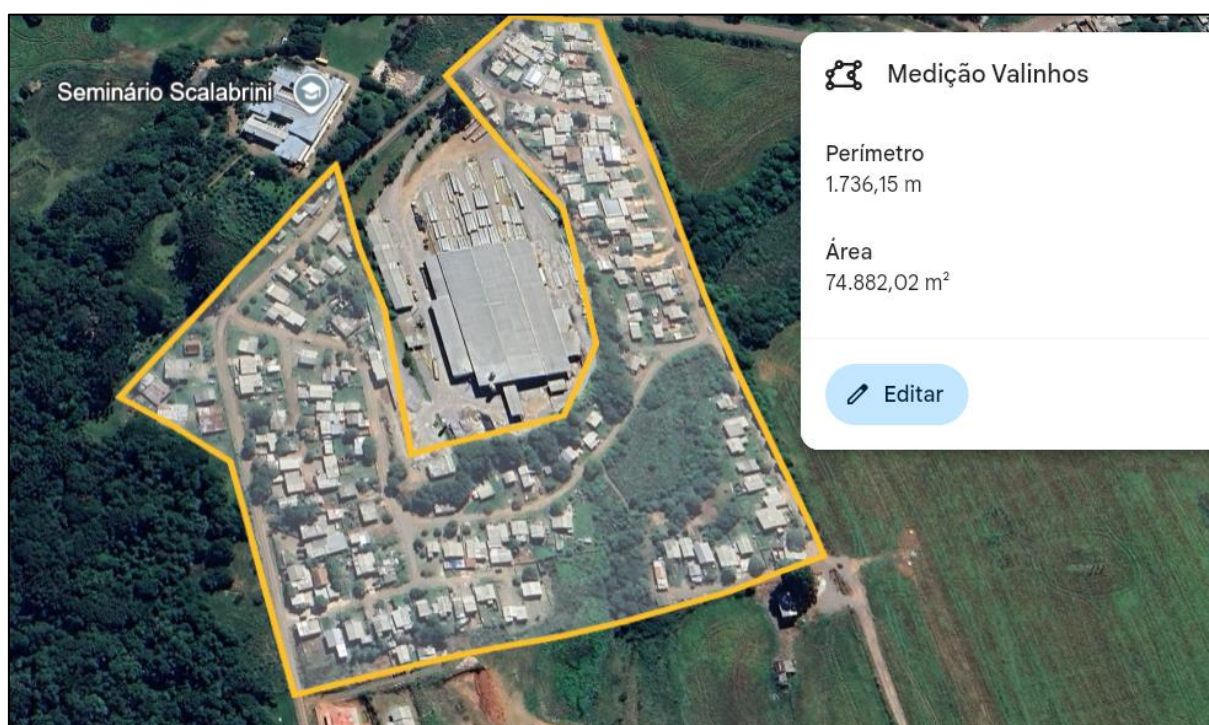
A população da ocupação é relativamente jovem (54,3% são do sexo masculino e 45,7% do feminino). As pessoas adultas, no geral, são compostas por pessoas casadas ou com união estável e baixa escolaridade. Grande parte trabalha de forma autônoma ou desenvolve atividades operacionais em empresas locais. São, em sua maioria, oriundas do meio rural ou possuem grande influência desse meio por intermédio dos pais. A renda salarial ou de ganhos é baixa, menos de um salário mínimo per capita para 82,5% das famílias ocupantes.

Figura 22: Imagem da ocupação Valinhos II, em Passo Fundo- RS



Fonte: Arquivo pessoal (2023)

Figura 23: Imagem da área total da Ocupação Valinhos II, em Passo Fundo- RS



Fonte: Google Earth (2025, Latitude: 28°14'00" sul, Longitude: 52°27'13" oeste).

Os dados do município também reforçam essa situação de desigualdade, segundo o IBGE (2024), Passo Fundo possui uma população de cerca de 206 mil habitantes, destas, 88.740 pessoas se encontram ocupadas no município em 2022, ou seja, 43,03% da população. O índice

de domicílios, em 2022, com rendimentos mensais de até meio salário na cidade é de 25,7% da população, ou seja, cerca de 50.000 mil pessoas viviam com até R\$ 606 mensais. Ainda, segundo o Painel de Saneamento do Brasil (2022), 57,8% da população passo-fundense, não possui coleta de esgoto e 2,6% da população, em torno de 5.300 pessoas não possuem acesso à água. Os dados aqui citados revelam um pouco da realidade do que significa morar nas ocupações urbanas.

No documentário, em um determinado trecho evidencia-se uma imagem de mobilização dos moradores das ocupações reivindicando regularização e garantia de acesso à água e outros direitos básicos. De acordo com Borges (2023), cerca de 80 pessoas que moram em ocupações em Passo Fundo fizeram um protesto na frente da prefeitura, pedindo por água, energia elétrica e que a secretaria de obras fizesse melhorias nas ruas de todas as ocupações. Solicitaram também a desapropriação das ocupações que estão em risco de despejo, como Bela Vista, Valinhos I e Vila Popular e pleitearam que as ocupações, como Valinhos II, Leão XIII, Planaltina, Roselândia, Beira-trilhos e RS-324, fossem regularizadas, dentre outras pautas sociais.

Figura 24: Imagem da mobilização das ocupações em frente a prefeitura.



Fonte: Borges, GZH Passo Fundo (2023).

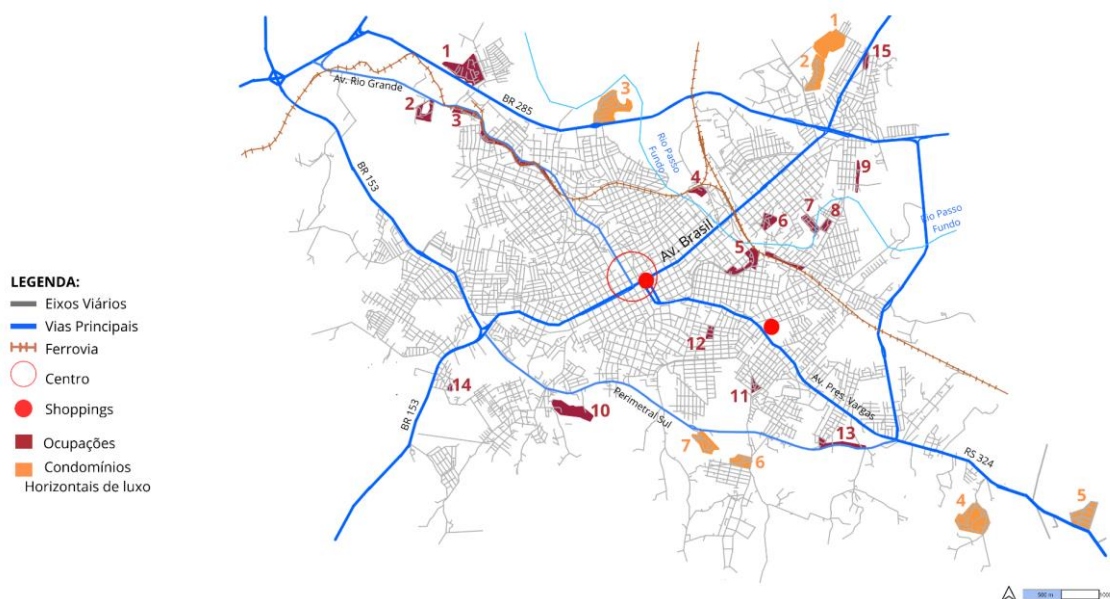
As lideranças territoriais corroboram com as estimativas mediante depoimentos aos jornais da região, onde destacam que a maioria dos moradores das ocupações têm renda igual ou inferior a um salário-mínimo, inviabilizando a moradia pelo molde do padrão capitalista de aquisição de propriedade privada por meios econômicos (Reportagem Rosângela Borges, GZH Passo Fundo, 2023.).

— Não existe como manter a vida com alimentação, luz, água e gás e pagamento de aluguel. Não temos condições de comprar terrenos da forma tradicional. Então as famílias foram se organizando e cada uma fez sua casa. Compramos postes e colocamos energia elétrica de forma precária, assim como encanamento de água, que é provisório. Tudo aqui é difícil. As crianças sofrem em dia de chuva na lama. É uma questão de saúde pública. Estamos aqui para garantir nosso direito mínimo, que é ter um lugar para morar. (Reportagem Rosângela Borges, GZH Passo Fundo, 2023.)

Na busca por representar visualmente como esse padrão de segregação (condomínio versus periferia) ocorre em Passo Fundo, foi criado um mapa de autoria própria através da observação⁷ do mapa de Zoneamento Urbano do Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Cidade de Passo Fundo (2006) e espelhamento do mapa de Passo Fundo por meio do Google Maps. É possível observar no mapa abaixo a dicotomia presente entre as áreas de localização dos condomínios, e algumas ocupações, habitações irregulares ou clandestinas, conforme o PDDI (2006):

Figura 25 - Mapa de Localização das Ocupações Urbanas e dos Condomínios Horizontais em Passo Fundo- RS.

⁷ O mapa de zoneamento do PDDI mapeia, segundo o art. 57 às chamadas Zonas de Interesse Especial (ZEIS), estando referenciadas pelas seguintes características: a) ZEIS 1: áreas vazias ou subutilizadas destinadas à implantação ou promoção de lotes e/ou habitação de interesse social; b) ZEIS 2: assentamentos autoproduzidos em áreas públicas ou privadas; c) ZEIS 3: parcelamentos públicos ou privados irregulares, ou clandestinos. Para utilização de mapeamento de ocupações, foram consideradas apenas as ZEIS 3.



Legenda: Ocupações mapeadas: 1- Ocupação IV do Bairro Zachia; 2- Ocupação Valinhos II; 3 e 4- Ocupações Valinhos I e Beira Trilhos; 5- Ocupação Indígena Éfrica; 6- Ocupação Floresta; 7- Ocupação Bela Vista; 8- Ocupação Vista Alegre; 9,10,11,12,13,14,15- Ocupações não identificadas;

Condomínios de Luxo Horizontais mapeados: 1- Terrano; 2- Vivendas das Palmeiras; 3- La Barra; 4- Morada Além do Horizonte; 5- Villa Paladio; 6- Morada dos Ipês; 7- Bosque Village;

Fonte: Arquivo pessoal, construção própria a partir do Google Maps e PDDI de Passo Fundo (2024).

Passo Fundo, à semelhança de outras cidades médias brasileiras, manifesta as contradições típicas do urbanismo capitalista: déficits infraestruturais, crise habitacional, dinâmicas rentistas e processos acelerados de acumulação de capital. Como demonstra Harvey (2014), essa produção fragmentada do espaço urbano - marcada por divisões desiguais - gera efeitos constitutivos na subjetividade dos moradores, particularmente através da erosão das formas de sociabilidade que fundamentam a organização social.

A análise do desenvolvimento urbano de Passo Fundo desvela uma cidade paradoxal, onde o imaginário de progresso e modernização coexiste com desigualdades socioespaciais historicamente enraizadas. Desde sua gênese no século XIX até a contemporaneidade, a cidade perpetua um modelo espacial excludente que opera através da marginalização sistemática de populações periféricas, comunidades indígenas e trabalhadores urbanos, concomitantemente à concentração de infraestrutura e serviços nas áreas centrais e enclaves de elite.

Este capítulo buscou decifrar essas contradições materiais inscritas no tecido urbano de Passo Fundo, evidenciando como se reproduz no planalto médio gaúcho o clássico padrão

centro-periferia das cidades capitalistas. Na sequência, a investigação explorará o afeto do Desamparo como chave analítica para compreender como essas estruturas de segregação se subjetivam nas mulheres residentes de ocupações urbanas, a partir da particularização segundo eixos territoriais, de classe, gênero e outras interseccionalidades.

5. DOR QUE NÃO CESSA: A EXPERIÊNCIA DO DESAMPARO

A busca por uma teorização que considera dimensões afetivas, subjetivas e corporais dos sujeitos não é nova. O próprio Freud, considerado o criador da psicanálise, em textos como: “Totem e Tabu (1913)”, “Psicologia das Massas e Análise do Eu (1920)”, “O Futuro de uma Ilusão (1927)” e “O mal-estar na civilização (1930)”, entre outros, já realizava algumas aproximações do campo subjetivo com o social, bem como, buscava por vezes, descrever fenômenos sociais a partir do olhar metapsicológico. Apesar das críticas⁸ por algumas generalizações presentes nas suas obras, feitas principalmente por autores do campo social, é sabido que a teorização freudiana trouxe inúmeras contribuições para se pensar os sujeitos. Principalmente questões corpóreas da relação do indivíduo com o mundo à sua volta.

A intenção desta pesquisa não é cair em “psicologismo”, ou seja, anular as expressões da questão social⁹ em favor exclusivamente do caráter analítico da subjetividade do sujeito. Pelo contrário, é por conta da compreensão de que ambas as esferas estão intrincadas, que se estabelece uma discussão das desigualdades com os afetos singulares que constituem os corpos políticos dos sujeitos.

Desse modo, se retoma a perspectiva freudiana que postula: “O *socius* está presente no eu.” (Safatle, 2021, p. 38). O que significa dizer que a estrutura psíquica dos sujeitos possui inconscientemente marcas geradas a partir da sociabilidade e criação de vínculos. Dessa forma, o contexto social influi sobre a subjetividade e vice-versa. Conforme Joel Birman (2023), sempre que há uma modernização social, também ocorrem novas exigências para as subjetividades. Assim sendo, os processos de transformação da ordem social requerem

⁸ Alguns conceitos Freudianos, foram criticados por Foucault, em textos como: A psicologia de 1850 a 1950. Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise. Bem como, por autores da psicologia social, como Deleuze e Guattari (1930-1992) em obras como: O Anti-Édipo: Capitalismo e Esquizofrenia (1972).

⁹ Termo utilizado principalmente no serviço social para expressar a repercussão do conflito capital-trabalho na vida das pessoas. Que se caracteriza atualmente, por expressões múltiplas: como a pobreza, desemprego, violência, discriminação de gênero, raça, etnia e orientação sexual, trabalho precário, dificuldade de acesso à saúde, à educação e ao trabalho, falta de moradia, violação dos direitos das crianças e idosos (Badaró, 2013).

mudanças constantes nos afetos dos sujeitos. Dessa maneira, é possível observar um enredamento social que afeta os corpos políticos. Conforme o autor:

O mundo tradicional é desmapeado perdendo seu traçado de linhas claras e precisas. A geografia fica borrada pela história, perdendo a nitidez e a simplicidade de seus desenhos. O mundo adquire uma dimensão de infinitude, já que as rotas e os caminhos se multiplicam numa espécie de espiral ascendente. Incrementa-se muito, dessa maneira, o potencial de incerteza do sujeito, já que este passa a ser exposto a maiores opções e escolhas. A insegurança e a angústia se multiplicam como consequência, estas se transformam em sua qualidade, assumindo novas formas anteriormente inexistentes, além de seu aumento quantitativo. Em função disso, o desamparo do sujeito se incrementa bastante, revelando-se o tempo todo como uma ferida exposta e sangrenta. Enfim, o sujeito passa a se inscrever num mundo que lhe abre muitas possibilidades, mas que também lhe aponta muitas impossibilidades existenciais. (Birman 2023, p. 85)

No contexto desta pesquisa, o foco será direcionado especificamente ao desamparo. Visto que, conforme já dissertado, do surgimento dos primeiros aglomerados urbanos até a construção das cidades capitalistas, o sujeito parece buscar atualizações simbólicas como fuga desse afeto em particular, o que acaba impactando o contexto social. E quando se fala de impacto é preciso reconhecer que existem diferentes formas de viver o desamparo e algumas delas, inclusive, se agravam com as desigualdades sociais.

É sabido que determinações sociais impactam nas condições em que os sujeitos vivenciam seus afetos, desse modo torna-se necessário destacar o papel do corpo nessa discussão, visto que ele é de suma importância para a compreensão da estruturação dos vínculos sociais do sujeito. Segundo Birman (2023), o corpo é uma espécie de território ocupado por um organismo biológico, que recebe do Outro¹⁰ marcas e inflexões, culminando no que a psicanálise chama de imagem corporal ou o “Eu”. Ainda, conforme o autor, a força pulsional e o Outro estão na origem do registro originário na psicanálise. Esse registro é o responsável pela forma como o sujeito compreende e se estabelece no mundo.

Judith Butler (2019), dirá que o corpo é uma importante ferramenta de enunciação linguística e existencial, ou seja, é por meio do corpo que os sujeitos “performatizam” desde o

¹⁰ O Outro, escrito com inicial maiúscula, refere-se à teorização Lacaniana, que diz respeito ao símbolo inscrito no inconsciente do indivíduo pelo desejo de outro sujeito, a linguagem, as normas sociais, a cultura, tudo que está fora do indivíduo, mas que o influencia profundamente. O Outro relatado aqui pode sugerir uma simbologia para o significante do desejo do cuidador (a), bem como, do laço social que perpassa o sujeito. Esse Outro, torna-se também a imagem do Eu. Conforme Lacan (2005, p. 31) “o desejo do homem é o desejo do Outro”. Desse modo, tornar-se um ser desejante passa pela mediação desse Outro que se inscreve inconscientemente a partir das relações de cuidado e de afeto.

gênero até suas ações políticas. Importa destacar que na teoria construída pela autora, a *performatividade* fala de um enunciado linguístico que no momento da sua enunciação faz com que o fenômeno ou a ação exista. É possível exemplificar essa questão através das normas de gênero, conforme Butler (2019, p. 38):

O gênero é recebido, mas com certeza não somente inscrito no nosso corpo como se fossemos meramente uma chapa passiva obrigada a carregar uma marca. Mas o que somos obrigados a fazer a princípio é representar o gênero que nos foi atribuído, e isso envolve, em nível inconsciente, ser formado por um conjunto de fantasias alheias que são transmitidas por meio de interpelações de vários tipos. E embora o gênero seja representado repetidamente, a representação nem sempre está em conformidade com determinados tipos de norma...

Além do corpo como ferramenta de enunciação do mundo, Butler (2023) chama a atenção para o corpo enquanto fenômeno social, no sentido de estar exposto aos outros, dependente de condições e instituições sociais para sua sobrevivência, tornando sua existência impossível sem esse outro. “O corpo está fora de si mesmo, no mundo dos outros, em um tempo e um espaço que não controla, e ele não apenas existe no vetor das relações, mas também é esse vetor. Nesse sentido, o corpo não pertence a si mesmo (Butler, 2023, p. 85).” Essa concepção de corpo se aproxima bastante da perspectiva psicanalítica tradicionalmente pensada por autores como Freud e Lacan. Conforme destaca Birman (2023, p. 70) “O enredamento entre o corpo e o sujeito é de tal ordem que constituem diversos corpos-sujeitos em diferentes níveis de organização e de ser, impossíveis de serem pensados na hipótese de um sujeito desencarnado.” Sendo assim, é possível compreender que a dinâmica do corpo está na essência da construção da subjetividade e dos afetos.

Para além da psicanálise, a dinâmica do corpo/sujeito vem ganhando notoriedade também nas teorias sociais. David Harvey (2014), antropólogo e geógrafo, é um dos autores que retoma o papel do corpo em relação à sociedade, se referindo principalmente à acumulação do capital. Harvey (2014) argumenta que o corpo é a “medida de todas as coisas”, ou seja, o corpo é crucial para a construção de valores e compreensão do mundo. Ele também é responsável pela organização do sujeito em relação a um espaço, em um tempo histórico específico. Conforme Harvey (2014) existe, dessa forma, uma construção dialética do corpo com os processos sociais e subjetivos que o criam, delimitam, sustentam e o dissolvem. O que culmina na manifestação corporal a partir de diferentes processos na sociedade, tanto em termos materiais como representacionais, como destaca o autor. Carlos (2007), conforme já dissertado no texto anterior, também é uma autora que dialoga muito com a dinâmica corporal. Carlos

(2007), utiliza inclusive a categoria do corpo como caminho para revelar de que maneira o lugar afeta a construção subjetiva do sujeito para com o mundo que o cerca.

Dessa forma, voltamo-nos aos primórdios da construção psíquica do sujeito segundo Freud (1926/2014), que coloca em evidência que a corporeidade possui um papel fundamental na organização do psiquismo, sendo o que instaura os símbolos mnêmicos.¹¹ Os símbolos aqui citados são o que dão sustentação a psiquê, eles são instaurados a partir das vivências de angústia do trauma do nascimento, excitações, estímulos e no desamparo biológico e psíquico do bebê. Para Freud (1926/2014), o desamparo ocorre por meio de duas modalidades para o bebê. Como desamparo biológico, caracterizado por ser uma vivência natural do bebê humano, a partir da dependência absoluta diante do outro. E como, desamparo psíquico que se caracteriza como uma reação automática ao desamparo biológico, gerador de angústia como sinal salvador.

O desamparo biológico ocorre, segundo Freud (1926/2014), porque o bebê humano possui uma vida intrauterina breve e vem ao mundo completamente dependente de cuidados e de afeto, para então tornar-se humano. Ainda, conforme o autor, é o desamparo biológico em conjunto com o psíquico que dá origem à angústia frente a situações de perigo, sejam essas reais ou imaginárias. Também é essa posição que desenvolve, no sujeito, a necessidade de amor, que jamais o abandona. Importante destacar que as dimensões desse afeto, tanto biológico quanto psíquico, fazem parte de uma condição que seria comum a toda humanidade. Assim, a terminologia utilizada nesta pesquisa para se referir a ambos será, desamparo existencial¹².

Importa salientar que o ser humano, diante do desamparo existencial, para Freud (1926/2014), é inundado de angústia. Inicialmente, esse afeto afeta o sujeito de forma traumática, a partir de um perigo real, como o trauma do nascimento e a dependência dos

¹¹ Símbolos Mnêmicos, segundo Freud (1915/2010) são representações inconscientes em sua maioria, registradas na memória a partir da “representação palavra” e da “representação coisa” que contém os primeiros investimentos objetivos. Investimentos objetivos, são escolhas psíquicas inconscientes de objetos que recebem energia sexual, pulsional ou afetiva.

¹² Há uma variedade de termos utilizados na literatura freudiana e pós-freudiana para se referir ao desamparo biológico e psíquico, referente à condição existencial do sujeito. Freud (1926/2014), utiliza em partes de sua obra o termo de desamparo primitivo. Birman (2023), outro autor utilizado nesta pesquisa, fala em desamparo originário. Devido à necessidade de simplificação, para tornar tal fenômeno mais claro ao entendimento, a presente pesquisa optará por condensar estes termos na nomenclatura do desamparo existencial.

primeiros anos de vida, sendo replicado ao longo da vida diante de perigos simbólicos. Esses perigos simbólicos, de acordo com Freud (1926/2014) podem representar a perda do objeto, o perigo da castração, a angústia ante o super-eu, e a angústia do Eu frente a processos do Id (excesso de libido). Conforme Freud (1926/2014, p. 116):

Tomando a sequência “angústia-perigo-desamparo(trauma)”, podemos fazer o seguinte resumo. A situação de perigo é a reconhecida, recordada, esperada situação de desamparo. A angústia é a original reação ao desamparo no trauma, que depois é reproduzida na situação de perigo como sinal para ajuda. O Eu, que viveu passivamente o trauma, repete ativamente uma reprodução atenuada do mesmo, na esperança de poder ele próprio dirigir seu curso.

Segundo Freud (1926/2014), a angústia gerada pelo desamparo existencial durante a vida do sujeito assume duas formas originais: A primeira, diz respeito à angústia automática, não desejada, justificada economicamente ao se produzir uma situação de perigo análoga ao nascimento, bem como reação de defesa do Ego frente ao desejo. Nesse sentido, o objeto possui determinação. O trauma do nascimento se repete por meio de um sinal gerador de angústia que rememora a incompletude psíquica do sujeito, ou seja, este se confronta com sua impotência perante uma situação.

O segundo gênero de angústia, sublinhada por Freud (1926/2014), refere-se à angústia gerada pelo “Eu” somente pela ameaça da situação traumática vivida a fim de evitar tal situação. Este tipo de angústia, conforme Freud (1926/2014), possui como característica uma relação com a expectativa, aqui o objeto se encontra indeterminado ou ausente. Ou seja, é a angústia diante de algo, mas esse “algo” não é determinado. Ainda, de acordo com Safatle (2021, p. 51):

A angústia é, de um lado, a expectativa (Erwartung) do trauma, e de outro, a repetição atenuada do mesmo. As duas características que nos chamaram a atenção na angústia têm origens diversas, portanto. Sua relação com as expectativas se liga à situação de perigo; sua indeterminação e ausência de objeto, à situação traumática de desamparo, que é antecipada na situação de perigo.

Ainda, Lacan (1962-63/2005) se refere à angústia frente ao desamparo, como uma experiência do lugar da falta. Essa experiência da falta remete à noção de aparelho psíquico incompleto, que não consegue controlar as excitações, demarcando, também, a impotência do sujeito diante do Outro.

Torna-se compreensível, após a exposição da angústia, a relação do corpo para com a subjetividade frente às ameaças do mundo. Conforme Birman (2023, p. 38), “O Desamparo se relaciona com a corporeidade do sujeito, às ameaças da natureza e aos horrores gerados nas relações ambivalentes com os outros.” Sendo assim, é possível afirmar que o desamparo é uma

perturbação corporal, bem como os afetos da impotência¹³ e a angústia. Necessário ressaltar que estes afetos se relacionam entre si, podendo ser experimentados conjuntamente. Dessa forma, a subjetividade é marcada por experiências de encarnação e incorporação, pois o corpo é regulado pelo destino das pulsões e dos desejos. O que faz com que a subjetividade seja constantemente inscrita pelo afeto e pela ação.

Reforçar o papel da corporeidade, nesse caso, significa assumir que o afeto do desamparo é algo vivido pelo corpo e incorporado por este. E isso implica anunciar que o desamparo é incurável, como dirá Freud *apud* Safatle (2021, p. 53) **“Dor que não cessa”**. Pois esse afeto está constantemente lembrando a humanidade de sua condição existencial de imperfeição. E como todo afeto, precisa igualmente de reconhecimento e gestão.

É preciso destacar que Freud formula e identifica o afeto do desamparo existencial mediante uma segunda teorização da teoria das pulsões, onde agrupa as pulsões sexuais e do ego em pulsões de vida e introduz o conceito de pulsão de morte (Azevedo; Neto, 2015). O período histórico da concepção desta teorização, de acordo com Oliveira e Herzog (2010) remonta à época do “entre guerras”, onde a Europa passava por situações conflituosas. Esse momento vivido dolorosamente pelos cidadãos europeus. O que, conforme os autores, pode justificar o interesse da psicanálise pelo tema da guerra, visto que a desilusão provocada pela Primeira Grande Guerra colocou em xeque as esperanças dos atores epistemológicos da Europa, causando muitas reflexões sobre as atitudes do homem diante da morte, do trauma e do desamparo. Diante disso, conforme Birman (2023), esse contexto possui implicações diretas na definição do desamparo:

...o discurso freudiano colocou a figura do desamparo no fundamento do Sujeito. Este agora assume uma feição trágica, marcado que seria pela finitude, pelo imprevisível e sem ter garantia absoluta para se sustentar. É o vazio e o abismo que estão permanentemente sob seus pés, num vórtice tempestuoso que pode engoli-lo a qualquer momento, pois a morte a espreita com sua face tenebrosa e hedionda em todos os instantes. (Birman, 2023, p. 46)

Dessa forma, segundo o psicanalista, Freud admite a existência de uma modalidade de pulsão sem representação, que não é mediada por um objeto. Caracterizando assim, o registro

¹³ Birman (2014), em seu livro: *Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação*, utiliza o termo feminilidade, para se referir a “Experiência de se descobrir impotente diante de algo.” Entretanto, como este termo está em constante disputa no campo das teorias sociais, esta pesquisa utilizará o substantivo impotência.

psíquico do desamparo, como uma marca subjetiva permanente que se parece com estar diante da queda em um abismo que apavora o sujeito integralmente. É como se encontrar sem ajuda ou recursos diante de um acontecimento que ainda não foi vivido. Que provoca a paralisação do sujeito, mesmo que momentâneo, frente a capacidade de agir, prever e até mesmo representar. Ainda, Freud (1926/2014, p. 70), dirá que não há no “...nosso inconsciente algo que equivalha ao conceito de aniquilação da vida”. Desse modo, são os registros de finitude, do desamparo e da impotência que servem como símbolo inconsciente que remete a mortalidade do sujeito (Birman, 2014). Essa contemplação da mortalidade, conforme Freud (1926/2014) traz consigo o medo da morte, que equivaleria ao medo da castração, ou seja, perda do objeto¹⁴. E oferece ao Eu a sensação de insegurança frente aos perigos existentes.

Ainda conforme Birman (2014), a experiência do desamparo coloca o sujeito frente a pressões de forças pulsionais que o inundam. Logo, ele é tomado pelo excesso que gera a angústia e também a sensação de impotência diante da finitude do ser. A finitude e a incerteza humana tomam corpo, o que faz com que o sujeito se veja impossibilitado de encontrar enunciados totalizantes e universalizantes que sanem seu mal-estar. Segundo Safatle (2021), está no cerne da teorização freudiana admitir a vulnerabilidade diante desse afeto é uma condição fundamental para a emancipação. Pois é devido à posição limite entre a vida e a morte que o sujeito tem a possibilidade de criar formas de existências. Isso poderia ser interpretado como olhar para o próprio vazio, a falta e o desabamento daquilo que lhe é familiar, e conceber novas experiências criativas. Safatle (2021), também reforça a perspectiva de que o desamparo é um afeto com objeto indeterminado, pois não projeta expectativas, como o medo e a esperança. Ele elimina a temporalidade por haver indefinição do acontecimento por vir. Ou seja, é uma experiência que não cessa, não obtém satisfação, onde ocorre o desabamento das reações exequíveis. Sendo assim, é possível afirmar que o Desamparo causa uma insegurança ontológica, ou seja, um certo mal-estar. De acordo com o autor,

A situação de desamparo implica sempre reconhecimento de certa forma de impotência, tanto do sujeito em sua agência quanto da ordem simbólica que o suporta, em sua capacidade de determinação. Há uma suspensão na capacidade de ordenamento simbólico que nos aproxima do que Lacan entende por experiência da ordem do Real, daí a função do desamparo na experiência de final de análise. (Safatle, 2021, p. 53)

¹⁴ Perda do objeto, se refere a perda do amor do objeto de desejo (Freud, 1926/2014).

Safatle (2021), assim como Birman, afirma que a condição de se encontrar desamparado, também pode gerar novas formas de ser, principalmente através das dinâmicas de afirmação deste afeto. O autor apresenta esse afeto como centralidade da ação política, pois conforme ele, o desamparo produz o desenvolvimento de uma coragem afirmativa diante da violência provocada pela natureza despossessiva das relações intersubjetivas. Entretanto, esse afeto também pode gerir uma dinâmica de sujeição através da busca por reconhecimento social, que está ligada à insegurança social.

É importante salientar que o conceito de desamparo existencial, originalmente formulado no contexto europeu do entreguerras, deve ser lido como uma construção teórica historicamente situada. Esta concepção, nascida de um tempo e espaço específicos (a Europa em crise nas primeiras décadas do século XX), não esgota as múltiplas dimensões do fenômeno, especialmente quando consideramos experiências distintas e formas singulares de vivenciar esse afeto em diferentes contextos territoriais e temporais.

Nesta perspectiva, as teorizações contemporâneas, como a desenvolvida por Birman (2023), ampliam a compreensão do fenômeno ao demonstrar que os sujeitos, em sua busca por administrar o desamparo existencial, podem adotar diferentes estratégias psíquicas: negação, fuga ou sublimação. Na tentativa de sanar o desamparo através da negação, o sujeito acaba por assumir posições masoquista e perversa.

De acordo com Birman (2023), na posição masoquista, o sujeito repudia ao desamparo, ocupando um lugar de servidão diante do outro. Isso para, conforme o autor, evitar a dor e a solidão geradas pela impotência. No masoquismo o sujeito necessita de um senhor ou mestre, mesmo que isso signifique em servidão ao outro. Segundo Birman (2023), uma das características produzidas pela negação masoquista do desamparo, atualmente, é a homogeneização das individualidades permeadas pelo fetichismo da mercadoria. Portanto, é viável supor que a lógica de condominização, dissertada anteriormente pelo autor Christian Ingo Lenz Dunker, pode se encaixar nesta posição. Visto que os sujeitos, na lógica de condomínio, procuram sanar seu desamparo negando sua experiência de falta por meio do poder de compra, da criação de espaços apartados de circulação, murados e gerenciados por um síndico.

O caminho secundário de negação do desamparo, conforme Birman (2023), acontece por meio da posição perversa, outro destino que pode conduzir o sujeito à individualidade e a

recusa da impotência do desamparo. De acordo com o autor, “Com isso, a fragilidade e a finitude do sujeito não se evidenciam, e este procura se mostrar autossuficiente e tem horror a qualquer diferença (Birman, 2023, p. 52)”. Melhor dizendo, este sujeito em posição perversa não suporta a diferença do outro, visto que essa diferença o ataca por lembrá-lo de seu “próprio desamparo”. E isso fere, conforme Birman (2023), a homeostasia narcísica do seu ser. Desse modo, para apaziguar seu mal-estar diante da diferença, o perverso busca o aniquilamento desse outro. Oferecendo aos masoquistas símbolos fálicos para que estes possam atacar aqueles que não fazem parte da hegemonia. Pode-se citar como exemplos desses símbolos a cor da pele, ideologia, religião ou sexualidade. Judith Butler (2019), irá chamar atenção para essa diferenciação do outro através da dinâmica do campo do reconhecível, ou seja, só é reconhecido como humano a categoria que está conforme as normas sociais impostas por uma sociedade colonial, patriarcal e racista, sendo assim:

Da mesma maneira que precisamos entender que as normas de gênero são transmitidas por meio de fantasias psicossociais que não são originalmente criadas por nós, podemos ver que as normas do humano são formadas por modos de poder que buscam normalizar determinadas versões do humano em detrimento de outras, fazendo distinções entre humanos ou expandindo o campo do não humano conforme sua vontade (Butler, 2019, p. 44)

Pensando na esfera social há que se destacar, de acordo com Butler (2023), que a destruição do outro é também uma destruição de si, visto que dependo desse outro. Entretanto, algumas dinâmicas sociais vão reconhecer somente certos tipos de “outros”- De acordo com sua raça, classe, gênero e território - como dignos de vida humana, de proteção, amparo, subsistência e luto.

Outro destino para o desamparo existencial está, segundo Birman (2023), na censura desse afeto por meio da fuga. Isso pode ser produzido por conta da concepção cientificista de que é possível sanar angústias conscientemente. Sendo que, conforme essa teoria, quem não consegue assumir o controle total de suas paixões é tido como um alienado mental, considerado louco. Esse discurso foi muito disseminado no século XVIII por intermédio da psiquiatria. Conforme esse discurso científico, o sujeito estaria “dentro-de-si” até perder seu eixo e se deslocar para “fora-de-si”, dessa forma o espírito se perderia e se alienaria do sujeito (Birman, 2023). Assim, se acreditava que os fundamentos para o sujeito se manter em si seria o auto centramento e autoconsciência plena.

Dessa forma, o fundamento do sujeito estaria na razão, enquanto a loucura se situaria no cenário da “desrazão”. Importante destacar que esse argumento do auto centramento revela-

se falho, visto que o sujeito não é constituído apenas pela razão ou elementos palatáveis a si próprio. Além do mais, essa leitura de sujeito autocentrado contribui para uma interpretação estigmatizada da loucura, colaborando, também, na cultura do individualismo. Freud no texto *Além do Princípio do Prazer* (1920) desfaz essa concepção de auto centramento quando institui, conforme Birman (2023), a autonomia das forças pulsionais frente ao campo das representações. Bem como, admite que no desamparo há uma modalidade de existência de pulsão sem representação, melhor dizendo, um objeto desconhecido por natureza.

Ainda de acordo com Birman (2023, p. 187) “Fundado na pulsão, o sujeito seria forade-si por vocação, transformando-se em dentro-de-si por um longo processo de subjetivação que não é necessário, nem obrigatório.” Para Harvey (2014), o ideal do corpo “civilizado” e “individualizado” é constituído pela visão de mundo ocidental, que deixa escapar a relação do espaço/tempo como produtor de corpos e dos afetos que o compõem. Aceitar a lógica do sujeito autocentrado significa negar que o corpo é criado pela experiência da relação com o mundo e enquanto tal é afetado pela política, pelas relações sociais, relações de poder, dentre outras.

Por fim, o outro caminho para o desamparo se revela pela possibilidade de gestão deste afeto por meio da sublimação, como afirma Birman (2023). É importante salientar que o domínio desse afeto não diz respeito à cura deste, mas ao apaziguamento do mal-estar. Isso significa que ainda haverá a experiência do desprazer causado pelo mesmo. Segundo Birman (2023), lidar com o desamparo denota a construção de destinos para este, seja de forma erótica ou sublimatória para a pulsão. Desse modo, dirá o autor, o sujeito estará diretamente envolvido com o Outro para conseguir ordenar esse circuito pulsional. Conforme Birman (2023, p. 143)

Neste caso, a sublimação se dá a partir da horizontalização das ligações do sujeito com os outros, através dos laços sociais e pela produção de obras desses laços. A gestão do desamparo implica registros éticos e políticos e, portanto, não existe oposição entre erotismo e sublimação aqui.

O autor argumenta que, sem vínculos sociais e laços humanos, a gestão do desamparo por meio da sublimação torna-se inviável, uma vez que a pulsão, sem a mediação do Outro, tenderá à descarga imediata. Essa perspectiva sugere que o sujeito precisa, necessariamente, elaborar um estilo de existência capaz de transformar o desamparo em desejo vinculado à alteridade. Harvey (2014) corrobora essa análise ao destacar que afetos como o desamparo, experimentados corporalmente, só adquirem significado na relação com outros corpos – evidenciando a dimensão relacional da afetividade. Butler (2019) avança nessa discussão ao afirmar que os laços sociais constituem um ato de resistência à precariedade, ao não

reconhecimento e ao próprio desamparo. Como ressalta a autora: "Se sobrevivo, é precisamente porque minha vida não é nada sem a vida que me excede, que se dirige a um 'você' implícito, sem o qual não posso existir" (Butler, 2023, p. 73).

Assim, a sobrevivência subjetiva depende radicalmente dessa trama relacional, na qual o desamparo é ressignificado como potência de vinculação. Desse modo, é preciso relembrar que o Desamparo, afeto tratado neste capítulo, que como já observado, pode repercutir de vários modos e de maneiras singulares conforme os atores sociais. Portanto, é preciso adentrar a outra elaboração sobre o desamparo vinculada à discussão das expressões das questões sociais.

Dessa maneira, volta-se a Freud (1930/2010), no texto "Mal-estar na civilização", que teoriza sobre o pertencimento social. Ele dirá que os sujeitos pagam um preço para participar da civilização, se referindo a renúncia sexual e agressiva. Entretanto, o criador da psicanálise, relembra que nem todas as pessoas pagam na mesma moeda o preço da civilização. E aqui, entra um componente muito importante, as desvantagens. Visto que, não se pode ocultar que a subjetividade se constrói pelo *socius*. Como sublinha Freud (1930/2010, p. 37), "O eremita dá as costas a este mundo, nada quer saber dele. Mas pode-se fazer mais, pode-se tentar refazê-lo, construir outro em seu lugar, no qual os aspectos mais intoleráveis sejam eliminados e substituídos por outros conformes aos próprios desejos." Ou seja, na busca pelo prazer e fuga do desprazer, o sujeito pode utilizar de dinâmicas simbólicas e sociais que irão acender as desigualdades. O autor utiliza a religião, no texto, para exemplificar como esse processo incita a criação de delírios que inserem o sujeito numa certa paranoia que possui a finalidade corrigir algum traço inaceitável do mundo conforme o desejo do sujeito.

A autora Miriam Debieux Rosa (2022), destaca a importância de a teoria psicanalítica também olhar para as questões sociais embutidas nas dinâmicas da desigualdade. Visto que, não há como negar que uma parcela da população possui condições materiais melhores, em consequência, maior proteção e menos restrições diante dos infortúnios da vida. Enquanto a outra parcela padece de sofrimentos e privações que elevam seu mal-estar.

Portanto, se torna indispensável adentrar modalidades de desamparo que vão além da condição existencial. Foi pensando sobre a interferência que possui o discurso e os laços sociais para a constituição das diversas formas do sofrimento sociopolítico que Miriam Debieux Rosa (2022), nos apresenta o desamparo discursivo. Embalada pela leitura lacaniana de linguagem e discurso como construtores do inconsciente a partir do discurso do Outro, a psicanalista aponta

que, “Pela via da linguagem o sujeito se constitui, tece as bordas em torno do real, a partir do desejo do Outro e da transmissão da cultura, bordas que protegem da angústia e do trauma, referidos a condição absoluta de dependência e submissão ao outro (Rosa, 2022, p. 6).” A autora apresenta o conceito de desamparo discursivo, como modalidade criada por meio da construção discursiva do poder. Essa construção discursiva está a serviço do subjugamento e culpabilização do sujeito por sua condição. A qual, ressalta-se, é pluri determinada pelas questões sociais. Conforme a autora,

O conceito de desamparo discursivo é retomado para articular o sujeito a modalidades de discurso social e político que promovem seu desamparo. Quando há desqualificação de seu discurso, soma-se ao desamparo social do sujeito, o desamparo discursivo; ou seja, ele é inteiramente culpabilizado por sua condição social pluri determinada. Sem endereçamento possível ao Outro, o sujeito silencia, sendo lançado ao não senso e à dificuldade de reconhecer ele mesmo, seu sofrimento, sua verdade, seu lugar no laço social e no discurso. Essa condição desarticula o sujeito de sua ficção fantasmática, afeta seu narcisismo e o remete a angústia ante o desamparo que perpetua a condição traumática. (Rosa, 2023, p. 47)

Rosa (2022) destaca que o desamparo discursivo atualiza o desamparo existencial e abala a organização subjetiva do sujeito, pois essa aciona e reforça a dimensão traumática pré-existente. O que ocorre então é a desorganização das funções do Eu por conta da angústia gerada e isso promove o silenciamento do discurso. Quando o sujeito silencia, os conflitos gerados pelo laço social recaem inteiramente sobre ele, culpabilizando, individualizando e criminalizando suas saídas. Esta modalidade de desamparo possui implicações diretas na constituição das modalidades de sofrimento do sujeito e suas possibilidades de articulação subjetiva. A autora enfatiza, também, a conexão existente entre o desamparo discursivo e o desamparo social, pois ambos acometem uma determinada parcela da população segregada pelo *socius* por conta da exploração e da desigualdade.

Nessa direção, Butler (2019), chama atenção para a precarização de determinados grupos sociais a partir do não reconhecimento da sua existência e sofrimento, esses grupos são considerados pelo poder como “não humanos”. Eles estão em um campo distinto do humano que permanece irreconhecível, conforme as normas dominantes. Esses sujeitos, conforme a autora, são vidas não passíveis de luto, ou seja, uma vida não passível de luto é aquela cuja perda não é lamentada porque ela nunca foi vivida, isto é, nunca contou como vida para aqueles que detém o poder. Nesse sentido, Harvey (2014) propõe que a produção de corpos políticos passa por uma dinâmica social de distinção humana. Essas distinções, revela o autor, se dão por meio da classe, raça, gênero, entre outros aspectos. Inscritas por meio de processos socioecológicos que agem de maneira material sobre os sujeitos. Entretanto, essa consideração

socioecológica não significa passividade diante de processos exteriores, pois, essa dimensão conversa com captação dos fluxos de energia que podem resultar, inclusive, em processos de criação e reação diante do que está posto.

Por conseguinte, retomando algumas das formas de sanar a angústia causada pelo desamparo existencial, recordemos das posições masoquista e sádica, organizadas subjetivamente por intermédio do isolamento, segregação e ataque à diferença. Vimos que essas posições podem governar as relações de poder através dos discursos sociais e políticos e assim, produzirem os silenciamentos de outra parcela da população. Logo, surge algumas questões: como, tudo o que foi mencionado até aqui, intervém no acúmulo de desvantagens de mulheres residentes nas periferias? Que vidas são reconhecidas em sua precariedade? Quais vidas são dignas de amparo e proteção?

6. SE ESSAS SÃO MARCAS EXTERNAS, IMAGINE AS DE DENTRO: O PAPEL DA INTERSECCIONALIDADE NO DESAMPARO DE MULHERES PERIFÉRICAS

Contemple o desenho fundo/ Dessas minhas jovens rugas/ Conquistadas a duras penas/ Entre aventuras e fugas/ Observe a face turva/ O olhar tentado e atento/ Se essas são marcas externas/ Imagine as de dentro/ A vida tem sido água/ Fazendo caminhos esguios/ Se abrindo em veios e vales/ Na pele, leito de rio. (Canção de Elza Soares e Pitty, 2017)

Entender as dimensões sociais que afetam as mulheres periféricas é de suma importância para o diálogo proposto acerca das questões subjetivas, pois ambos são relacionados. A utilização da música da Elza Soares e da Pitty, “Na pele”, como abertura da exposição apresenta uma reflexão nesse sentido. Pois conforme as cantoras destacam no trecho citado, suas linhas de expressão, observadas no organismo, são as marcas deixadas pelo tempo e pelo sofrimento que podem ser percebidas pela visão. Enquanto o sofrimento subjetivo não pode ser observado concretamente, o que faz com que essa dimensão da existência seja, por vezes, ignorada, algo que pode conduzir as análises a uma visão parcial do sujeito.

Sendo assim, não se pode negligenciar nem a esfera material, nem a subjetiva. Quando esta pesquisa fala que ambas, estão imbricadas, é preciso recordar-se que o corpo não está dissociado da esfera social e vice-versa. Pois conforme a frase de Leonardo Boff¹⁵, muito repetida nas ocupações de Passo Fundo: “É preciso usar os sentidos, pois cada um lê com os olhos que tem. E interpreta a partir de onde os pés pisam. Todo ponto de vista é a vista de um ponto”. Essa frase dialoga fortemente com Butler (2023), que diz: aquilo que sentimos também é condicionado pela maneira como interpretamos o mundo, e a forma de interpretar também altera o que sentimos.

Dessa forma, é crucial examinar a realidade vivida, para também, compreendermos como será representado o sofrimento subjetivo. Assim, é preciso voltar-se para os marcadores sociais de classe, raça e gênero. Processos materiais de distinção social, mas que também dizem respeito aos processos representacionais, como destaca Harvey (2014). E com isso, este capítulo

¹⁵ Leonardo Boff é teólogo, escritor, filósofo e professor universitário brasileiro, conhecido por defender os direitos humanos. Sendo também expoente da teologia da libertação no Brasil. O trecho citado do autor é da obra: A Águia e a Galinha: A metáfora da condição humana, publicada pela editora vozes em 1997.

buscará, também, utilizar as falas e situações esboçadas no documentário Ocupar: mulheres, terra e luta (2023) por meio da Análise de implicação.

Para iniciar essa discussão evoca-se uma fala de Edivânia Rodrigues da Silva, mulher negra, pedagoga, moradora da ocupação Valinhos II, militante do Movimento Nacional de Luta por Moradia (MNLN) e coordenadora do Projeto Ocupar: Mulheres, terra e Luta em Passo Fundo.

Figura 26: Imagem de Edivânia no documentário Ocupar.



Fonte: Ocupar (2023, 04min 08s).

Edivânia em um certo trecho do documentário faz a seguinte exposição, enquanto são mostradas imagens da ocupação em que mora:

[...] veja, nós temos várias ocupações, cada uma tem um jeito de se organizar, de se pensar, de se fazer, porque são territórios... é, realidades e contextos diferentes, mas tem coisas que perpassam todas as ocupações. Tem coisas que é daqui da Valinhos II, do Záchia, da beira trilhos, da Valinhos I, da Bela Vista, da Vista Alegre [...] (Ocupar, 2023, 13min 42s).

Importa destacar que a fala possui uma continuação no sentido de trazer quais são estas questões que se repetirão nos territórios das ocupações de Passo Fundo. Entretanto, utilizo-me apenas deste trecho, pois ele demarca questionamentos importantes para construir esta discussão, sendo estes: o que é comum nesses territórios? O que são essas “coisas que perpassam todas as ocupações”?

Conforme Lélia González (2020), no Brasil ainda predominam as relações pré-capitalistas na instância ideológica, enquanto na instância econômica impera o capitalismo competitivo e monopolista herdados do liberalismo. Esse dualismo influi na sociedade sobre o trabalho, exploração, acesso à terra e aos direitos básicos, como já destacado no Capítulo "Cidades do Capitalismo: A sala de visitas e o quarto de despejos". De acordo com González (2020), o capital monopolista e o legado da escravidão influem diretamente na população negra do país, através da divisão racial do trabalho. Segundo a autora, a população negra¹⁶ constitui, em sua maioria, a massa marginal em condição de desemprego ou subemprego. Bem como, possuem outros tipos de desvantagens, como, por exemplo, a distribuição geográfica, geralmente afastada dos centros urbanos. Essa dinâmica apresentada é reforçada do ponto de vista ideológico pela ideologia do branqueamento¹⁷ e mito da democracia racial¹⁸.

De acordo com Sueli Carneiro (2011), é impossível falar de desigualdades de classe sem considerar que a raça é uma categoria cultural e socialmente construída no Brasil, sendo esta determinante para a configuração estrutural de classe. Carneiro (2023), destaca que o Brasil, por ser um país multirracial, carrega contradições de raça que elevam a desigualdade social e impactam na dinâmica de classe. Conforme a autora, "Pobreza tem cor no Brasil (Carneiro, 2011 p. 57)". Essas disparidades podem ser observadas a partir de alguns dados a seguir, de natureza tanto econômica quanto ideológica.

Segundo Sá, Santos e Silva (2024), mais da metade da população brasileira se declara, preta ou parda, totalizando 110 milhões de pessoas. Conforme IBGE (2022), assim como no total da população brasileira, as pessoas de cor ou raça preta ou parda, constituem a maioria da força de trabalho no País.

No indicador de desocupação e subutilização, que inclui, além dos desocupados, os subocupados e a força de trabalho potencial, é possível observar que os índices da população, preta

¹⁶ O IBGE (2022) utiliza o termo negro (a), para enquadrar categoricamente tanto os pretos (as) quanto para pardos (as), de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial.

¹⁷ Ideologia que serviu como justificativa política para branquear a população brasileira, a qual, estimulava a imigração europeia, principalmente no período compreendido entre 1890-1930 (Gonzalez, 2021).

¹⁸ Conceito criado por Gilberto Freyre, nos anos 1930, que falsamente atribui ao Brasil, país com harmonia racial, onde o brasileiro é visto como homem cordial e a sociedade brasileira é livre de preconceitos e discriminações (Gonzalez, 2021).

ou parda, são substancialmente mais elevados, sendo 64,1% da população desocupada e 65,6% subutilizada. A desvantagem dessa população se mantém através do rendimento do trabalho, conforme IBGE (2022), a renda das pessoas brancas ocupadas foi em torno de 69% acima da renda de pessoas pretas e pardas. Além disso, os pretos e pardos representavam juntos, em 2021, 74,8% do grupo formado pelos 10% da população com os menores rendimentos no país. E somente 14,6% de pessoas em cargos gerenciais com renda mais alta eram pretas ou pardas, enquanto 84,4% pertenciam à cor ou raça branca.

Ademais, o rendimento médio domiciliar per capita mensal da população branca foi de 1.866 reais mensais, quase duas vezes maior do que o da população preta e parda, que aparecem com renda de 956 e 945 reais mensais, respectivamente. A proporção da população negra nas linhas de pobreza foi quase o dobro da proporção de brancos. Conforme o IBGE (2022), pessoas negras que vivem diariamente com US\$ 5,50 diários, considerada taxa de pobreza, eram em torno de 72,9%, em 2021, enquanto os brancos possuíam um percentual de 18,6%. Na linha da extrema pobreza, ou seja, pessoas que vivem com menos de US\$ 1,90 diários, são em sua imensa maioria pessoas negras com 20,4% em comparação com 5% das brancas. Algumas falas do documentário merecem ser destacadas aqui, pois refletem em nível micro social¹⁹ o quanto esses dados apresentados também são realidade na vida das mulheres moradoras das ocupações urbanas de Passo Fundo. Maria Luiza Santos da Silva, destaca o papel da desigualdade em termos de rendimento mensal em seu discurso verbal quando questionada sobre como é morar na ocupação:

Digamos que não é muito bom né. Porque a gente tem falta de muita coisa né. Mas nas condições de hoje não teria como pagar um aluguel né. E ter condições de manter, assim... uma casa de aluguel e pagar todos os gastos que a gente tem né. Numa casa de aluguel né. E eu vim parar aqui mesmo, porque estava passando por um momento bem difícil que eu não tinha mais condições de pagar aluguel e foi a solução no momento. E agora estou me habituando aqui né (Ocupar, 2023, 09min 48s).

Maria Luiza é uma mulher parda, com 60 anos, que trabalha como faxineira no centro da cidade de Passo Fundo e produz alimentos para venda, também reside na ocupação Bela Vista há oito anos.

¹⁹ Conceito da Teoria Sociológica como abordagem explicativa da sociedade a partir do individualismo metodológico, ou seja, aquilo que remete o nível micro, ao indivíduo, sujeito, ação, prática social, habitus, agência, actância, interação, relação, entre outros (Sell e Paula Jr. 2016).

Figura 27: Imagem da Maria Luiza.



Fonte: Ocupar (2023, 02 min 50s).

Importante destacar que assim como Maria Luiza, pessoas pretas e pardas enfrentam maior informalidade da propriedade, segundo o IBGE (2022), em média, os domicílios próprios habitados por pessoas brancas valem quase o dobro do valor dos domicílios ocupados por pessoas pretas e pardas.

Em termos de educação, pode-se inferir que o processo desigual ainda faz parte do cotidiano brasileiro. De acordo com o IBGE (2022), em 2021, o número de estudantes pardos e pretos com idades entre 6 e 17 anos, sem aulas presenciais e sem oferta de atividades escolares, foi significativamente superior ao de brancos, cerca de duas vezes maior. Os índices de evasão também são maiores na população negra. Edivânia relata no documentário enquanto fala sobre si, uma dificuldade que perpassa milhares de jovens, pobres, pretos e periféricos com relação ao estudo, conforme ela:

[...] E eu filha da classe trabalhadora de pais trabalhadores fui me constituindo desde muito cedo, desde a minha... desde criança eu já fui me constituindo porque eu fui começando a perceber qual era o meu papel na minha família. Então eu sendo a filha mais velha, filha de pais nordestinos, fui descobrindo, assim, que eu precisava ajudar minha mãe que eu precisava cuidar dos meus irmãos que eu precisava cuidar da casa e que eu gostava de estudar. Então, o gosto também pela leitura, pelo estudo sempre foi muito minha, assim. Então, eu fui me assumindo essa menina que ao mesmo tempo era uma menina pequena que brincava, mas também conjugava a ajuda dentro de casa junto com a minha mãe com o meu pai. (Ocupar, 2023, 04 min 30s).

A necessidade de auxiliar em afazeres domésticos, ou até a necessidade de ter renda para auxiliar a famílias se configura em um dos fatores que sustenta índices tão alarmantes de evasão escolar. Conforme a Agência de notícias do IBGE (2020), a renda familiar é um dos

principais fatores de abandono da escola, visto a necessidade de trabalhar muito cedo, falta de apoio familiar e desinteresse. Ainda, outro agente relevante relaciona-se com uma questão de gênero, a gravidez na adolescência. Estudar passa ser um “privilegio da persistência” nas famílias de baixa renda e com isso aumentam-se os índices de desigualdade.

Conforme Carneiro (2023), a estrutura que sustenta esses índices de desigualdade está alicerçada no dispositivo de racialidade, este dispositivo demarca, por meio da linguagem e das relações de poder, o humano como sinônimo de brancura, e o outro como “não ser”. O dispositivo racial utiliza do discurso como alicerce do branqueamento, dessa forma uma dominação sobre o corpo do outro, racializado. Sendo assim, esse dispositivo produz um campo ontológico, epistemológico e de poder, onde os saberes e os modos de subjetivação serão parte desse processo. Carneiro (2023), chama atenção para teorias que reforçam a construção epistemológica do dispositivo de racialidade, o mito da democracia racial e a ideologia do branqueamento. Como demonstra Carneiro (2023), o mito da democracia racial opera como um mecanismo de ocultamento que naturaliza desigualdades ao negar a existência do racismo estrutural que silencia os conflitos raciais constitutivos da formação social brasileira e produz no imaginário a perpetuação da narrativa da cordialidade racial como traço identitário nacional. Isso, enquanto materializa hierarquias que delimitam acessos diferenciais a direitos e territórios, além de, corporificar marcadores raciais colocando-os posições sociais desiguais e naturalizar privilégios da branquitude como padrão normativo. De acordo com Sueli Carneiro (2023, p. 57):

O binômio que também já se autonomizar de sua estrutura empírica para designar no plano simbólico as assimetrias raciais é o expresso na diferenciação do elevador de serviço & elevador social. Está também enraizado no imaginário brasileiro o ter o “pé na senzala” ou na “cozinha”, que as vezes indica a classe de pertencimento, as vezes a raça - mas quase sempre significa as duas coisas.

Dessa forma, Carneiro (2014) chama a atenção para um vazio no que diz respeito às políticas públicas de igualdade racial, seja na educação ou no mercado de trabalho. O Brasil caminha a passos lentos no que se refere à promoção de políticas de inclusão social, restando somente a retórica dos governantes e gestos simbólicos que não são suficientes para combater as discrepâncias que existem entre negros e brancos. É preciso destacar, também, que o conservadorismo, presente na sociedade brasileira, impede até mesmo pequenas ações de inclusão.

Um exemplo da dificuldade de implementar políticas públicas de inclusão, em meio a uma sociedade conservadora, foi o que ocorreu no ano de 2024. Conforme notícia do portal G1,

o livro vencedor do prêmio Jabuti²⁰ “O avesso da pele” do escritor Jeferson Tenório, teve seus exemplares recolhidos de escolas públicas de Ensino Médio no Paraná. O livro trata sobre racismo e violência policial e integra o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), do Ministério da Educação (MEC), que distribui livros didáticos para escolas públicas no Brasil. A secretária de Educação do Estado argumentou que o livro apresenta expressões, jargões e descrições de cenas inadequadas para menores de 18 anos. A censura deste livro revela como a discriminação e o preconceito estão presentes em todas as esferas sociais, inclusive na instituição escolar.

De acordo com Carneiro (2024), no texto: “Racismo na educação Infantil”, que disserta sobre a pesquisa da Professora Eliane Cavaleiro com crianças de 4 a 6 anos, o racismo está presente em todas as instituições, inclusive naquelas que se pretendem detentoras da democracia e da educação. Sueli Carneiro (2014) destaca o quanto a dinâmica da discriminação vivida pelas crianças negras nas escolas deixa marcas internas violentas, inferindo na sua autoestima e autorrepresentação. Conforme Sueli Carneiro (2014, p. 77):

De volta a relação aluno-professor, a pesquisa mostra que crianças brancas recebem mais oportunidades de se sentir aceitas e queridas que as demais; Elas são consideradas “boas”, os elogios são feitos a elas como pessoas- são inteligentes, espertas, bonitas, etc. No caso das crianças negras são feitos elogios às tarefas que estão bem feitas, mas não a elas como seres humanos dignos de admiração e incentivo.

Lélia González (2022), também destaca que o sistema educacional é usado como aparelho ideológico do estado, servindo como mecanismo de repressão para a manutenção das relações de produção e discriminação cultural, isso em todos os níveis do ensino. Dessa forma, as crianças ou adolescentes que questionam o ensino e o conteúdo ensinado são vistas como indisciplinadas, desajustadas ou pouco inteligentes, reforçando a segregação destes estudantes e a desistência de muitos deles.

Outro fator de impacto, para demonstrar o quanto o racismo está estruturado socialmente, está nos índices de violência. Conforme o IBGE (2022), a maior taxa de incidência de violência física, psicológica ou sexual, ocorre entre pessoas pretas, com 20,6%, e pardas, 19,3%, com 18 anos ou mais de idade. Com destaque para as mulheres pretas, as quais sofreram

²⁰ Prêmio Jabuti é uma premiação literária criada no fim dos anos 50, este prêmio possui uma grande abrangência e importância no cenário literário. Além de valorizar os escritores, ele destaca a qualidade do trabalho de todos os profissionais envolvidos na criação e produção de um livro.

mais violência que os homens em 2020, cerca de 21,3%. Ainda, em 2020 (IBGE, 2022), o índice de homicídios revelou que ocorreram 34,1 mortes para cada 100 mil habitantes entre pardos, 21,9 mortes para cada 100 mil hab. entre pretos e somente 11,5 mortes a cada 100 mil hab. entre brancos.

De acordo com González (2021), a violência que vitima a população negra do país, revela um dos mecanismos mais cruéis de opressão, tendo a polícia um de seus principais agentes de repressão e violência. O biopoder, tecnologia de poder utilizada para eliminação dos elementos indesejáveis, teorizado por Foucault *apud* Carneiro (2014), sintetiza a função que as estruturas do estado exercem sobre o genocídio e a violência relacionada ao racismo. Seja por omissão do estado, através da exclusão e banimento social, ou pela violência policial que vitima milhares de jovens nas periferias do Brasil. Ou seja, o biopoder se constitui como política de “fazer viver e deixar morrer (Carneiro, 2023, p. 61)”, no caso de uma sociedade *racializada*, o biopoder ocorre por meio do racismo, fazendo com que o Estado tire a vida do “outro” considerado anormal, degenerado, fora da norma (branquitude). E este estado aprova a morte dessas populações por meio do assassinato direto, como a violência policial, bem como o assassinato indireto, ou seja, expondo a população a demasiados riscos que podem levar a morte. Como é o caso, por exemplo, da Terezinha Pereira Duarte, conhecida como Terê (Ocupar, 2023, 17min 30s), homenageada no documentário pelas mulheres do coletivo Ocupar: mulheres, terra e luta.

Figura 28: Imagem da Terezinha Pereira Duarte.



Fonte: Ocupar (2023, 17 min 30s).

Terê, como é chamada, foi uma liderança importante do Movimento de Luta por Moradia (MNLN), falecendo em 2020 por conta de uma Pandemia que causou grande número de mortes no Brasil, a *COVID-19*, mortes estas que poderiam ter sido evitadas mediante

políticas públicas de Estado. Conforme Correia, jornalista do Portal Conexão UFRJ (2021), segundo estudo divulgado pela universidade, cerca de 300 mil mortes teriam sido evitadas entre março de 2020 e março de 2021. Com medidas não farmacológicas, ou seja, de cunho preventivo como o distanciamento social e o uso de máscaras, a transmissão diária de *COVID-19*, poderia ter sido reduzida de 15 a 38%, estima-se que só no Brasil, teriam sido poupadas cerca de 120 mil mortes pela doença. Além disso, os pesquisadores apontaram para a desigualdade de acesso na testagem e no atendimento de saúde conforme a renda. De acordo com o Portal UFRJ (2021) as pessoas com renda maior, acima de 5 mil reais mensais, foram 4 vezes mais testadas que pessoas de baixa renda. Isso ocorre, de acordo com Carneiro (2023), por um processo de “saúde-doença-morte” (Carneiro, 2023. p. 66) condicionantes diferentes de morrer e viver segundo a racialidade do sujeito. Ou seja, o estado preserva a vida de uns, enquanto abandona os outros a própria sorte, seja por ação ou por omissão.

Sueli Carneiro (2011) dirá ainda, que a branquitude organiza um contrato racial a partir desse sistema de poder no qual os brancos são beneficiados. Podemos discorrer sobre essa questão a partir da observação dos ocupantes de espaços de poder. Quem está nos judiciários em sua maioria? Ou como governantes? E nas universidades, que cor possuem as cátedras de professores?

A situação torna-se ainda mais excludente se adicionarmos o marcador de gênero nessa dinâmica social. Segundo estudo divulgado pelo IBGE, em 2018, 30,4% dos homicídios contra mulheres ocorreram no próprio domicílio, enquanto para homens o índice foi de 11,2%. As mulheres pretas e pardas foram as maiores vítimas de feminicídio e, nesse sentido, a pesquisa "Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil" mostrou que o atentado à vida dessas mulheres, foi 34,8% maior que o número de mulheres brancas em casa. Fora do lar esse índice toma proporções assustadoras, cerca de 121,7%.

Segundo o DIEESE (2024), a taxa de subutilização em relação à força de trabalho, entre o 4º trimestre de 2022 e 2023, foi maior em mulheres negras. Conforme o DIEESE, das 66,286 milhões de pessoas que estavam fora da força de trabalho, em 2023, 42,839 milhões eram mulheres, o que corresponde a 64,6% do total. Entre as mulheres ocupadas no mercado, 39,9% recebiam até um salário-mínimo, algo que se intensifica com o marcador de raça, visto que entre as mulheres negras, 49,4% ganham até um salário-mínimo, enquanto entre os homens a proporção foi de 29,8%. Além disso, as mulheres passavam muito mais tempo fazendo afazeres domésticos que os homens, enquanto as mulheres dedicavam, em média, quase 17 horas

semanais, em 2022, os homens dispõem em média 11 horas semanais nessas atividades. Os dados da DIEESE (2023) também demonstram que as mulheres ocupavam, em 2022, majoritariamente o trabalho doméstico no Brasil, representando 91,4% da força de trabalho empregada no setor.

A sub ocupação trata de trabalhos com baixos rendimentos, dentre estes, no caso das mulheres o que se destaca é o trabalho doméstico. Devido ao legado escravista do Brasil, o trabalho doméstico em casas de classe média revela não somente uma estrutura de classes como também, mais uma segregação socioespacial. Conforme Carneiro (2023), esse dispositivo de racialidade com relação ao trabalho também pode ser observado em componentes materiais como a arquitetura. Esses componentes são expressos pelas diferenciações sociais de espaços materiais, como, por exemplo: “elevador de serviço x elevador social (Carneiro, 2023, p. 57)” ou “pé na senzala, pé na cozinha”. E essa estrutura pode ser observada no discurso das mulheres do documentário Ocupar (2023), quando Denair deixa seu recado para quem está assistindo o documentário, ela está dizendo da vivência segregadora que as mulheres trabalhadoras das ocupações vivem, conforme Denair:

Quero dizer para o povo das ocupações que nunca desistam dos seus sonhos: de ter uma moradia digna, saneamento básico, água, luz. E para o povo lá fora, que eles discriminam às vezes muito o pessoal das ocupações, que eles não façam mais isso. Que eles olhem com mais carinho para o povo, que ali moram. Muitas das mulheres que moram dentro das ocupações são as que limpam as casas deles, que fazem comida para os filhos deles, que cuidam dos filhos deles, então chega com essa discriminação contra o povo da ocupação [...] (Ocupar, 2023, 37min 55s)

Conforme Gonzalez (2021), são as dinâmicas do racismo e do sexismo que definem os lugares ocupados pela mulher negra na força de trabalho e nas relações sociais do país. Consoante a autora, “ser mulher e negra no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e o sexismo a colocam no nível mais alto de repressão (Gonzalez, 2021, p. 59).”

Lélia Gonzalez (2021), coloca em discussão os estereótipos da “doméstica, mulata e mãe preta” para dissertar acerca do acúmulo de desvantagens que acometem essa população. Segundo ela, esses estereótipos revelam a neurose cultural dessa sociedade fundada no racismo e no sexismo. De acordo com Gonzalez (2021), enquanto empregada doméstica, a mulher negra enfrenta um processo de internalização de sua diferença e subordinação perante o outro, com destaque também para outros serviços de baixa remuneração. Enquanto “mulata”, a mulher preta, segundo Gonzalez (2021), tem seu corpo hiper sexualizado, conforme ela:

Vale observar que a expressão popular mencionada anteriormente- “Branca para casar, mulata para fornicar e negra para trabalhar”- tornou-se uma síntese privilegiada de como a mulher negra é vista na sociedade brasileira: como um corpo que trabalha e é super explorado economicamente, ela é a faxineira, cozinheira, lavadeira, etc. que faz o trabalho pesado das famílias de que é empregada; como um corpo que gera prazer e que é super explorado sexualmente, ela é a mulata dos desfiles de Carnaval, para turistas, filmes pornográficos, etc., cuja sensualidade é incluída na categoria erótico-exótico (Gonzalez, 2021, p. 69).

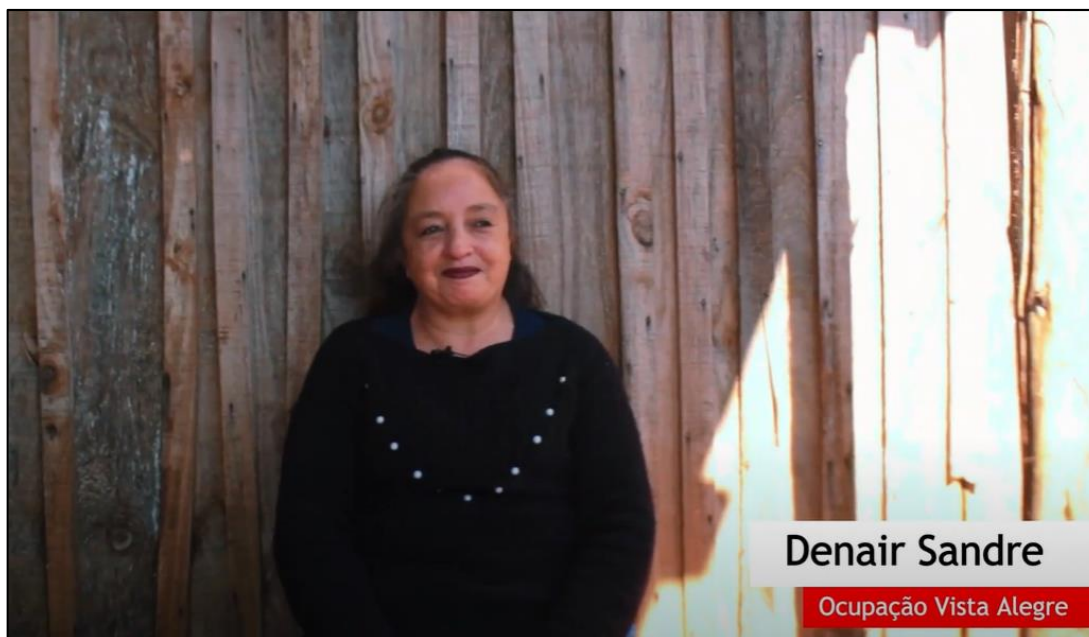
Já o estereótipo da mãe preta carrega, segundo Lélia Gonzalez (2021), a figura da “boa ama”, aquela que possui função materna, que cuida do outro enquanto é violentada de todas as formas. No entanto, a escritora evidencia que essa figura representa uma dualidade, sendo um símbolo de resistência cultural que incorpora e transmite valores. A exemplo, inclusive, da linguagem, visto que o idioma brasileiro recebe muitas interferências de outras línguas, seja de matriz africana ou indígena. Desse modo, a autora dirá ser por conta da figura da “mãe preta” que a língua brasileira é também o “pretuguês”.

Sueli Carneiro (2011) também ressalta a singularidade que o gênero possui nas desvantagens apresentadas pela população feminina racializada. Diante dessas questões apresentadas vale destacar a fala da Taiuane Macedo de Lima acerca de sua ida para a ocupação Bela Vista, diz ela:

Eu vim para cá, porque me separei, fiquei grávida da Maria. E aí tipo assim, nós morava na ocupação lá do Záchia. E aí lá também tava na mesma situação que aqui. Que não era ganho, aí ele vendeu a casa lá e não me tinha me avisado nada. Aí vim morar na casa da minha mãe, que também tinha vendido e eu não sabia. Aí minha mãe me chamou para vir aqui para baixo que tinha canto aqui, que ela conseguia um terreno para mim e vim para cá. A Nicole tinha um aninho e meio e a Maria estava na barriga (Ocupar, 2023, 5 min 55 s).

Carneiro (2011), dirá que o racismo, em conjunto com o sexismo, ocupam um papel crucial naquilo que ela chama de “matriarcado da miséria (Carneiro, 2011, p. 127)”, referindo-se à experiência histórica de resistência da mulher racializada ante a exclusão, discriminação e sujeição social. E isso provoca desdobramentos negativos sobre todas as esferas da vida dessas mulheres, seja no trabalho, renda, escolaridade ou até mesmo na escala afetiva, de autoestima e relacionamentos. Outra exposição muito simbólica que convoca o leitor a pensar sobre os desdobramentos geracionais desse acúmulo de desvantagens na vida da mulher, é a declaração da Denair Sandre.

Figura 29: Imagem da Denair Sandre.



Fonte: Ocupar (2023, 05 min 18s).

Denair é questionada sobre quem é, na sua exposição sobre sua singularidade retoma a trajetória de luta pela sobrevivência, não só dela, mas de sua mãe:

A Dena é uma mulher que vem... vem de experiência da própria mãe que se criou “ajuntando” pinhão para vender para sobreviver em Mato Castelhano. Veio para Passo Fundo, casou, separou, tem duas filhas, criou sozinha pagando aluguel, água, luz, comida até que vim para a Ocupação Vista Alegre (Ocupar, 2023, 05 min 18s).

Em consonância, não se pode esquecer que conforme Carneiro (2014), a dinâmica da miscigenação no país, inflada majoritariamente pela ideologia do branqueamento, também é um fardo carregado principalmente pelas mulheres indígenas e pretas. Visto que a miscigenação ocorreu por meio do estupro colonial dessas mulheres. A autora salienta que o estado brasileiro, através da fábula da democracia racial, tenta apagar da história essas violências cometidas pelos homens brancos colonialistas. Estes, bem como seus descendentes brancos, se beneficiam com esse discurso até a atualidade, como observado através dos dados e das falas levantados aqui nesta pesquisa.

Ochy Curiel (2007), outra autora que trata da interseccionalidade e do papel do colonialismo nas Américas, dirá que o mito da democracia racial é um mito fundador de toda nacionalidade latino-americana e caribenha. Pois suas inferências de negação do racismo, bem como exploração dos corpos femininos racializados estão espalhadas por toda América Latina. De acordo com a autora, “*Las mujeres fueron siempre instrumentalizadas para satisfacer el*

apetito sexual del hombre blanco y así asegurar la mezcla de sangres para mejorar la raza. Política de blanqueamiento, alimentada y promovida por los Estados incipientes. (Curiel, 2019, p. 98)”.

A autora, Curiel (2007), acentua a importância da teorização de Aimé Césaire, Frantz Fanon, bem como Anibal Quijano para a compreensão das realidades sociopolíticas, econômicas, culturais e de construção de subjetividades na América Latina. Entretanto, salienta que estes autores falam muito pouco sobre o papel do sexismo na vida dessas populações. Dessa forma, Ochy Curiel (2007) enfatiza a necessidade de buscar em autoras feministas negras, como Gonzalez e Sueli Carneiro, o aporte teórico acerca da interseccionalidade da raça, do gênero e da classe na vida e na opressão das mulheres.

Consonante ao que foi apresentado, o racismo, assim como o sexismo, segundo Ochy Curiel (2007) são características presentes nas relações de dominação colonialistas, onde a visão eurocêntrica se promove como emancipada e superior em detrimento dos povos colonizados tidos como bárbaros e inferiorizados. Essas relações de dominação do colonialismo conjuntamente com o capitalismo criam um padrão mundial de poder, que implica em relações de exploração e dominação sobre o trabalho, sexo, recursos materiais, conhecimento e subjetivação. Por consequência, Fanon (2022) sublinha que o colonizador além de limitar fisicamente o espaço dos colonizados através da segregação, ataca, também, sua identidade, desumanizando-o e impondo seus valores e crenças. O autor ressalta no seu texto: “Os condenados da Terra”, essa tentativa do europeu em colonizar a subjetividade do outro (colonizado).

Pode-se concluir, portanto, conforme Rosa (2023) que este sistema baseado no racismo e no sexismo atua sobre a dimensão traumática dos sujeitos por meio da despossessão, exploração e desigualdade, colocando-os numa posição de desamparo social que reforça o desamparo existencial e culmina no desamparo discursivo. Isso pode ser observado, também, quando uma das integrantes do Ocupar que também dirigiu o documentário, Silvana Ribeiro, apresenta um contexto em que, por vezes, havia uma dificuldade dessas mulheres de colocar em palavras, seus sentimentos, suas dores e seus desejos. Segundo ela, as mulheres sentiam-se silenciadas nos mais diversos lugares de circulação:

Eu vim para o encontro e eu não falava, eu não costumava falar lá na minha casa, nos lugares onde eu circulava, eu imaginava que o que falo é algo que não presta para nada [...] (Ocupar, 2023, 41 min 51s).

Conforme já dissertado anteriormente, o silenciamento é uma modalidade de desamparo que possui implicações diretas nas possibilidades dos sujeitos de articular e viver seus lutos e sofrimentos (Rosa, 2023). Nesse sentido, retoma-se Butler (2019), para lembrar como a precarização da vida dessas mulheres, a partir do não reconhecimento da sua existência e sofrimento, impacta em sua subjetividade.

A canção “Na Pele” (Soares; Pitty, 2017), que abre esta discussão, sintetiza a imbricação entre corpo, território e resistência – dimensões fundamentais para compreender como as mulheres das ocupações urbanas de Passo Fundo vivenciam o desamparo. Os relatos de Edivânia, Maria Luiza e Denair revelam uma precariedade estrutural que não pode ser dissociada de seu lócus simbólico, a ocupação, enquanto espaço marginalizado, materializa a interseção entre violências de raça, classe e gênero. Nessa perspectiva, a experiência dessas mulheres desvela que o território também precisa ser observado como extensão do corpo racializado, onde a falta de infraestrutura reforça a desumanização ao mesmo tempo que se torna um espaço potencial para a construção coletiva de resistência.

Assim, questiona-se: como essas mulheres ressignificam cotidianamente o território da ocupação, transformando espaços de abandono em territórios existenciais? Como suas práticas de sobrevivência desvelam novas formas de habitar a cidade sob a perspectiva feminista e antirracista?

6.1 Disputa da Cidade: Ocupar: mulheres, terra e luta e o reconhecimento

Eu penso assim, que o projeto ocupar ele vem dar conta de uma situação que a gente enquanto movimento da moradia não dá conta. E que as outras instituições apoiadoras também não dão conta. Veja, nós temos várias ocupações, cada uma tem um jeito de se organizar, de se pensar, de se fazer, porque são territórios. É realidades e contextos diferentes, mas tem coisas que perpassa todas as ocupações. Tem coisa que é daqui da Valinhos II, do Záchia, da beira trilhos, da Valinhos I, da Bela Vista, da Vista Alegre. Então o projeto ocupar ele vem primeiro para nos ajudar a perceber que a maioria das lideranças são mulheres, acho que é o primeiro foco, dar visibilidade para as mulheres. Segundo ele tem trabalhado uma questão que para mim é primordial que é a questão da unidade. A dor daquela mulher ou daquela liderança que tá lá na outra ocupação às vezes também é a mesma dor da mulher que tá aqui na ocupação Valinhos II, então é aquela coisa, assim, você não está sozinho! você não está sozinha! você tem outros e outras em outros espaços enfrentando essas mesmas dores enfrentando essas mesmas situações [...] Edivânia (Ocupar, 2023, 13min 40 s)

Em 2019, mulheres da Ocupação Valinhos II, em Passo Fundo/RS, criaram um projeto social pioneiro voltado à formação política feminina em contextos de desproteção social urbana. O que começou como espaço de diálogo comunitário transformou-se em potente ferramenta de insurgência, onde as participantes passaram a transpor os limites simbólicos e materiais da ocupação, ocupando ativamente espaços da cidade com suas pautas: praças, universidades e conselhos municipais. Essa expansão espacial do projeto revela que a cidade é um campo de disputa onde o corpo como território primeiro pode se apropriar do espaço público para ressignificar estereótipos de gênero, raça e classe. O trecho referenciado acima de Edivânia, exposto como referência para iniciarmos essa discussão, revela um pouco daquilo que vem sendo construído de maneira coletiva no projeto na disputa pela cidade: o reconhecimento das existências periféricas, desde seus desamparos até suas potencialidades.

Figura 30: Imagem de um encontro do ocupar: mulheres, terra e luta



Fonte: Ocupar (2023, 26min 54s)

Conforme dissertado anteriormente, a cidade capitalista produz segregação e potencializa as angústias do sujeito, produzindo, “dores espaciais”, através da segregação, invisibilização e mercantilização dos corpos, principalmente corpos femininos racializados. Enquanto a elite se enclausura em condomínios, a periferia reinventa a vida coletiva como modo de resistência a essa estrutura perversa do capital. Ainda, é possível destacar, conforme Butler (2023), que os sujeitos não existem apartados dos laços sociais, desse modo, afetos como o desamparo, podem ser vivenciados coletivamente por meio da luta e da organização. Com isso, importa retomar a citação da fala de Edivânia do início deste texto que dialoga com esse processo de busca pelo enfrentamento coletivo daquilo que perpassa, também individualmente os corpos das mulheres das ocupações urbanas de Passo fundo:

.... Então acho que o ocupar nesse momento, ele tem esse viés, assim de esperança, de luta, de organização do afeto né. Porque sim, as mulheres vêm, elas compartilham a vida, elas compartilham as alegrias, elas compartilham as dificuldades, mas elas compartilham também o sonho. E aí não é só uma pessoa é um coletivo. Então o ocupar cumpre essa função de não de unificar, mas unir essas mulheres que estão pelas ocupações e não são só as lideranças, são todas as mulheres que sentem o desejo de estar participando conosco desse processo (Ocupar, 2023, 13 min 40 s).

Ainda nesse sentido, as autoras Maya Manzi e Maria Edna dos Santos Coroa dos Anjos (2021), no texto, “O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil”, provocam o leitor no sentido de pensar na atuação das mulheres periféricas e de cor como elemento fundamental na construção do Brasil. Principalmente na esfera de resistência a uma sociedade marcada pela discriminação relacionadas à classe, raça, gênero, orientação sexual, deficiências físicas, crenças religiosas, idade, entre outros marcadores de diferenciação social.

As autoras irão ressaltar que é a partir da territorialidade, ou seja, pelo desejo e pelo corpo que as mulheres, principalmente as mulheres negras brasileiras, lutam pela (re)apropriação de diversos espaços. Vale destacar, desse modo, como essas mulheres veem ressignificando suas próprias trajetórias, construindo novas subjetividades e resistências, servindo de inspiração e horizonte para outras mulheres. O conceito de territorialidade aqui abrange a conquista sobre a decisão de uso do corpo, do lugar em que estas mulheres estão inseridas e a construção de si enquanto sujeito de direitos. Não é à toa que as mulheres do Ocupar: mulheres, terra e luta, durante o documentário, reafirmam em vários momentos o território em que pisam: as ocupações. E expõe seus desejos no sentido da garantia de moradia e de reconhecimento do seu espaço. A fala de Edvânia no documentário a respeito da parada de ônibus parece simbolizar esse processo de territorialidade, conforme ela:

Tem um ato que me marcou nessa ocupação aqui que foi a troca da parada de ônibus. Que foi muito interessante como se deu, porque tinha um morador que trocou a parada do ônibus por motivo “x” e a comunidade se deu conta disso e numa assembleia, aí nós dissemos: não é possível mudar a parada de ônibus dali ela precisa ficar aqui por uma questão de segurança, por uma questão de iluminação, por uma questão que fica bom para todos os moradores. E aí nós fomos até o senhor, conversamos com ele, depois nós fomos até o secretário de obras da época, levamos um ofício, protocolamos e fizemos uma movimentação grande. Logo durante a semana eles já vieram trocar a parada de ônibus, trazer a parada de ônibus para o mesmo espaço e o que foi melhor uma parada nova. E aí eu lembro, assim, que nós sentamos e tomamos uma Coca-Cola e oferecemos a Coca-Cola para os trabalhadores que no momento prestavam serviço. E aí teve um senhor que falou uma coisa que foi muito pertinente, ele disse assim: Nunca vi umas pessoas ficarem tão feliz por causa de uma parada de ônibus né. Mas não era só a questão da parada pela parada de ônibus. Tinha uma questão aqui que ela é simbólica que é que: quando o povo se organiza quando o povo entende o seu papel quando o povo trabalha no coletivo ele tem força, ele consegue dar o seu recado... (Ocupar, 2023, 13 min 38s).

Importante destacar que a Edivânia no seu relato, evoca aquilo que Manzi e Dos Anjos (2021), afirmam em seu texto, que o protagonismo histórico na construção de um lugar-comum e comunitário pelas mulheres, faz um enfrentamento político capaz de movimentar as estruturas do poder. Pois como alerta Lefebvre (2001), a cidade não é um palco passivo, mas um lugar de luta, onde a disputa por espaço reflete também a disputa por dignidade. Edvânia segue sua fala no sentido de que a simbologia da parada pode ser encarada também como um vínculo de acesso à cidade:

...então isso, assim, foi muito pertinente, assim, porque nós sentamos e nós éramos a maioria naquele momento ali, mulheres. Porque nós mulheres sabemos a importância de ter uma parada de ônibus com iluminação, um lugar para sentar. Porque passa por essa parada de ônibus, a qual tá aqui próximo da ocupação Valinhos II: o idoso, a criança, a mulher que tá indo para o centro para o seu trabalho, a mulher que tá vindo do centro cheia de sacolas e você para um minutinho para se organizar para descer a ladeira para vir para as suas casas. Então a parada de ônibus para nós não é só uma parada, ela é simbolicamente um lugar onde te coloca em sintonia com outros espaços da cidade de Passo Fundo né (Ocupar, 2023, 13 min 38s).

Figura 31: Imagem da Parada de ônibus.



Fonte: Ocupar (2023, 13 min 42s).

Ainda nesse sentido é possível destacar a fala de Maria Elizabete Brigoni, quando provoca sobre a importância do papel da mulher na luta pela moradia e pela terra na cidade de Passo fundo:

Aqui a luta é frequente, que nem... tem homens, tem mulheres, mas a maioria é mulher sempre que vai pra luta né. Não é querer puxar o saco de mulher, mas realmente, quando vai num congresso, quando a gente vai para a luta, tipo fazer um manifesto, uma coisa assim é 90% é mulher (Ocupar, 2023, 16 min 50s).

Pensando na territorialidade feminina construída por essas mulheres, vale destacar o conceito de reunião em assembleia de Judith Butler (2019) que salienta a reunião dos corpos marginalizados como estratégia política de reivindicação dos direitos e a igualdade de humanidade.

...Dessa maneira, as comunidades que se unem em assembleia nas ruas começam a encenar outras ideias de igualdade, liberdade e justiça diferentes daquelas a que se opõem. O "eu" é assim ao mesmo tempo o "nós", sem estar fundido em uma unidade impossível. Ser um ator político é uma função, uma característica de agir em termos de igualdade com outros humanos. A igualdade é uma condição e uma característica da ação política em si, ao mesmo tempo que é o seu objetivo. (Butler, 2019, p. 59)

Na dinâmica dos corpos em assembleia, Butler (2019), reforça que o “aparecer” é performativo, implica incorporar determinadas normas de reconhecimento em detrimento de outras, ou seja, o que as mulheres do coletivo ocupar fazem no documentário pode ser encarado

também como essa reivindicação de que trata Butler. Quando a Edivânia, a Maria Luiza, a Denair e as outras mulheres que integram o projeto resolvem contar suas histórias para uma câmera, elas estão reivindicando o reconhecimento de si, do seu território, de sua existência e disputando a cidade. Conforme Butler (2019, p. 32) “Os corpos em assembleia “dizem”: “não somos descartáveis”, ou seja, “ainda estamos aqui, persistindo, reivindicando mais justiça, uma libertação da precariedade, a possibilidade de uma vida que possa ser vivida”.

Esta disputa territorial opera em múltiplas dimensões (política, econômica, social e simbólica), materializando o que Lefebvre (2001) conceituou como a dialética urbana fundamental: a contradição entre a lógica mercantil do espaço e o direito à cidade (apropriação coletiva do urbano). Nesse contexto, as assembleias comunitárias emergem como atos de insurgência espacial onde corpos marginalizados ressignificam sua condição de exclusão através da co-presença política. Bem como, condição de possibilidade de reconhecimento ao transformarem o sofrimento individual em demanda coletiva e produção de modos de vida que subvertem a cidade capitalista. A assembleia, portanto, não é apenas instrumento de reivindicação, mas prática espacial constituinte, momento em que os excluídos deixam de ser “objetos” da segregação para se tornarem sujeitos da produção do espaço (Lefebvre, 2001).

Esses conceitos e exemplos aqui ressaltados pelas mulheres, mostram que os corpos não são dóceis, que eles resistem perante seus desamparos e encontram diferentes formas de resistência coletiva. Portanto, não será o objetivo dessa pesquisa cair em análises fatalistas da realidade. Pelo contrário, é preciso destacar que o sujeito não é inerte frente às determinações sociais, pois caso ele fosse colocado nessa posição, conforme Harvey (2014), não haveria lugar para a ideia de transformação da sociedade. De igual modo, na dimensão afetiva do desamparo existencial, conforme dissertado em capítulo anterior, o indivíduo possui dinâmicas de gestão que permitem a resistência frente a este, até mesmo, por meio da fundação de laços sociais. David Harvey (2014) destaca em seu livro: “Espaços de esperança”, que corpos imersos em determinações sociais não devem ser concebidos como corpos passivos. Visto que, isto negaria a capacidade transformadora dos trabalhadores, bem como, sua criatividade, potência de vida e poder subversivo de mudança.

Historicamente não há espaço para a tese de que o sujeito se encontra submisso às determinações sociais, basta observar os exemplos históricos de revoluções sociais e de libertação da classe oprimida no mundo todo. Como modelo deste tipo de levante, pode-se citar a revolução Argelina, relatada a partir das palavras de Fanon (1957/2021)

Em sua atividade cotidiana, diante dos problemas concretos de abastecimento de água do aduar ou de escolarização das crianças, o combatente exerce influência decisiva sobre as estruturas políticas e sociais de sua região. Para ele, a república argelina não é um desejo ou ilusão qualquer, é muito concretamente e desde já as assembleias populares, a distribuição equitativa das riquezas, o respeito às liberdades e o extermínio de todo sistema de opressão. O povo argelino ao mesmo tempo que expulsa o inimigo do território nacional, transforma-se em força política autêntica e experimenta o exercício de poder (Fanon, 1957/2021, p. 95).

Outra referência de levante social pode ser encontrada na figura de Zumbi dos Palmares. Conforme Sueli Carneiro (2011), Zumbi foi uma liderança negra, escravo rebelde, que lutava pela liberdade do povo negro e que se tornou símbolo de resistência que escancara a força do negro na luta pela dignidade humana. Dirá Carneiro (2011), Zumbi se configura como primeiro herói brasileiro que nos lembra do primeiro sonho de liberdade, o retorno a Palmares. Ainda, Manzi e Dos Anjos (2021) destacam outras figuras históricas femininas que promoveram ações de libertação da população nas mais demasiadas esferas de luta brasileiras, sendo estas: Dandara dos Palmares, Anastácia, Luísa Mahín, dentre outras.

Figura 32: Dandara dos Palmares, desenho digital de autoria própria.



Fonte: Arquivo pessoal (2024)

Este trabalho também não poderia deixar de nomear outras mulheres símbolos de luta, inclusive apresentadas pelo coletivo ocupar. A primeira referência diz respeito a Marielle Franco, que aparece num trecho do documentário, representada por uma foto segurada na mão de uma das mulheres participantes do encontro.

Figura 33: Imagem de um encontro do Ocupar



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

Marielle foi uma vereadora do Rio de Janeiro, mulher negra, periférica que lutou institucionalmente pelos direitos humanos, cidadania, saúde, educação e direitos das mulheres, conforme Rafael Cardoso, repórter da Agência Brasil (2023). Ela acabou sendo assassinada em março de 2018 pela milícia do Rio de Janeiro.

Outro nome muito importante para o movimento de luta pela terra é Roseli Nunes liderança do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST, 2018) a mesma aparece descrita nas redes sociais do Coletivo ocupar: mulheres, terra e luta e nomeia a Sede da Ocupação Valinhos II, onde ocorrem os encontros do coletivo.

Figura 34: Imagem da Sede da Ocupação Valinhos II, Roseli Nunes



Fonte: Arquivo Pessoal (2025).

Roseli estava entre os mais de 7 mil trabalhadores que ocuparam, em 1985, a então Fazenda Annoni, um latifúndio improdutivo de mais de 9 mil hectares localizado no município de Pontão, na região Norte do Rio Grande do Sul. Roseli lutou durante sua vida pela reforma agrária e pelos direitos das mulheres, infelizmente, foi morta atropelada em um protesto de pequenos agricultores em 1987.

Esses, citados aqui, são alguns dos exemplos das resistências presentes frente às determinações sociais. Conforme Harvey (2014) é na escala geográfica pequena, nas cidades, que ocorrem, muitas vezes, os ideais de organizações sociais com espaços para as utopias, ou seja, novas formas de organização. Seria possível dizer que o Ocupar na cidade de Passo Fundo é desses espaços de que trata Harvey, visto que a grande maioria das mulheres expressam em suas falas no documentário que o Projeto proporciona diferentes formas de acolhimento, também de suas angústias individuais. Como a fala da Jacira de Fátima Aneres Ribeiro que emocionada expõe sobre a sua participação nos encontros do coletivo:

Foi aonde me encontrei, sabe?! Tava me fazendo falta depois que eu saí ali do shopping, porque ali entre os colegas a gente criou uma família, sabe?! Entre segurança, os Lojistas e eu me senti muito sozinha quando sai. Hoje em dia minha mãe mora em Erechim, minha irmã mais nova mora do outro lado da cidade, lá na

Victor Issler. Meu pai mora longe, minha irmã mais velha mora em Vacaria, então eu me sinto só sem a minha família, sabe?! Porque eu cresci numa família bem unida, sempre junto ali. Depois que os meus avós faleceram que desuniu um pouco, sabe?! e eu sinto falta desse carinho familiar. E no encontro de vocês (ocupar) foi aonde encontrei o que tava me faltando. (Ocupar, 2023, 24 min 58s)

Figura 35: Imagem de Jacira de Fátima Aneres Ribeiro dando seu depoimento ao Documentário Ocupar



Fonte: Ocupar (2023, 25 min 10s)

Lefebvre (2001), sublinha, também, que é possível através do Direito à cidade, a possibilidade de se efetivar ações que salvem a sociabilidade e tragam dignidade a milhões de habitantes, ou seja, o Direito à cidade é uma construção simbólica que precisa ser elaborada pela visão daqueles que estão excluídos da “cidade capitalista”. Sendo assim, é possível interpretar que o ocupar pode ser encarado como um espaço coletivo de disputa da cidade e que enquanto tal, reforça o papel da mulher periférica e do afeto coletivo como novas possibilidades de simbolização. Conforme Silvana Ribeiro (Ocupar, 2023, 41min 10s):

Eu percebo que nós temos produzido na cidade e talvez na região aqui de Passo Fundo, uma outra forma de cuidado às mulheres que é um cuidado onde essas mulheres possam dizer: Poxa eu também posso construir essa cidade, também posso sonhar em propostas para essa cidade, eu também posso sonhar o meu filho dentro lá da educação superior porque eu nunca sonhei, isso não aconteceu comigo. Eu também posso ir lá naquele espaço e me sonhar naquele espaço. E um exemplo bem assim, prático que é quando as mulheres dizem: Eu vim pro encontro e eu não falava, eu não costumava falar lá na minha casa, nos lugares onde eu circulava, eu imaginava que o que eu falo

é algo que não presta para nada, mas eu vim pro encontro e a partir dos momentos que eu fui vivendo dentro do ocupar, dentro do projeto, eu percebo que eu sei falar. Eu percebo que eu tenho contribuições, que eu posso falar, eu me autorizo a falar. Então acho que uma das frases que resume assim o nosso projeto e o nosso desejo, que é um desejo de seguir com muitas outras pessoas construindo isso. É uma possibilidade de um “se autorizar” enquanto mulher na cidade de Passo Fundo: representantes de ocupações urbanas, profissionais das distintas áreas, estudantes integrantes de movimentos sociais. Que a gente possa se autorizar num primeiro momento a dizer; eu posso pensar essa cidade com cores diferentes, com gostos diferentes, com praças diferentes, com prédios diferentes, com casas diferentes. E que a gente possa se autorizar a dizer a nossa palavra, não sozinha, né! Dentro lá da minha casa, do meu apartamento, da minha ocupação, mas a gente precisa fazer essa autorização coletivamente.

Importa destacar, na exposição de Silvana que diante do coletivo de mulheres há uma autorização da fala, algo que remonta o conceito de Butler (2023, p. 72) que diz:

Afinal, se minha capacidade de sobrevivência depende da relação com os outros - com um "você" ou um conjunto de "vocês" sem os quais não posso existir -, então minha existência não é apenas minha e pode ser encontrada fora de mim, nesse conjunto de relações que precedem e excedem as fronteiras de quem sou.

Ou seja, gestar a dor, o luto e o sofrimento passam pelo coletivo. O direito à cidade passa por uma transformação radical da cidade, onde os trabalhadores deixem de ser excluídos para se tornarem protagonistas do espaço (Lefebvre, 2001). E a participação ativa das mulheres que integram o Ocupar recupera questões que repercutem nos espaços ocupados para se pensar essa cidade, como o uso democrático dos equipamentos públicos, a vida comunitária e a luta contra a mercantilização da vida urbana.

Dessa forma, cabe retomar Sueli Carneiro (2011), que lembra ao leitor diante das análises de acúmulo de desvantagens propostas nesta pesquisa que “viver”, significa testemunhar e lutar pela sobrevivência de si e dos outros. Assim, o coletivo de mulheres, busca diante de suas formações políticas retomar uma identidade. Conforme González (2022) enfatiza, através do termo “Amefricanidade”, que o processo histórico deve ser observado, também, como símbolo de resistência, de reinterpretação e de criação de novas formas culturais. O Projeto Ocupar: terra e luta vem buscando retomar essas experiências, assim como ocupar espaços e disputar a cidade através da dinâmica do reconhecimento. Algo que é expresso na fala de Edivânia, que diz:

Então, eu acho que o ocupar nesse momento, ele tem esse viés, assim de esperança, de luta, de organização do afeto, né. Porque, sim, as mulheres veem elas compartilham a vida, elas compartilham as alegrias, elas compartilham as dificuldades, mas elas compartilham também o sonho. E aí não é só uma pessoa, é um coletivo. Então o ocupar cumpre essa função de não de unificar, mas unir essas mulheres que estão pelas ocupações e não são só as lideranças, são todas as mulheres que sentem o desejo de estar participando conosco desse processo (Ocupar, 2023, 27min 17s).

Além disso, por meio de uma dessas atividades, ocorreu a produção de um mapa, construído no encontro do dia 16 de setembro de 2024 pelo coletivo, a partir do Projeto de pesquisa²¹, com o título de “Projeto Ocupar: mulheres, terra e luta desde olhares cartográficos”, coordenado pela Professora Dr^a. Silvana Ribeiro. Esse mapa, exprime o desejo da construção de uma nova cidade, da qual estas mulheres se sintam pertencentes

Figura 36: Mapa de Passo Fundo-RS, através do Ocupar: mulheres, terra e luta.



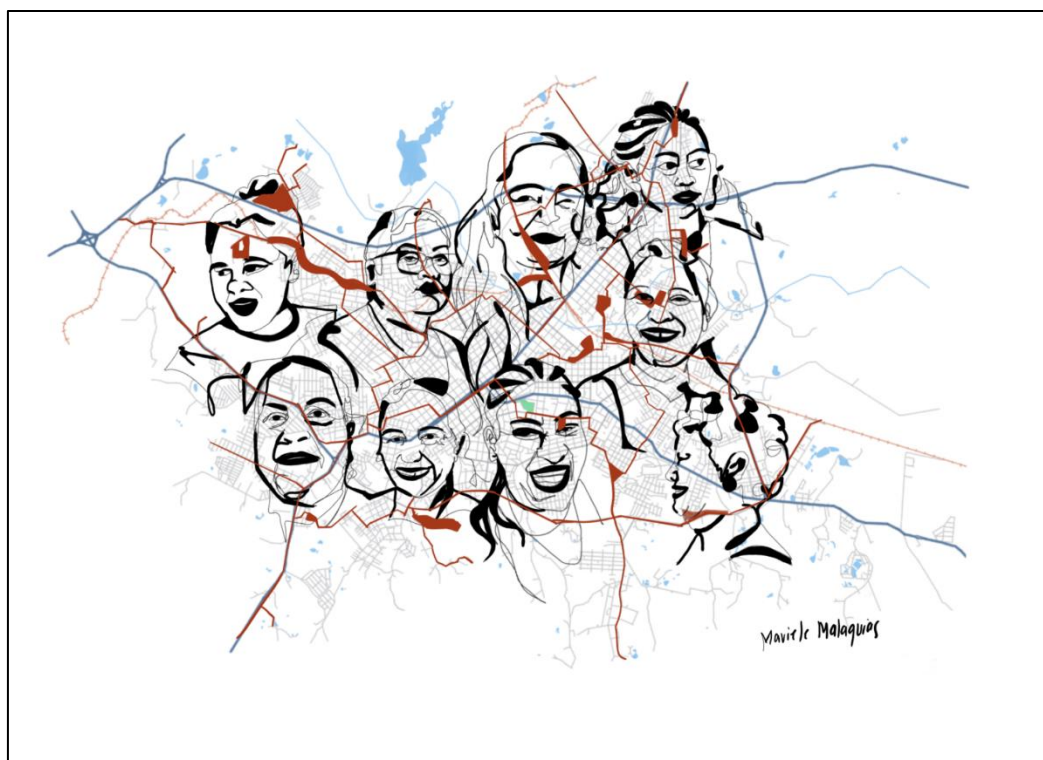
Fonte: Arquivo pessoal (2024).

A retomada da urbanidade, dirão as mulheres do ocupar, passará por espaços comunitários, como uma cozinha, uma biblioteca, um parque e uma sede. Também requererá equipamentos sociais como escolas e creches para cuidar das crianças. E por fim, equipamentos de prazer, cultura e lazer como o clube do samba e o Cabaré dos Homens. Quando essas mulheres contam suas trajetórias — como a Taiuane, que reconstruiu sua vida na ocupação Bela Vista após ser abandonada, ou a de Denair, que se "autorizou a solicitar respeito para o centro

²¹ O projeto de pesquisa citado, foi aceito pelo CEP da Faculdade Meridional- IMED, sob o CAEE: 79637924.0.0000.5319

da cidade" no coletivo — demonstram resistências cotidianas. Quando estas, põem-se a desenhar um mapa, também estão lutando contra a desigualdade socioespacial e disputando um espaço de poder. A ocupação urbana, mais que uma falta de alternativa, torna-se um ato político de reexistência (Rufino, 2019), onde o direito à cidade é conquistado na prática por meio da coletividade.

Figura 37: Re- existência. Desenho digital de autoria própria.



Fonte: Arquivo pessoal (2025).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como já discutido, compreender os processos de subjetivação que afetam os sujeitos requer observar as diversas dimensões da vida, tais como: a esfera social, histórica e filosófica. No contexto desta pesquisa, a lógica interdisciplinar permeia o entendimento do contexto social, político e subjetivo dos sujeitos pesquisados. Dessa forma, o aporte teórico apresentado até aqui buscou sanar algumas das questões levantadas pelo problema da pesquisa: Como a produção da cidade capitalista atua sobre o desamparo e as desigualdades socioeconômicas das mulheres que vivem em ocupações urbanas, desde o território de Passo Fundo?

O objeto primeiro desta pesquisa centrou-se na história do processo de urbanização e nos elementos teóricos que contribuíram para entender a cidade como produtora de desigualdades socioespaciais; A partir da análise das cidades sob a lógica capitalista essa dissertação revela uma contradição fundamental: espaços originalmente concebidos para proteção e vida comunitária transformaram-se em arenas de segregação, onde a mercantilização da terra e a especulação imobiliária aprofundam desigualdades históricas. Nesse sentido, a pesquisa teórica contribuiu para o entendimento da construção da cidade como busca de proteção humana, seja de perigos materiais ou subjetivos. Visto que, a sobrevivência enquanto espécie dependia da coletivização.

Entretanto, com o advento do capitalismo como sintetizado no capítulo “Cidades do capitalismo: a sala de visitas e o quarto de despejo” a realidade de exclusão se repete desde a colonização até as metrópoles contemporâneas, onde 16 milhões de brasileiros vivem em favelas (IBGE, 2024), relegados a condições precárias de existência. As obras de autores como Spósito (1988), Lefebvre (2001) e Maricato (1996) demonstram que a urbanização capitalista não é um acidente, mas um projeto de poder. Da Lei de Terras de 1850, que consolidou latifúndios e expulsou comunidades tradicionais, às políticas habitacionais do BNH que privilegiaram a classe média, o Estado atuou como agente da segregação. O resultado é uma cidade cindida, de um lado, condomínios murados que reproduzem a "servidão voluntária" (Dunker, 2015). Do outro, periferias onde a vida persiste apesar do abandono.

Ainda, as cidades capitalistas parecem provocar a produção dos não-lugares (Carlos, 2007) - shoppings, ruas transformadas em corredores de fluxo, casas fragmentadas em "zonas de intimidade" (Rolnik, 1985) - evidencia como o capitalismo esvazia o espaço de seus significados comunitários. No entanto, nas fissuras desse sistema, surgem resistências. As

favelas, ainda que estigmatizadas, reinventam a solidariedade em meio à precariedade, enquanto movimentos sociais reivindicam o direito à cidade (Lefebvre, 2001), confrontando a lógica que transforma moradia em mercadoria.

Se a cidade capitalista é um "quarto de despejo (Jesus, 2014 p. 31)" para os pobres, ela também é um campo de batalha. A saída não está na nostalgia de um passado comunitário, mas na construção de alternativas que reintegrem o urbano à vida, seja através de reformas agrárias e urbanas, seja pela valorização de práticas coletivas que desafiam a ordem segregacionista. A individualização e mercantilização da vida apontam para um novo processo de construção social com consequências complexas para a reprodução da vida. Considerando isso, destaca-se que o sistema social vigente atua sobre as subjetividades, a partir da produção de não-lugares, da lógica mercantil, da segregação socioespacial, da individualização, do processo de produção de desigualdade socioeconômica e do reforço dos desamparos.

Nesse sentido, a pesquisa buscou também, investigar a construção da cidade de Passo Fundo, lugar pesquisado, para compreender o processo de produção de desigualdades que leva milhares de pessoas à moradia precária e irregular nesta cidade. A segregação espacial em Passo Fundo não é acidental, mas resultado de políticas urbanas que privilegiam a especulação imobiliária, o agronegócio e a industrialização, enquanto negligenciam direitos básicos como moradia digna, saneamento e acesso à água. A expansão desordenada, a falta de planejamento habitacional e a perpetuação de um "urbanismo de fachada" (Maricato, 1996) reforçam ciclos de exclusão, nos quais ocupações urbanas se multiplicam sem regularização, e condomínios fechados simbolizam a fragmentação socioeconômica. A resistência das comunidades periféricas, no entanto, evidencia a luta por reconhecimento e direitos. Documentários, protestos e levantamentos independentes, construção de narrativas, mapas etc., mostram que, mesmo invisibilizadas, essas populações reivindicam seu lugar na cidade.

Dessa forma, como meio de propor uma leitura psicanalítica sobre a condição existencial do desamparo e motivações econômicas que parecem tê-lo tornado um problema de classe e de gênero. O desamparo adentra o campo teórico na tentativa de aprofundamento sobre os processos subjetivos mobilizados por esse afeto, bem como, sua circulação pelos corpos políticos dos sujeitos pesquisados. O desamparo é uma ferida aberta da condição humana, mas também um potencial político: reconhecê-lo pode fomentar laços solidários ou, quando negado, reproduzir violências. A pesquisa sugere que gestões coletivas do desamparo, como a

sublimação podem ser caminhos para enfrentar desigualdades, enquanto sua negação alimenta segregação e opressão.

O desamparo, enquanto condição estruturante da subjetividade humana (Freud, 1926/2014), não é somente uma experiência individual, mas um fenômeno social e político. As referências analisadas - de Freud a Butler, passando por Birman, Safatle e Rosa - demonstram que a busca por amparo frequentemente se desloca do plano psíquico para o coletivo, onde laços sociais, práticas solidárias e resistências políticas surgem como respostas à vulnerabilidade. Aqui, exploramos como a experiência coletiva se torna um antídoto possível ao desamparo, tanto como fuga (via negação masoquista ou perversa) quanto como sublimação (via criação de vínculos éticos). Freud (1926/2014) descreve o desamparo como uma "ferida exposta" da condição humana: o bebê, incapaz de sobreviver sozinho, depende do Outro para existir. Essa dependência primordial não desaparece na vida adulta; transforma-se em busca por reconhecimento, pertencimento e proteção. Birman (2023) amplia essa ideia, argumentando que o sujeito, diante da angústia da finitude, procura no *socius* formas de estabilizar sua existência seja através de ideologias, religiões, relações de poder ou trocas comunitárias.

Ainda, Judith Butler (2019) e David Harvey (2014) destacam que o corpo é sempre um projeto coletivo. A precariedade compartilhada é a base para alianças políticas. O corpo é um "território político" moldado por relações de classe, raça, gênero e espaço. A acumulação capitalista, por exemplo, produz corpos explorados, mas também resistências coletivas como movimentos coletivos de luta por moradia. Nas ocupações urbanas citadas no texto: "Disputa da Cidade: Ocupar: mulheres, terra e luta e a luta por reconhecimento" as mulheres em situação de vulnerabilidade coletivizam o desamparo, transformando-o em luta por direitos.

Nesse sentido, ainda, torna-se necessária a exposição sobre a acumulação de desvantagens, de raça, gênero e classe, como marcadores sociais que interferem no sofrimento vivido pelas mulheres nas ocupações urbanas do Brasil, bem como na produção de resistência destas. A partir deste tópico, analisa-se as condições de vida e narrativas de mulheres participantes do projeto social "Ocupar: mulheres, terra e luta", na cidade de Passo Fundo, a partir da leitura psicanalítica sobre a condição existencial do desamparo e suas reverberações em espaços urbanos.

O acúmulo de desvantagens, teorizado pela interseccionalidade, por meio de autoras como Lélia González (2021) e Ochy Curiel (2007), mostram que não basta analisar essas

opressões isoladamente. O racismo estrutura a divisão racial do trabalho, confinando mulheres negras a subempregos como o trabalho doméstico; o sexismo naturaliza sua sobrecarga com afazeres invisibilizados e a periferia as condena a habitar "quartos de despejo" (Jesus, 2014), sem infraestrutura ou reconhecimento.

Diante da estrutura social segregadora, observa-se a construção de um novo modo de desamparo, o desamparo discursivo (Rosa, 2023), que silencia essas mulheres. Este que é confrontado quando elas transformam suas dores em narrativas, como no documentário Ocupar (2023). Seus corpos, marcados pela violência, também carregam a potência de denúncia e reinvenção. Como cantam Elza Soares e Pitty, "se essas são marcas externas, imagine as de dentro" e é justamente nas fraturas dessas marcas que brotam novas formas de habitar o mundo.

Para além da análise conclui-se que investigar como o processo contemporâneo da urbanização capitalista reflete nas subjetividades marcadas pelo desamparo, cartografadas a partir de vivências de mulheres de ocupações urbanas da cidade de Passo Fundo é também um chamado à ação: reconhecer o desamparo dessas mulheres exige mais do que diagnóstico. Demanda políticas públicas interseccionais que combatam a violência estrutural, garantam acesso à terra urbanizada e ampliem espaços de escuta e participação. Enquanto houver mulheres periféricas organizando ocupações, cuidando umas das outras e reescrevendo suas histórias, a cidade capitalista com seus muros e hierarquias terá de enfrentar seu mais incômodo questionador: a força da vida que insiste em florescer mesmo no asfalto rachado ou na estrada de chão como a ocupação Valinhos II.

Assim, para encerrar essa discussão, volto à pergunta inicial, proposta sob a análise de implicação: E se essa cidade fosse minha? Se essa cidade fosse minha, seria também daqueles que trabalham todos os dias para seguir existindo nela, e talvez não precisassem lutar tanto para pertencer e viver nesse espaço. O "meu" se traduz no "nosso", pois reivindicar a cidade é um ato que simboliza que os corpos estão se movimentando para que Passo Fundo, venha a tornar-se das mulheres, das mães solo, dos trabalhadores e trabalhadoras, de todos e todas que hoje somente "reexistem" neste espaço. Ocupar espaços, como nas universidades, nas praças, nas ruas, significa resistir. Retomo Lefebvre (2001) para reforçar que o direito à cidade vem sendo construído diariamente em Passo Fundo pelas mulheres que ocupam. Desse modo, fecho esta dissertação perguntando: *Que outras disputas urbanas os corpos em assembleia podem travar?*

REFERÊNCIAS

ALTOÉ, Sonia. *René Lourau: analista institucional em tempo integral*. São Paulo: Hucitec, 2004.

AZAEL, Caique. O Censo 2022 e as favelas do Brasil. LEHG, Laboratório de Epistemologia e História da Geografia. Unicamp, São Paulo, 2024. Disponível em: [https://www.ige.unicamp.br/lehg/o-censo-2022-e-as-favelas-do-brasil/#:~:text=O%20ranking%20das%20dez%20maiores,e%20Comunidade%20S%C3%A3o%20Lucas%20\(Manaus\)](https://www.ige.unicamp.br/lehg/o-censo-2022-e-as-favelas-do-brasil/#:~:text=O%20ranking%20das%20dez%20maiores,e%20Comunidade%20S%C3%A3o%20Lucas%20(Manaus).). Acesso em: 28 ago. 2024

AZEVEDO, Monia Karine. NETO, Gustavo Adolfo Ramos Mello. O Desenvolvimento do Conceito de Pulsão de Morte na Obra de Freud. *Revista Subjetividades*, Fortaleza, v. 15, n. 1, p. 67-75, 2015. Disponível em: <https://ojs.unifor.br/rmes/article/view/4520>. Acesso em: 11 jul. 2024.

BADARÓ, Lubia. Múltiplas expressões da questão social ecoam sobre a Infância e Juventudes. *SER Social*. v. 15, n. 32, p. 167-183. Brasília, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/marie/Downloads/admin,+11%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/marie/Downloads/admin,+11%20(1).pdf). Acesso em: 12 set. 2024.

BARBOSA, Rogério; SOUZA, Pedro Ferreira de; SOARES, Serguei. Desigualdade de renda no Brasil de 2012 a 2019. Blog DADOS, 2020. Disponível em: <http://dados.iesp.uerj.br/desigualdade-brasil/>. Acesso em: 28 ago. 2024.

BARROS, Ricardo Paes de Barros; FOGUEL, Miguel Nathan; ULYSSEA, Gabriel. Org; Desigualdade de Renda no Brasil: uma análise da queda recente. IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. vol 2. Brasília, 2006. Disponível em: [file:///C:/Users/mariele/Downloads/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%202%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/mariele/Downloads/Desigualdade%20de%20renda%20no%20Brasil%20-%20v.%202%20(1).pdf) Acesso em: 28 ago. 2024.

BIRMAN, Joel. *Mal-estar na atualidade: A psicanálise e as novas formas de subjetivação*. 18º ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

BORGES, Rosângela. Cerca de 14 mil habitantes de Passo Fundo estão em ocupações. Gaúcha Zero Hora. Grupo RBS. 22 abri. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/passo-fundo/geral/noticia/2023/04/cerca-de-14-mil->

habitantes-de-passo-fundo-estao-em-ocupacoes-clgptcdi800ft0177n3pmudiz.html. Acesso em: 15 mai. 2024.

BORGES, Rosângela. Moradores das ocupações realizam manifestação em frente à Prefeitura de Passo Fundo. GaúchaZH, Passo Fundo, 25 abr. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/passo-fundo/geral/noticia/2023/04/moradores-das-ocupacoes-realizam-manifestacao-em-frente-a-prefeitura-de-passo-fundo-clgo0x4ne007k0177k8outfom.html>. Acesso em: 22 jun. 2025.

BOTELHO, Adriano. *O urbano em Fragmentos: Produção do espaço e da moradia pelas práticas do setor imobiliário*. São Paulo: Annablume Editora, Fapesp. 2007.

BRASIL. *Constituição (1988)*. Constituição da República Federativa do Brasil. Art. 6º. Brasília, DF: Presidência da República, 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 19 jun. 2024.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: Quando a vida é passível de luto?* Tradução de Sérgio Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2023.

BUTLER, Judith. *Corpos em aliança e a política das ruas: Notas para uma teoria performativa de assembleia*. Tradução de Fernanda Siqueira Miguens. 4ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

CARDOSO, Rafael. Agência Brasil. Mulher, negra, mãe e cria da favela: a trajetória de Marielle Franco. Brasília: EBC, 14 mar. 2023. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2023-03/mulher-negra-mae-e-cria-da-favela-trajetoria-de-marielle-franco>. Acesso em: 17 jun. 2025.

CARLOS, A. F. A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARNEIRO, Sueli. *Dispositivo de racialidade: a construção do outro como não ser, como fundamento do ser*. Rio de Janeiro, Zahar, 2023.

CARNEIRO, Sueli. *Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil: Consciência em debate*. São paulo: Selo Negro, 2011.

CORREIA, Carol. Conexão UFRJ. *Quantas mortes poderiam ter sido evitadas durante a pandemia?* 28 jul. 2021. Disponível em: <https://conexao.ufrj.br/2021/07/quantas-mortes-poderiam-ter-sido-evitadas-durante-a-pandemia/>. Acesso em: 16 jul. 2025.

COSTA, Luciano Bedin. *Cartografia: uma outra forma de pesquisar*. Revista Digital do LAV, [S. l.], v. 7, n. 2, p. 66–77, Santa Maria, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/revislav/article/view/15111>. Acesso em: 1 jun. 2024.

CRIVELLO, Liliana. GAÚCHAZH. Aldeia celebra cultura e herança dos povos originários em Passo Fundo. 04 abr. 2023. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/passo-fundo/geral/noticia/2023/04/aldeia-celebra-cultura-e-heranca-dos-povos-originarios-em-passo-fundo-clh2adk4m002f01778lr95vpv.html>. Acesso em: 18 jun. 2025.

CURIEL, Ochy: Crítica poscolonial desde las prácticas políticas del feminismo antirracista. Universidad Central, Colombia, 2007. pp 92-101. Disponível em:< <https://www.redalyc.org/pdf/1051/105115241010.pdf>> Acesso em: 15 set. 2024

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia*. Tradução de Aurélio Guerra Neto e Celia Pinto Costa. v. 1. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2011.

DIEESE. Mulheres no mercado de trabalho: desafios e desigualdades constantes. Boletim Especial 8 de Março de 2024 – Dia Internacional da Mulher. São Paulo, mar. 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimespecial/2024/mulheres2024.pdf> Acesso em: set. 2024

DIEESE. O trabalho doméstico 10 anos após a PEC das Domésticas. São Paulo, abril de 2023. (Estudos e pesquisas nº 106) Disponível em: [file:///C:/Users/marie/Downloads/trabalho%20dom%C3%A9stico%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/marie/Downloads/trabalho%20dom%C3%A9stico%20(1).pdf) Acesso em: set. 2024

DUNKER, C. I. L. *Mal-estar, sofrimento e sintoma: Uma psicopatologia do Brasil entre muros*. São Paulo. Boitempo, 2015.

EL EFECTO. Os Seres. In: *Álbum novas músicas, velhas angústias (Brasil)*. Gravado e mixado por Daniel Alcoforado e Elton Bozza, 2010. 1 faixa musical (6min 22s). Disponível em: <<https://youtu.be/seXDFIMeLqE>> Acesso em: 13 de mar de 2024.

FANON, Franz (1957). Independência da Argélia, a realidade de todos os dias. In: _____. Escritos políticos / Franz Fanon (1925-1961). Tradução: Monica Atahel. São Paulo: Boitempo, 2021. p. 95.

FANON, Franz. Os Condenados da Terra. Zahar, Rio de Janeiro, 2022.

FERRETO, Diego. Espaços públicos em cidades médias contemporâneas: o caso de Passo Fundo - RS. *III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo*. Arquitetura, cidade e projeto: uma construção coletiva. São Paulo, pp. 1-15. 2014. Disponível em: https://www.anparq.org.br/dvd-enanparq-3/htm/Artigos/ST/ST-EPC-003-5_FERRETO.pdf. Acesso em: 28 ago. 2024.

FOUCAULT, M. (1999). A psicologia de 1850 a 1950. In Ditos e Escritos, vol 1 - Problematização do sujeito: Psicologia, Psiquiatria e Psicanálise (pp. 122-153). Rio de Janeiro: Forense Universitária.

FRANÇA, Jéssica. O Nacional. Moradores da Ocupação Valinhos II protestam por falta de água. Jornal O Nacional. 06 fev. 2024. Disponível em: <https://www.onacional.com.br/cidade,2/2024/02/06/moradores-da-ocupacao-valinhos-i,127670>. Acesso em: 15 mai. 2024.

_____. O Nacional. Centro e Bairro Vera Cruz concentram os maiores índices de infestação do mosquito Aedes aegypti em Passo Fundo. O Nacional, Passo Fundo, 27 mar. 2024. Disponível em: <https://www.onacional.com.br/cidade,2/2024/03/27/centro-e-bairro-vera-cruz-concen,128023>. Acesso em: 22 jun. 2025.

FREUD, Sigmund. Inibição, sintoma e angústia (1926). In: _____. *Inibição, sintoma e angústia, O futuro de uma ilusão e outros textos* (1926-1929). Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2014. p. 13- 123. (Obras completas, vol. 17)

_____. O inconsciente (1915). In: _____. Introdução ao narcisismo, ensaios de metapsicologia e outros textos (1914-1916). Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 99-150. (Obras completas, vol. 12)

_____. O Mal-estar na civilização (1930). In: _____. O mal-estar na civilização, novas conferências introdutórias à psicanálise e outros textos (1930-1936). Tradução e notas: Paulo César de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2010. p. 13-122. (Obras completas, vol. 18)

FUNDAÇÃO J. P. Déficit Habitacional no Brasil- 2016-2019, Belo Horizonte, 2021. Disponível em: <<https://fjp.mg.gov.br/deficit-habitacional-no-brasil/>> Acesso em: 02 mai. 2023.

GAMOP. Perfil, condições e perspectivas dos moradores da ocupação II Valinhos – Passo Fundo / RS. Grupo de Apoio a Movimentos e Organizações Populares. Passo Fundo, 2019.

GONZALEZ, L. Por um feminismo afro-latino-americano: Ensaio, intervenções e diálogo. Org: Flávia Rios; Márcia Lima, Zahar, Rio de Janeiro, 2020.

GOOGLE EARTH. Versão 10.83.0.1 (2025). Localização: Rodoviária de Passo Fundo-RS (Latitude: 28°15'18" sul, Longitude: 52°23'42" oeste). Data da imagem: 04/03/2025. Disponível em: <https://earth.google.com/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

_____. Versão 10.83.0.1 (2025). Localização: Rua Nascimento Vargas, Bairro Vergueiro- Passo Fundo- RS (Latitude 28°15'17" sul, Longitude 52°24'26" oeste). Data da imagem: 04/03/2025. Disponível em: <https://earth.google.com/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

_____. Versão 10.83.0.1 (2025). Localização: Bairro José Alexandre Zachia- Passo Fundo-RS (Latitude: 28°13'36"S sul, Longitude: 52°25'53" oeste). Data da imagem: 04/03/2025. Disponível em: <https://earth.google.com/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

_____. Versão 10.83.0.1 (2025). Localização: Condomínio La Barra - Passo Fundo-RS (Latitude: 28°13'54" sul, Longitude: S 52°24'56" oeste). Data da imagem: 04/03/2025. Disponível em: <https://earth.google.com/>. Acesso em: 18 jun. 2025.

LIVRO ‘O AVESSE DA PELE’ É RECOLHIDO DE COLÉGIOS PÚBLICOS NO PARANÁ; autor critica censura. G1 PR e RPC. Paraná. 06 mar. 2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/pr/parana/noticia/2024/03/06/livro-o-avesso-da-pele-e-recolhido-de-escolas-publicas-no-parana-por-expressoes-inadequadas-afirma-secretaria.ghml>. Acesso em: 20 set. 2024.

HARTMANN, Nadja. Comunidades indígenas de Passo Fundo ainda lutam contra a invisibilidade. *Gaúcha Zero Hora*. Grupo RBS. Passo Fundo, 19 mai. 2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/passo-fundo/nadja-hartmann/noticia/2024/04/comunidades-indigenas-de-passo-fundo-ainda-lutam-contra-a-invisibilidade-clv5im4ad01ji013qop8oif8p.html#:~:text=No%20pa%C3%ADs%20vivem%201%2C7,Fundo%20finge%20que%20n%C3%A3o%20v%C3%AA>. Acesso em: 15 mai. 2024.

HARVEY, David. Espaços de esperança. 7 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2014.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Favelas e Comunidades Urbanas: Sobre a mudança de Aglomerados Subnormais para Favelas e Comunidades Urbanas*. Notas metodológicas, n. 01, Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102062.pdf>. Acesso em: 02 mai. 2024.

_____. *Censo Brasileiro de 2022*. Passo Fundo: 2024. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/rs/passo-fundo/panorama>. Acesso em: 02 mai. 2023.

_____. *Estatísticas de gênero: indicadores sociais das mulheres no Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2021. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/multidominio/genero/20163-estatisticas-de-genero-indicadores-sociais-das-mulheres-no-brasil.html>. Acesso em: 02 mai. 2024.

_____. *Desigualdades sociais por cor ou raça no Brasil*. 2ª ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2022. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/25844-desigualdades-sociais-por-cor-ou-raca.html>. Acesso em: 02 mai. 2024.

_____. Agência de Notícias. *Necessidade de trabalhar e desinteresse são principais motivos para abandono escolar*. 15 nov. 2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/28286-necessidade-de-trabalhar-e-desinteresse-sao-principais-motivos-para-abandono-escolar>. Acesso em: 16 jul. 2024.

JESUS, Carolina Maria de. 1914-1977. *Quarto de despejo*: diário de uma favelada. 10. ed. São Paulo: Ática, 2014.

LACAN, Jacques. 1901-1981. O Seminário, Livro 10: A Angústia; Texto estabelecido por Jacques-Alain Miller. Tradução de Vera Ribeiro. Versão final de Angelina Harari. Rio de Janeiro: Zahar, 2005.

LEFEBVRE, Henri. (1901- 1991) *O Direito à Cidade*. Nota de tradução: Rubens Eduardo Frias; São Paulo: Centauro, 2001.

MANZI, Maya; DOS ANJOS, Maria Edna dos Santos Coroa. O corpo, a casa e a cidade: territorialidades de mulheres negras no Brasil. *Rev. Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*. São Paulo.v. 23, p. 1-29. 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22296/2317-1529.rbeur.202132pt> Acesso em: maio de 2025

MARICATO, Ermínia; *Metrópole na Periferia do Capitalismo*: ilegalidade, desigualdade e violência. Editora, Editora Hucitec, 1996; Universidade de Michigan; Digitalizado; ISBN, 8527103516, 9788527103510. Acesso em: 16 de out. 2023

MAPA - Ministério da Agricultura e Pecuária. “Exportações do agronegócio fecham 2022 com US\$159 bilhões em vendas”, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/agricultura/pt-br/assuntos/noticias/exportacoes-do-agronegocio-fecham-2022-com-us-159-bilhoes-em-vendas>. Acesso em: 28 ago. 2024

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). O legado de Roseli Nunes: um símbolo da luta pela terra no Brasil. 31 mar. 2018. Disponível em: <https://mst.org.br/2018/03/31/o-legado-de-roseli-nunes-um-simbolo-da-luta-pela-terra-no-brasil/>. Acesso em: 17 jun. 2025.

OCUPAR: mulheres, terra e luta. Direção: Silvana Ribeiro. Produção: Associação Beneficente São Carlos, 2023. 1 vídeo (45 min 32 s). Disponível em: <https://youtu.be/uefS4QVURxA>. Acesso em: junho de 2025

ORLANDI, Eni P. *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. 13. ed. Campinas, SP: Pontes, 2020.

PALUDO, Sabrine. RÁDIO UIRAPURU. *Corsan divulga nota sobre falta de água na Ocupação do Valinhos*. 20 jun. 2024. Disponível em: <https://rduirapuru.com.br/corsan-divulga-nota-sobre-falta-de-agua-na-ocupacao-do-valinhos/>. Acesso em: 19 jun. 2025.

PASSOS, Eduardo; KASTRUP, Virgínia; ESCÓSSIA, Liliana da. Org; *Pistas do método da cartografia: Pesquisa-intervenção e produção de subjetividade*. Editora Sulina, Porto Alegre, 2020

PASSO FUNDO. Lei n. 170, de 09 de outubro de 2006. Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado de Passo Fundo. Diário Oficial do Município, Passo Fundo, 2024. Disponível em: <https://www.pmpf.rs.gov.br/secretaria-de-planejamento/downloads/plano-diretor-de-desenvolvimento-integrado-pddi/> Acesso em: 07 ago. 2024.

PAULON, Simone Mainieri. A análise de implicação como ferramenta na pesquisa-intervenção. *Psicologia & Sociedade*, [S.l.], v. 17, n. 3, p. 16-23, set./dez. 2005. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-71822005000300003>. Acesso em: maio de 2025

RACIONAIS MC'S. Periferia é Periferia. In: *Nada Como um Dia Após o Outro Dia (Vol. 1 & 2)*. São Paulo: Cosa Nostra Fonográfica, 2002. 1 faixa musical (5min42s). Disponível em: <https://youtu.be/ue1k4FHgwDU>. Acesso em: 11 jul. 2024.

RAMOS, Lauro; VIEIRA, Maria Lúcia. Desigualdades de Rendimentos no Brasil nas Décadas de 80 e 90: Evolução e Principais Determinantes. IPEA, Rio de Janeiro, 2001. Disponível em: <http://desafios2.ipea.gov.br/pub/td/2001/td0803.pdf>.

RIBEIRO, Silvana; DUARA, Henrique França, PASSOS, Robert Felipi; SILVA, Mariele Aparecida Malaquias. Existir no mapa: interfaces entre cartografia social e intervenção comunitária. *Psicologia Unisc*, Santa Cruz do Sul. v. 8, n. 2, p. 39-58. 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.17058/psiunisc.v8i2.19080> Acesso em: maio de 2025.

ROLNIK, Raquel. Lar, doce Lar (a história de uma fórmula arquitetônica). AU. Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, v. ano 1, n. 3, 1985. Disponível em: <https://raquelrolnik.wordpress.com/wp-content/uploads/2008/08/lardocelar.pdf>. Acesso em: 28 ago. 2024.

ROSA, Miriam Debieux. *A Clínica Psicanalítica em Face da Dimensão Sociopolítica do Sofrimento*. 3 ed. São Paulo: Editora Escuta, Fapesp. 2023.

_____. Sofrimento Sociopolítico, silenciamento e a clínica psicanalítica. *Psicologia: Ciência e profissão (online)*, v. 42, p.1-10, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003242179>. Acesso em: 11 set. 2024.

RUFINO, Luiz. Pedagogia das encruzilhadas. Rio de Janeiro: Mórula, 2019.

SÁ, Edvaldo Batista de; SANTOS; Yuri Luciano; SILVA, Tatiana Dias. Edição Censo Demográfico 2022. *Ministério da Igualdade Racial*. (Informe MIR - Monitoramento e avaliação, nº 3), Brasília: DF, fev/2024. 13 p. Disponível em: <https://www.gov.br/igualdaderacial/pt-br/composicao/secretaria-de-gestao-do-sistema-nacional-de-promocao-da-igualdade-racial/diretoria-de-avaliacao-monitoramento-e-gestao-da-informacao/informativos/Informe-edicao-censo-demografico2022.pdf> Acesso em: 15 set. 2024.

SAFATLE, Vladimir. *O circuito dos Afetos*: Corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

SANTOS, Eleonora Cruz. Ensaaios e Discussões sobre o Déficit Habitacional no Brasil. *Fundação João Pinheiro*, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: https://issuu.com/fundacaojoaopinheiro/docs/cartilha_dh_final Acesso em: 02 mai. 2024.

OLIVEIRA, Fernanda Hamann; HERZOG, Regina. Guerra, violência e pulsão de morte: uma articulação não evidente. *Psicologia em estudo (online)*, v. 15, n. 3, p. 593-601, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pe/a/z6KzYVqzZPhSKjS9gJPYxgK/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 maio 2025.

SELL, Carlos Eduardo; PAULA JR. Josias de Paula. A teoria sociológica e o debate micro-macro hoje. *Política e Sociedade*, Florianópolis, v. 15, n. 34, 2016. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5007/2175-7984.2016v15n34p7> Acesso em: 14 de junho de 2025.

SNIS – Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento. Série Histórica. Passo Fundo: SNS/ MDR, 2022. Disponível em: <https://www.painelsaneamento.org.br/localidade?id=431410> . Acesso em: 10 jun. 2024

SOARES, Elza; PITY: *Na pele. In: Mulher do fim do mundo*. Produção Elza Soares: Pedro Loureiro e Juliano Almeida. 2017. 1 vídeo musical (03min 51s) Disponível em: <https://youtu.be/saHcmtU9I-0> Acesso em: 29 de jun. 2024

SPÓSITO, Maria Encarnação Beltrão. *Capitalismo e Urbanização*. São Paulo: Contexto, 1988. 97 p. Disponível em: http://www.faed.udesc.br/arquivos/id_submenu/1415/capitalismo_e_urbanizacao___maria_encarnacao_beltrao_sposito__pdf_rev.pdf. Acesso em: 01 set. 2023.

VANIN, Alex Antônio; CARVALHO, Djiovan Vinícius; DINIZ, Pedro Henrique Carreta (org). *Passo Fundo: Estudos históricos, espaços e urbanização*, vol III. Passo Fundo, Acervus Editora, 2021.

VIVID MAPS. *Mercator Projection*. [S.l.]: Vivid Maps, 2023. Disponível em: <https://vividmaps.com/mercator-projection/>. Acesso em: 10 jul. 2024.